

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE/CAMPUS TOLEDO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

**JEFFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO**

**A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES  
POLÍTICAS: UMA ANÁLISE SOBRE ELLEN MEIKSINS WOOD**

**TOLEDO-PR**

**2018**

**JEFFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO**

**A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES  
POLÍTICAS: UMA ANÁLISE SOBRE ELLEN MEIKSINS WOOD**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, *campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Democracia e políticas públicas

Orientador: Prof. Dr. Osmir Dombrowski.

**TOLEDO-PR  
2018**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

R244r Nascimento, Jefferson Ferreira do  
A redefinição do conceito de classe e suas implicações políticas :  
uma análise sobre Ellen Meiksins Wood / Jefferson Ferreira do  
Nascimento.-- Toledo, PR : [s. n.], 2018.  
166 f.

Orientador: Prof. Dr. Osmir Dombrowski  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências  
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Classes sociais 3.  
Democracia 4. Ciência política 5. Materialismo histórico 6. Wood,  
Ellen Meiksins, 1942- I. Dombrowski, Osmir, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.5

JEFFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO

**A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES  
POLÍTICAS: UMA ANÁLISE SOBRE ELLEN MEIKSINS WOOD**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, *campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Osmir Dombrowski (Orientador)

UNIOESTE - Toledo

---

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

UFSCAR – São Carlos-SP

---

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres

UNIOESTE - Toledo

Toledo, 07 de fevereiro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência e compreensão da minha esposa, companheira e motivadora, Veronica, por todos os desafios que me encorajou enfrentar e a disposição para me acompanhar nas mais hostis travessias. A minha pequena e doce menina, Anna Luisa, que sempre ofereceu um sorriso, um abraço, um bilhete e um carinho, dando força para continuar, e que mesmo jovem demais para ter consciência da importância de seus gestos, esteve sempre renovando meu ânimo e aquecendo meu coração.

Aos meus pais que, mesmo diante de todos os obstáculos que a vida impôs, batalharam e se sacrificaram para oportunizar a mim e minhas três irmãs aquilo que não tiveram, mas sempre valorizaram: a educação formal. Como exemplo, Giovana e Gerso, não mediram esforços para transmitir a importância da luta e da dignidade. A eles devo minha existência, meus primeiros passos e a pavimentação dos meus caminhos.

As minhas irmãs, Silmara e Júlia, e a minha irmã e afilhada, Carolina, que compreenderam (ou perdoaram) a distância e as seguidas ausências. Assim como meus avós, Maria José, Isabel e João Luís, que jamais me cobraram com palavras ou olhares pelos longos períodos sem visitá-los, sendo sempre sorrisos e carinhos. Ao meu segundo pai e avô materno, Fábio (*in memoriam*), que me ensinou a importância da transparência e a necessidade de resistir a muitos padrões socialmente impostos.

Ao camarada e parceiro de luta e trabalho, Jhonatan Souza, motivador do meu retorno à academia. Obrigado pela paciência, atenção e zelo ao ler, corrigir e orientar meus rascunhos. Isto me encorajou demais! Agradeço, ainda, ao amigo Figueiredo Monteiro Neto, pelo apoio, pelo diálogo e pela acolhida em seu lar – gestos que me ajudaram a seguir em frente, mesmo com a mudança para o interior de São Paulo.

Agradeço, ainda, àqueles que, indiretamente, mesmo distante ou em algum tempo do passado, marcaram definitivamente minha caminhada. No mundo acadêmico, à professora Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, minha primeira orientadora na UNICAMP. Também agradeço à professora Maria do Socorro Braga, da UFSCAR, cuja disciplina contribuiu para iluminar um campo pelo qual posso percorrer futuramente. Na vida profissional, o professor da UNIFAL, Adriano dos Santos, que, ainda como professor do Ensino Médio, abriu as portas para minha vida profissional.

Por fim, àqueles professores diretamente ligados a essa caminhada. Agradeço ao Geraldo Magella Neres e à Vânia Sanderleia Vaz da Silva pelas contribuições, pela atenção e pela generosidade na transmissão do conhecimento nos e-mails, nas conversas e na banca de

qualificação. Além disto, registro minha gratidão ao zelo, respeito e brilhantismo do professor Geraldo, em sua disciplina Teoria Política da América Latina. À Vera Cepêda, cuja disciplina na UFSCAR contribuiu para aprofundar meu conhecimento e que com sabedoria e gentileza não só ensinou, mas despertou enorme admiração e carinho. Ao meu orientador Osmir Dombrowski, que abriu as portas da instituição, aceitando-me como aluno especial, e pela forma de conduzir sua disciplina, despertando meu interesse pelo retorno ao mundo acadêmico. Já como aluno regular, mesmo diante das suas muitas atribuições como professor e coordenador suas orientações sempre foram cuidadosas e, ao mesmo tempo, diretas e claras.

*“A teoria segue à práxis, não a antecipa. A ‘crítica’ segue a ‘fome’, e justifica teoricamente a utopia do ‘desejar comer’. A ‘esperança’ do comer vence todas as ‘dietas’ que os obesos, em sua disciplina, se impõem em abundância, procedente da injustiça que é o fundamento da morte dos pobres.”*

(DUSSEL, 2011, p. 52).

NASCIMENTO, Jefferson F. **A redefinição do conceito de classe e suas implicações políticas: uma análise sobre Ellen Meiksins Wood**. 166f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2018.

## RESUMO

A presente dissertação empreende análise na obra de Ellen Meiksins Wood, visando compreender: (1) como a concepção de classe social se modifica na renovação do materialismo histórico apresentada por E. Wood; (2) como essa redefinição repercute nas análises sobre o papel político da classe social; (3) e como a referida modificação se relaciona com o conceito de Democracia pensado pela autora. O ponto de partida é a constatação da autora de que a democracia contemporânea não pode enfrentar a exploração de classe, pois a cidadania não é determinada pela condição socioeconômica e a igualdade cívica nas democracias contemporâneas não impacta a desigualdade de classe. Desse modo, a partir de *insights* e sugestões elaboradas por E. P. Thompson, a historiadora e teórica política Ellen Wood propõe analisar a relevância da política como instrumento de dominação social e o lugar dos conflitos especificamente políticos nos processos de transição entre os diferentes modos de produção e na superação da dominação de classe. Assim, a proposta é aprofundar os esforços teóricos para pensar classe como relação e processo e ampliar o conhecimento sobre o papel político da classe operária na constituição da Democracia Substantiva. O primeiro resultado diz respeito ao conceito de classe operado por E. Wood, que enxerga um avanço teórico na proposição de E. P. Thompson. Isto nos leva ao segundo resultado: a concepção de classe se relaciona a um contexto histórico específico. Em “determinadas condições históricas, situações de classe geram formações de classe”. É a experiência, como efeito das determinações objetivas – relações de produção e exploração de classe –, que reúne grupos heterogêneos. Esse entendimento traz uma nova possibilidade de refletir a classe operária em tempos de acumulação flexível e de teorias que suportam análises fragmentárias do mundo. O terceiro resultado é que vivemos em uma democracia formal onde o trabalho livre é dominante, mas é exaltado a partir de uma ideologia que justifica a sujeição do trabalhador às disciplinas capitalistas. Com a separação da condição cívica da situação de classe, a liberdade civil do trabalhador é neutralizada pelas pressões econômicas do capitalismo. Por exemplo, a igualdade de classe é algo muito diverso da igualdade étnica ou de gênero, pois, em certo sentido, a igualdade formal pode ser extensível para diferentes grupos étnicos ou de gênero, sem ameaçar o sistema capitalista – o mesmo não se pode dizer em relação à igualdade de classe. Assim, respeitar à pluralidade da experiência humana não pode significar “a dissolução da causalidade histórica”.

**Palavras-chave:** Classe Social; Democracia Substantiva; Teoria Política.

NASCIMENTO, Jefferson F. **Redefinition of the concept of class and its political implications: an analysis on Ellen Meiksins Wood.** 166p. 2018. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) - Stricto Sensu Postgraduate Program in Social Sciences, Western Paraná State University, Toledo-PR, 2018.

### **ABSTRACT**

The present dissertation examines the work of Ellen Meiksins Wood in order to understand: (1) how the conception of social class changes in the renewal of historical materialism presented by E. Wood; (2) how this change has repercussions on the analysis of the political role of the social class; (3) and how this change relates to the concept of Democracy thought by the author. The starting point is the author's observation that contemporary democracy cannot face class exploitation, since citizenship is not determined by socioeconomic status and civic equality in contemporary democracies does not impact class inequality. Thus, from the insights and suggestions elaborated by E. P. Thompson, the historian and political theorist Ellen Wood proposes to analyze the relevance of politics as an instrument of social domination and the place of specifically political conflicts in the processes of transition between the different modes of production and in overcoming class domination. Therefore, the proposal is to deepen the theoretical efforts to think class as relation and process and to increase the knowledge about the political role of the working class in the constitution of Substantive Democracy. The first result concerns the concept of class operated by E. Wood, who sees a theoretical advance in the proposition of E. P. Thompson. This leads us to the second result: class conception is related to a specific historical context. In "certain historical conditions, class situations generate class formations." It is experience, as an effect of objective determinations – relations of production and class exploitation – which brings together heterogeneous groups. This understanding results in a new possibility to reflect the working class in times of flexible accumulation and theories that support fragmentary analyzes of the world. The third result is that we live in a formal democracy where free labor is dominant, but it is exalted from an ideology that justifies the subjection of the worker to capitalist disciplines. With the separation of the civic condition from the class situation, the civil liberty of the worker is neutralized by the economic pressures of capitalism. For instance, class equality is something very different from ethnic or gender equality, since, in some sense, formal equality can be extended to different ethnic or gender groups without threatening the capitalist system – the same cannot be said in relation to class equality. Thus, respecting the plurality of human experience cannot mean "the dissolution of historical causality".

**Keywords:** Social Class; Substantive Democracy; Political Theory

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>1 O RESGASTE DO CONCEITO DE CLASSE NO MARXISMO .....</b>	<b>22</b>
1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE MARX E ENGELS E O MATERIALISMO HISTÓRICO .....	22
1.2 DISCUTINDO OS INDICATIVOS PARA UMA TEORIA DE CLASSE A PARTIR DE MARX E ENGELS .....	26
1.3 DISCUTINDO OS INDICATIVOS PARA UMA TEORIA DE CLASSE A PARTIR DE LÊNIN .....	38
1.4 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO EM LUKÁCS.....	51
1.5 GRAMSCI E O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL .....	59
1.6 DISCUTINDO O CONCEITO DE CLASSE EM NICOS POULANTZAS .....	66
<b>2 A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE EM ELLEN MEIKSINS WOOD PARA UMA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO.....</b>	<b>75</b>
2.1 CONTEXTUALIZANDO ELLEN MEIKSINS WOOD.....	76
2.1.1 Dados Biográficos .....	78
2.1.2 Ideal Humano .....	81
2.1.3 O Contexto Social de sua Produção.....	82
2.1.4 Especificidade Histórica das Ideias de Ellen M. Wood .....	86
2.2 A ENTRADA DE ELLEN WOOD NO DEBATE MARXISTA SOBRE CLASSES SOCIAIS	87
2.3 A PROPOSTA DE ELLEN WOOD: SISTEMATIZAR UMA TEORIA DE CLASSES COM BASE EM E. P. THOMPSON .....	91
2.4 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE CLASSE .....	97
2.5 A IMPORTÂNCIA DA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE PARA UMA TEORIA POLÍTICA DE RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO .....	103
<b>3 OS AVANÇOS E LIMITES DA REDEFINIÇÃO PROPOSTA POR ELLEN WOOD.....</b>	<b>109</b>
3.1 AS CRÍTICAS AO CONCEITO DE CLASSE EM THOMPSON POR AUTORES DA <i>NEW LEFT REVIEW</i> E A DEFESA POR ELLEN WOOD: UMA ANÁLISE DO ARTIGO <i>EL CONCEPTO DE CLASE EN E. P. THOMPSON</i> .....	109
3.2 ALGUNS LIMITES DA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO PROPOSTA POR ELLEN WOOD: A QUESTÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DESAFIA O MARXISMO E SUA RENOVAÇÃO .....	113
3.3 ALGUNS LIMITES DA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO PROPOSTO POR ELLEN WOOD: AS DESIGUALDADES NO CAPITALISMO OCIDENTAL E A MOBILIZAÇÃO PARA A LUTA PELA DEMOCRACIA .....	120
3.4 OS AVANÇOS DA RENOVAÇÃO PROPOSTA POR ELLEN WOOD.....	126
3.4.1 A Classe como Relação e Processo e sua Viabilidade no Materialismo .....	129

3.4.2 A Questão do Partido Político .....	134
3.4.3 Democracia Substantiva e Ditadura do Proletariado.....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	143
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICE I .....	162

## INTRODUÇÃO

O contexto atual é marcado pela consolidação das alterações socioeconômicas engendradas pela substituição do fordismo. Segundo David Harvey (2012, p. 135-140), “[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo [...]”, levando a uma problemática reestruturação produtiva com pesadas consequências sociais e políticas, ancorada em “[...] mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...]”. Assim, a chamada acumulação flexível acarretou, dentre outras consequências, a ampliação da participação do setor de serviços na geração de emprego e a tendência de industrialização de áreas, até então, subdesenvolvidas.

O movimento operário, em geral, e as organizações sindicais, em particular, foram atingidos pela flexibilização das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural, pela subcontratação, pela diversificação etária e de gênero da força de trabalho, pela redução do emprego industrial, pela possibilidade deslocamento e segmentação da atividade da empresa, pelas novas formas de gestão de pessoas que discursivamente evocam a participação nas empresas e pela mudança do padrão sociocultural, que passa a ser mais individualista e baseado em uma lógica de competitividade. O referencial desse fenômeno é o abandono do *Welfare State* e o avanço neoliberal, cuja consequência foi o aumento da pobreza e da desigualdade social no mundo (SANTANA; RAMALHO, 2010).

Essas mudanças impactaram profundamente na luta, na identificação teórico-prática e na organização da classe operária e, mais precisamente, deu vazão a um crescente movimento teórico-analítico, supostamente de esquerda, cujo programa se baseia na “[...] autonomização da ideologia e da política de toda base social e, sobretudo, de toda base classista [...]”<sup>1</sup> (WOOD, 1998, p. 2, tradução nossa). Em outros termos, as mudanças e a fragmentação no mundo do trabalho colocam à prova as definições conceituais tradicionais de “classe social”.

A preocupação em tornar o conceito de classe compatível para a interpretação da realidade vivida não é um movimento exclusivo no interior da renovação do materialismo histórico. O artigo *Alguns problemas de teoria das classes sociais*, de João Ferreira de Almeida, já, em 1981, reflete um amplo debate para repensar o conceito de classes e, por consequência, uma teoria das classes sociais. Tal debate envolvia autores de diversas

---

<sup>1</sup> “[...] *autonomization of ideology and politics from any social basis, and more specifically, from any class foundation* [...]”.

correntes de pensamento. Almeida cita Louis Althusser, Étienne Balibar, recorre a Victor Pérez Díaz, Érik Olin Wright, Nicos Poulantzas, Pierre Bourdieu, Daniel Bertaux, Sylos Labini, Lênin e, claro, Karl Marx (ALMEIDA, 1981).

Em 2004 foi publicado o livro *Questão de Classe: teoria e debate acerca das classes sociais nos dias de hoje*, resultado da dissertação de mestrado, defendida em 1995 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), de José Alcides Figueiredo dos Santos, que apresenta um vasto debate – à época, recente – acerca do conceito. O autor aponta as reinterpretações no âmbito do marxismo analítico, com Adam Przeworski, Erick Wright, John Roemer e Jon Elster. Além disto, ele analisa a produção de Anthony Giddens, sobre a estruturação das classes e da vida social, e a produção e reprodução das classes sociais e da vida social na perspectiva de Pierre Bourdieu. Santos (2004, p. 66) concluiu que: “Um caminho fecundo a ser explorado envolve a incorporação crítica de certas teses oriundas da teoria da estruturação em um esforço de renovação da teoria de classes de inspiração marxista [...]”.

Em um esforço que transcende a redefinição ou a reinterpretação do conceito de classe, podemos identificar a historiadora e teórica política Ellen Meiksins Wood, falecida em 2016. Filha de judeus oriundos da Letônia, em busca de refúgio político nos Estados Unidos, Ellen Meiksins nasceu em 1942. O sobrenome Wood foi incorporado a sua identidade em virtude do casamento com o, também teórico político, Neal Wood, falecido em 2003. Viúva, a pesquisadora batizada Ellen Meiksins continuou a ser identificada como Ellen Meiksins Wood. Nova-iorquina com formação na Universidade da Califórnia – graduada em Los Angeles e pós-graduada em Berkeley – teve longa carreira acadêmica no Canadá e foi uma importante pesquisadora cuja obra inclui os temas mais importantes do debate marxista dos últimos trinta anos. Ela problematizou a relação “base-superestrutura” e discutiu o papel da luta de classes no processo histórico, a teoria das classes e as transformações intelectuais a partir dos anos 1970.

Com o historiador Robert Brenner, Wood foi fundadora do “Marxismo Político”, vertente que ela considera a mais fiel aos textos marxianos e que tem como elemento peculiar o fato de estar “[...] ancorada na análise histórica [...]”, em oposição ao chamado “marxismo ocidental”<sup>2</sup>. Ela foi fortemente influenciada pelo Grupo de Historiadores do Partido

---

<sup>2</sup> Por marxismo ocidental, Ellen Wood caracteriza a vertente marxista desenvolvida a partir de Lukács, cujo último grande expoente, segundo ela, foi Althusser. Nessa vertente a filosofia, a ideologia e a metáfora do edifício “base-superestrutura” ganham centralidade em detrimento da economia política. Além de Lukács e Althusser, são grandes expoentes dessa vertente os autores da Escola de Frankfurt – com destaque para Adorno, Horkheimer, Benjamin e Adorno – e Sartre. Em geral, foram autores engajados e atuantes na política, mas

Comunista Britânico (*British Communist Party History Group*). Além da vasta produção, Wood foi membro do comitê editorial da *New Left Review* e da *Monthly Review*, além de ser assídua colaboradora na *Against the Current*, na *Historical Materialism* e na *Socialist Register* (SARTELLI, 2013, p. 7-8).

Ellen Wood resgata a importância da esfera política para superar o modo de produção capitalista e reafirma o materialismo histórico como ferramenta analítica adequada para confrontar o capitalismo e a ideologia burguesa. Para ela, é urgente entender a totalidade sistêmica do capitalismo e a necessidade de evitar determinismos, como o economicismo e os novos revisionismos. Sua proposta central é a construção da Democracia Substantiva para enfrentar a exploração capitalista (WOOD, 2011b).

Por Democracia Substantiva, Ellen Wood define: “[...] o governo pelo povo ou pelo poder do povo [...]”, de modo que seja possível a “[...] reversão do governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos [...]” (WOOD, 2011b, p. 7). Dito isso, Wood reafirma que “[...] a crítica original do capitalismo [...]” deve ser realizada por sua antítese, o socialismo. Porém, tal empreendimento, exige “[...] uma crítica não apenas do capitalismo ou da economia política, mas também das *oposições* existentes, o que implicou o exame crítico da própria tradição socialista [...]” Esse “exame” visa tornar a ideia socialista em um “[...] programa político baseado nas condições históricas do capitalismo [...]”. Por isso, ainda que o ponto de orientação da autora seja o socialismo, “[...] a aspiração à *democracia*” serve como um “[...] tema unificador entre as várias oposições fragmentadas [...]” (WOOD, 2011b, p. 21, grifos da autora). O mote da reflexão reconhece a democracia como conceito de longa duração e anterior à concepção socialista aqui explanada. Porém, o argumento é a impossibilidade da *Democracia Substantiva* no modo de produção Capitalista.

Para melhor definir, a autora entende que a identificação de democracia com *liberalismo* só é possível na vigência das “[...] relações sociais específicas do capitalismo [...]”. Ou seja, quando se faz um exame histórico, é possível identificar a democracia em diversos contextos históricos específicos. Contudo, na vigência do capitalismo há uma redefinição introduzida pela Constituição dos Estados Unidos. Essa redefinição assenta bases no governo representativo com raízes na República Romana e no senhorio medieval. E, a

---

conferiram ao marxismo um forte academicismo, “[...] substituindo a luta de classes pela atividade intelectual [...]”. Cumpre registrar que, apesar de Gramsci ser identificado por alguns autores como expoente dessa vertente, Ellen Wood o considerava, junto a Marx, “[...] o verdadeiro vanguardismo [...]”, tendo o marxismo ocidental ultrapassado “[...] em muito a saudável e proveitosa atenção às dimensões ideológicas e culturais da experiência humana exemplificadas no melhor da historiografia de Marx ou das teorias de um Gramsci [...]” (WOOD, 2011b, p. 17-20).

partir dessa redefinição, a noção de democracia se desenvolve atrelada à de representação até chegar “[...] à concepção moderna de democracia [...]” (WOOD, 2011b, p. 23).

É nesse desenvolvimento de uma democracia *formal*, que identifica democracia e liberalismo, que ocorre um paradoxo: as “[...] relações sociais específicas do capitalismo [...]” resultam “[...] tanto no avanço da democracia quanto na sua estrita inibição [...]”. Sendo assim, “[...] o maior desafio ao capitalismo seria a extensão da democracia além de seus atuais limites extremamente reduzidos [...]” (WOOD, 2011b, p. 23).

Ampliar os limites da democracia para além dos atuais, significa conceder aos produtores a capacidade de autodeterminação da produção, o que representa a própria condenação do capitalismo, uma vez que, para sua existência, conservação e reprodução, os poderes políticos não alteram substancialmente o seguinte dispositivo do capitalismo: a “[...] propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação.” (WOOD, 2011b, p. 28).

O que Ellen Wood argumenta é que “[...] a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera ‘econômica’ por meios ‘econômicos’.” Isto significa que a mais-valia é extraída pela “[...] separação completa do produtor das condições de trabalho e pela propriedade privada absoluta dos meios de produção pelo apropriador [...]”. Em outras palavras, “[...] as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não políticos [...]”. Apesar disto, o Estado cumpre papel fundamental na garantia da propriedade privada absoluta e na apropriação da mais-valia, pois “[...] a esfera econômica se apoia firmemente na política [...]”. O que temos, portanto, é que “[...] a diferenciação do econômico e do político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado [...]” (WOOD, 2011b, p. 34-36).

A consequência do processo descrito acima é que a democracia nas sociedades liberais capitalistas modernas só pode ser assim definida devido à “[...] separação e [a]o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático [...]”. Tal situação explica porque, por vezes, a democracia é invocada “[...] em defesa da redução de direitos democráticos em outras partes da ‘sociedade civil’ ou do domínio político, se isso for necessário para proteger a propriedade e o mercado contra o poder democrático [...]” (WOOD, 2011b, p. 202).

É nesses termos que Ellen Wood sugere a “[...] democracia como um regulador econômico, o *mecanismo acionador* da economia [...]”, o que depende da garantia do poder

do *demos* fundamentado na *isegoria*, na “liberdade de livre associação (sic)”<sup>3</sup> e na ruptura da “invulnerabilidade” da propriedade privada e do mercado ao poder democrático (WOOD, 2011b, p. 243, grifos da autora).

Nesse intento, em *A Democracia contra o capitalismo*, a historiadora e teórica política entende que o “projeto crítico” é a compreensão do capitalismo como “[...] um sistema de relações sociais; e isso significa repensar algumas das formas como foram concebidos os conceitos principais do materialismo histórico – forças e relações de produção, *classe*, base e superestrutura, etc.” (WOOD, 2011b, p. 21, grifo nosso).

Em consonância com essa proposição é que a presente dissertação se propõe a compreender a modificação do conceito de classe social nessa renovação do materialismo histórico proposta por Wood, o que nos remete a analisar, também, Edward Palmer Thompson. Para Ellen Wood, a “[...] concepção de classe claramente marxista foi muito pouco elaborada tanto pelo próprio Marx quanto pelos teóricos posteriores da tradição do materialismo histórico. A exceção mais notável foi E. P. Thompson [...]” (WOOD, 2011b, p. 73-74).

O presente trabalho empreende análise na obra de Ellen Meiksins Wood, partindo dos seguintes questionamentos: (1) como a concepção de classe social se modifica na renovação do materialismo histórico proposta por ela? (2) como essa redefinição repercute nas análises sobre o papel político da classe social? (3) e como a referida modificação se relaciona com o conceito de Democracia pensado pela autora?

Há uma tendência de localização e particularização da luta de classes, devido à própria organização atual da produção capitalista, que atua em sentido contrário às possibilidades de unidade do proletariado. Por isto, é importante pensar na definição e redefinição do conceito de classe, considerando que o desenvolvimento da consciência da classe operária e da sua organização deve ocorrer contra a força desagregadora da produção e da privatização das questões políticas hodiernas.

A democracia contemporânea, por sua vez, não fornece mecanismos suficientes para superar a exploração de classe. Nesse regime político, por um lado, a cidadania não é determinada pela condição socioeconômica; por outro, a igualdade cívica não impacta sobre a desigualdade de classe. Deste modo, a partir de *insights* e sugestões elaboradas por E. P.

---

<sup>3</sup> Neste caso, a redundância pode ser proposital para ressaltar uma diferença entre essa liberdade, de fato, da liberdade formal de associação já inscrita no Direito das democracias representativas, ou pode ser fruto da tradução.

Thompson, Ellen Meiksins Wood propõe uma conceituação de classe social coerente com sua busca de analisar o papel da política como ferramenta de dominação social.

A luta de classes como o motor da história é uma proposição central no marxismo. Além disto, como ícone do Marxismo Político, Ellen Wood busca uma conceituação de classe que possibilite refletir sobre a preocupação central presente em “[...] diversos de seus trabalhos [...]”, ou seja, “[...] compreender melhor a relevância da política como instrumento de dominação social e o lugar dos conflitos especificamente políticos nos processos de transição entre os diferentes modos de produção [...]” (MONTENEGRO, 2012, p. 111). Mesmo buscando em E. P. Thompson uma definição de classe considerada mais adequada para sua proposta, Ellen Wood reconhece que o historiador britânico “[...] nunca enunciou uma teoria histórico-materialista de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 73-74). Desse modo, o objetivo do presente trabalho é contribuir para a compreensão da classe como relação e processo, conforme os esforços de Thompson e Ellen Wood.

Essa pesquisa é composta por uma análise bibliográfica. Além da obra de Ellen Wood, que é central na elaboração dessa dissertação, serão resgatados escritos de Marx e Engels, Lênin, Lukács, Gramsci, Poulantzas e Thompson acerca do conceito de classe, seguindo a argumentação de que a teoria política é um produto histórico, um “exercício de persuasão”, um discurso e uma argumentação fundamentados por algum tipo de verdade “[...] sobre os problemas colocados pela vida política [...]” e não só pela filosofia (WOOD, 2011a, p. 11-13). Afinal:

*Toda civilización compleja, con un estado y una clase dirigente organizada, debe generar algún tipo de reflexión sobre las relaciones entre los dirigentes y los dirigidos, entre los que mandan y los que acatan, entre ordenar y obedecer. Tanto si adopta la forma de filosofía sistemática o una forma poética como si trata de una parábola o de un proverbio, a esta reflexión podemos llamarla, tanto en las tradiciones orales como en las culturas escritas, pensamiento político [...] Los griegos, para bien o para mal, inventaron un modo propio y distintivo de lo que significa **teoría** política: la interrogación sistemática y analítica (llena de definiciones laboriosamente construidas) de los principios políticos; la aplicación de la razón crítica a la interrogación de sus fundamentos, y la legitimidad de las normas morales y los principios del derecho político (WOOD, 2011a, p. 13-14, grifo da autora).*

Seguindo a passagem acima, o trabalho possui uma dimensão explicativa, ao resgatar as diferenciações acerca do conceito de classe no marxismo, e, com isto, auxilia na orientação de ações futuras. Enquanto *teoria*, desce ao nível formal do conceito. Por ser *teoria política*, questiona e reflete sobre a implicação política da forma de analisar o conceito, isto é, se há

relação – e qual seria essa relação – em termos do enfrentamento à dominação/exploração de classe e, conseqüentemente, com a busca pela emancipação política dos trabalhadores. Portanto, contribui com a renovação do materialismo histórico e também com o:

[...] retorno ao debate sobre a questão da teoria, até aqui recalcada tanto pela apontada politização exacerbada da ciência social, como também pela menos reconhecida absorção acrítica dos resultados da ‘revolução behaviorista’, que juntas contribuíram para obliterar a reflexão metodológica sobre os pressupostos conceituais da atividade investigativa que se estava fazendo e para fomentar o analfabetismo generalizado quanto aos problemas formais da exposição (BRANDÃO, 1998, s.p.).

Além disso, é cada vez mais visível o distanciamento entre o marxismo e as análises políticas. Em grande parte, o peso conceitual dado à metáfora da “base” e “superestrutura” estimula esse afastamento.

A Ciência Política [...] tem recusado as análises das estruturas (privilegiando a ação coletiva e as conjunturas) e abandonado o campo da longa duração aos historiadores; e tem deixado de lado a pretensão de formular teorias globais em benefício de teorias regionais e de alcance relativo, preocupadas em abarcar uma diversidade de casos empíricos sob um princípio geral [...] não há como negar o extraordinário avanço propiciado por tal perspectiva, que favoreceu a apreensão de uma série de fenômenos e ajudou a refinar nosso entendimento de certos processos setoriais. E, seguramente, a crítica ao paradigma, outrora dominante, segundo o qual processos e variáveis políticas não passam de subprodutos de tendências macrossociais e macroeconômicas representou, pelo menos do ponto de vista acadêmico, uma verdadeira carta de alforria da moderna análise política (BRANDÃO, 1998, s.p.).

Para reduzir a distância entre o marxismo e as análises políticas, notadamente a *teoria política*, é fundamental uma forma de análise que supere os limites das análises textuais e consiga verificar em que medida a obra sinaliza o engajamento do autor em um conflito de seu tempo. Afinal, para Neal Wood (1978 apud CARDOSO; SILVA; NERES, 2016, p. 80) uma teoria política consiste na tradução do *ideal humano* em prescrições sociais e políticas, visando resolver o problema de como as instituições e a ação política contribuem para realização do ideal de justiça assumido e defendido pelo autor, pois:

[...] chega a ser constrangedor observar o esforço que se faz para tentar esquecer que a fonte mais comum e duradoura dos conflitos e dos processos políticos continua a ser aquilo que Madison chamou de ‘distribuição variada e desigual da propriedade’, e que a exploração dessas formas institucionais de ‘dependência do político diante do econômico tem sido o objeto, não o

programa', de qualquer teoria crítica digna de seu nome. Por isso mesmo, se estamos condenados a tomar os processos políticos como variáveis independentes, não há como não denunciar a provisoriedade dessa operação (BRANDÃO, 1998, s.p.).

Para responder as questões fundantes, esse trabalho terá a seguinte dinâmica. O primeiro capítulo apresentará os indicativos para pensar classe legados por Marx e Engels; e demonstrará como o conceito foi desenvolvido por Lênin, Lukács, Gramsci e Poulantzas. O objetivo desse capítulo é inserir o leitor no debate marxista sobre o conceito de classe. Ao oferecer o percurso indicado, não propõe esgotar toda a discussão feita por esses autores em relação ao tema, apenas fornecer subsídios para compreender seu desenvolvimento, cobrindo, superficialmente, o período que vai de Marx até E. P. Thompson e Ellen Wood. É evidente que os autores supracitados não esgotam toda produção marxista sobre o conceito, porém, o problema de pesquisa está relacionado à redefinição proposta por Ellen Wood e, como opção didática, cumpre fornecer aos leitores uma visão panorâmica do processo de construção do campo teórico até, oportunamente, mergulhar no problema de pesquisa.

Iniciaremos o capítulo analisando a produção marx-engelsiana sobre o conceito de classe. Antes do encontro com Friedrich Engels, a obra de Karl Marx havia sido importante nas publicações da Gazeta Renana, nos círculos da Esquerda Hegeliana, chegando a incorporar a influência do humanismo feuerbachiano. A partir de 1845, já em parceria com Engels, o *materialismo histórico* vai ganhando corpo, sobretudo a partir de *A Ideologia Alemã*, que começava a ser escrito naquele ano. No *Manifesto Comunista*, em 1848, Marx e Engels apresentam a luta de classes como o motor da história. Nos anos 1870, as obras marxianas apresentam uma ruptura com a filosofia da história de corte hegeliano (LÊNIN, 1979; MARX, 2012a; BIANCHI, 2011).

O segundo passo é analisar o conceito na produção lenineana, Segundo Lukács (2012, p. 33, grifo do autor), Vladimir Ilitch Ulyanov (Lênin) é o “[...] *único teórico à altura de Marx* até agora produzido no interior da luta de libertação proletária [...]”. Muitos autores chamam a atenção para a unidade entre reflexão teórica e prática política, fator apontado por Lukács (2012, p. 89), como “[...] a liquidação decisiva de todo e qualquer utopismo, a realização concreta do conteúdo do programa de Marx [...]”. O realismo político de Lênin lhe deu condições de identificar a verdadeira situação da Rússia em meio aos horrores da Primeira Guerra Mundial e de refletir sobre o contraste entre um país agrário atrasado com a permanência de relações pré-capitalistas e o relativo desenvolvimento do capitalismo monopolista simultâneo à formação do capitalismo imperialista. É esse realismo político que

tornou possível o enfrentamento da classe operária à formação incipiente de um Estado Burguês na Rússia, aliado ao campesinato que buscava se libertar das permanências feudais a quais estavam submetidos (LÊNIN, 1979; 1980a; 1980b; BOLSONELLO, 2000; DEO, MAZZEO; ROIO, 2015; LUKACS, 2012).

Após discutir as produções marx-engelsianas e lenineanas sobre o conceito de classe social. Iremos avaliar, resumidamente, como o conceito de classe se desenvolve em Lukács. Georg Lukács nasceu na Hungria em 1885, dois anos após a morte de Marx, e faleceu em 1971, quando o estruturalismo entrava em crise e se iniciava a chamada “pós-modernidade”. Defendia a Revolução Russa, sobretudo o leninismo, e permaneceu defensor dos países europeus do Bloco Socialista: “Participou ativamente do que se transformou, com todos os prós e contras, da tragédia deste século [...]” (LESSA, 2015, p. 121).

Continuando o capítulo, será analisado o conceito na obra gramsciana. Antonio Gramsci, nasceu em 1891, foi filiado ao Partido Socialista Italiano e, em 1921, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI). No PCI, foi uma das principais lideranças, secretário-geral e foi eleito deputado em 1924. Em 1926 – momento em que a repressão fascista se intensificava – foi preso. Em 1933, foi transferido para a clínica de Fórmia. Muito adoecido, recebeu liberdade condicional em 1935 e morreu em 1937 (COUTINHO, 1999). Segundo Bobbio (1999, p. 112), “Gramsci era marxista no sentido de que se prolongava a obra de Marx, fazendo com que ela, que fora elaborada tendo como referência particular a crítica da economia política, caminhasse em direção à crítica política [...]”.

Finalizando o capítulo, analisaremos o conceito em Nicos Poulantzas, nascido no ano de 1936, em Atenas, na Grécia, em uma família abastada. Poulantzas cresceu sob a ditadura de Ioánnis Metaxás, que estabeleceu um regime fascista no país. Sua vida acadêmica teve início no curso de Direito na Universidade de Atenas. Desde aquele período, ainda influenciado por Jean-Paul Sarte, alinhava-se ao marxismo e militou na Esquerda Democrática Unida (EDA), uma corrente filiada ao Partido Comunista da Grécia (KKE). Mudou-se para Paris, em 1960. Na França, concluiu seu doutorado em Filosofia do Direito. Ele foi aluno de Louis Althusser, o que explica a influência do althusserianismo na sua formação e em parte de sua obra. Poulantzas morreu em 03 de outubro de 1979, provavelmente em decorrência de suicídio. Tornou-se uma referência em teoria política, estratégia e Estado, sendo figura importante no debate acadêmico e influência para o pensamento de correntes e lideranças políticas (JESSOP, 1985).

O segundo capítulo apresenta uma análise mais detalhada sobre o empreendimento de Ellen Wood e, com isto, o conceito de classe operado por Ellen Wood será apresentado

visando diferenciá-lo no interior do pensamento marxista. Para alcançar sua proposta, a autora retoma o conceito de classe aplicado por E. P. Thompson. Edward Palmer Thompson nasceu em Oxford, na Inglaterra, em 03 de fevereiro de 1924, e faleceu em 28 de agosto de 1993. Após servir na Segunda Guerra Mundial, ingressou na Universidade de Cambridge. Durante os estudos nessa instituição, filiou-se ao Partido Comunista Britânico. Em 1946, iniciou o Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico (*Communist Party Historians Group*), com Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Dona Torr e outros (KALDOR, 1993).

Thompson é bastante reconhecido por seu trabalho histórico sobre os movimentos radicais britânicos no final do século XVIII e início do século XIX, em especial pelo livro *A Formação da Classe Operária Inglesa (The Making of the English Working Class)*, de 1963. Era um crítico à esquerda dos governos trabalhistas de 1964-1970 e 1974-1979 e defensor da Campanha pelo Desarmamento Nuclear, tornando-se, durante os anos 1980, o principal intelectual do movimento contra as armas nucleares na Europa (THOMPSON, 2014).

Por fim, esclarecida a proposta de Ellen Wood, o terceiro capítulo abordará os limites e os avanços da proposição inspirada em Thompson.

Com essa dinâmica, o objetivo é esclarecer como a modificação impacta no papel político da classe operária. Para isto, é necessário pensarmos nos processos de formação de classe, analisando como a classe operária, nos dias de hoje, poderia atuar como sujeito histórico ativo em oposição a outras classes, mesmo diante da separação entre a condição cívica e a econômica. Afinal, devido a essa diferenciação, a militância e a consciência política se tornam questões separadas – o capitalismo tende reduzir as lutas econômicas em políticas. Por fim, trataremos de como a democracia, pensada nos termos de Ellen Wood, está condicionada à atuação da classe operária como sujeito histórico ativo em oposição a outras classes.

O primeiro resultado diz respeito ao conceito de classe operado por E. Wood. A autora enxerga um avanço teórico na proposição de E. P. Thompson, que analisa a teoria marxista de classe com foco mais voltado à explicação dos processos de formação de classe do que na identificação das *localizações* de classe.

Isto nos leva ao segundo resultado: a concepção de classe se relaciona a um contexto histórico específico. As formações de classe devem ser lidas como resultado do processo histórico. Em “[...] determinadas condições históricas, situações de classe geram formações de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 79). É a experiência, como efeito das determinações objetivas – relações de produção e exploração de classe –, que reúne grupos heterogêneos. Esse

entendimento traz uma nova possibilidade de refletir a classe operária em tempos de acumulação flexível e de teorias que suportam análises fragmentárias do mundo.

O terceiro resultado é que vivemos em uma democracia formal onde o trabalho livre é dominante, mas é exaltado a partir de uma ideologia que justifica a sujeição do trabalhador às disciplinas capitalistas. Com a separação da condição cívica da situação de classe, a liberdade civil do trabalhador é neutralizada pelas pressões econômicas do capitalismo. Por exemplo, a igualdade de classe é algo muito diverso da igualdade étnica ou de gênero, pois, em certo sentido, a igualdade formal pode ser extensível para diferentes grupos étnicos ou de gênero sem ameaçar o sistema capitalista – o mesmo não se pode dizer em relação à igualdade de classe. Assim, respeitar à pluralidade da experiência humana não pode significar “[...] a dissolução da causalidade histórica [...]” (WOOD, 2011b, p. 225). Repensar a classe operária como sujeito histórico ativo é o caminho para que a democracia seja “[...] repensada não apenas como categoria política, mas também como categoria econômica [...]” – de modo que a cidadania comporte o “econômico” e o “extraeconômico” (WOOD, 2011b, p. 248).

O argumento é que essa proposta de Ellen Wood proporciona grande avanço teórico para a compreensão da totalidade sistêmica do capitalismo, em geral, e para a compreensão e identificação da classe operária, em específico. Porém, é importante reconhecer que, como uma obra que foi interrompida em função da doença que levou Ellen Wood a óbito, há pontos a serem desenvolvidos. Em especial, ao admitir a categoria *experiência* como elemento fundamental da passagem da situação de classe para a formação consciente de classe, é preciso avançar no que diz respeito a um programa para, mediante a realidade fragmentária a partir da acumulação flexível e a pluralidade de identidades sociais, recuperar a centralidade da classe como elemento que unifica experiências díspares.

## 1 O RESGASTE DO CONCEITO DE CLASSE NO MARXISMO

Este capítulo traz ao leitor o conceito de classe nas análises de Marx e Engels e a elaboração teórica do conceito em Lênin, Lukács, Gramsci e Poulantzas. O objetivo é oferecer uma visão panorâmica do desenvolvimento do conceito, desde o surgimento do marxismo até o momento em que Poulantzas apresenta sua definição. A entrada de Poulantzas em cena é para marcar os termos do debate em que Ellen Wood inicia a elaboração da sua proposta de renovação do materialismo histórico. O objetivo não é, nem de longe, esgotar a produção desses autores sobre o conceito, mas fornecer uma síntese de como eles pensam e elaboram “classe social”. Também não está no horizonte do trabalho esgotar as formulações do conceito de classe no marxismo e sim, didaticamente, tratar da renovação proposta por Ellen Wood. Desse modo, o presente percurso – um dos possíveis – fornece condições para compreender e apreender diferenças na conceituação de classe disponível no momento da entrada de Thompson e Wood no debate marxista.

### 1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE MARX E ENGELS E O MATERIALISMO HISTÓRICO

A obra que demonstra o início da caminhada para libertação da produção marxiana em relação ao idealismo de Hegel e à Feuerbach é *A Ideologia Alemã*. Nela podemos encontrar a fundação do conhecimento da história em bases novas. A partir dessa obra, um novo campo conceitual começa a ser formulado por Marx, em parceria com Friedrich Engels, e, ao mesmo tempo, oferece subsídio para a crítica das produções da juventude de Marx. Sem se livrar totalmente da influência hegeliana, o texto marca a luta de Marx e Engels contra a filosofia alemã a partir de uma proposta de compreensão materialista da sociedade (FERNANDES, 2012).

De acordo com a consideração de Florestan Fernandes (2012, p. 53), “*A Ideologia Alemã* recolhe e sublima a experiência revolucionária concreta, acumulada por Marx e Engels de fins de 1843 em diante. [...] A atividade prática abriu-lhes novas perspectivas de observação direta da realidade [...]”. Tal formulação está em consonância com as proposições de Neal Wood (1978, p. 345), segundo o qual *cada* texto clássico de teoria política constitui uma reflexão sobre seu tempo, que versa sobre a natureza da sociedade em que foi produzido e, como desdobramento, “[...] a gênese de uma obra clássica de teoria política pode ser explicada em termos sociais, representando fundamentalmente uma posição partidária no

conflito do tempo em que foi produzido [...]”. Afinal, o material de Marx são os indivíduos reais, suas ações e as suas condições de vida.

A passagem para o conhecimento científico real está relacionada à recusa de Marx e Engels em elaborar novas respostas às mesmas questões e em enfrentar as problemáticas formuladas pela ideologia filosófica, buscando inaugurar um novo campo teórico que considerasse a materialidade do processo histórico.

Em suma, a fusão de ciência e comunismo – ‘o movimento *real* que abole o presente estado de coisas’ – é a pedra de toque da concepção de história formulada em *A Ideologia Alemã*. Ela instigou Marx e Engels a se ultrapassarem, completando sua revisão crítica do materialismo e da dialética, isto é, compeliu-os a inventar um método científico novo, que possibilitava a instauração da ‘ciência da história’ (FERNANDES, 2012, p. 52, grifo do autor).

A premissa de Marx e Engels é que os homens se distinguem dos demais animais pela capacidade de produzir, pelo trabalho, os meios necessários para a sua subsistência. Por essa premissa, nasce o conceito de *produção*. A partir dela, os autores distinguem os vários *modos de produção* de acordo com a natureza dos meios de subsistência. O conceito *modo de produção* comporta um sentido mais estrito – condições materiais de produção – e um sentido mais global – a totalidade dos níveis de uma formação social. Todavia, é preciso, segundo Lênin, distinguir o materialismo marx-engelsiano, do materialismo “vulgar”: “[...] o velho materialismo não tinha um *caráter histórico nem dialético* [...] e concebia a ‘essência humana’ como uma abstração e não como o ‘conjunto de todas as relações sociais’.” (LÊNIN, 1979, p. 9, grifos nossos).

Modo de produção, um conceito fundamental no marxismo, é explicado por Poulantzas como “[...] uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que, na sua combinação, aparecem como outras instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais desse modo [...]”. Retomando Engels, o filósofo grego radicado na França afirma que modo de produção “[...] compreende diversos níveis ou instâncias, o econômico, o político, o ideológico e o teórico, subentendendo-se que não se trata senão de um esquema indicativo e que é possível operar-se numa divisão mais exaustiva [...]”, sendo, pois, “[...] um *todo complexo com dominância*, em última instância, do econômico [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 13, grifo do autor).

Em outros termos, quando os homens se organizam para produzir e reproduzir sua vida material, são postas em movimento relações sociais de produção, que correspondem ao

nível de desenvolvimento das forças produtivas e que também determinam esse desenvolvimento. Essas relações acontecem sob as instâncias ou os níveis – econômico, político, ideológico e a teórico – que o econômico determina em última instância, enquanto o político legitima e garante a produção, o ideológico atua no sentido de garantir a coesão social e o teórico, por sua vez, opera em sentido analítico-reflexivo. Afirmar que o econômico determina em última instância não significa dizer “[...] que o econômico aí detenha sempre o papel dominante [...]”, mas, sim, que “[...] econômico é determinante na medida em que atribui a esta ou aquela instância o papel dominante, isto é, na medida em regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 14, grifo do autor).

Em consonância com essa análise, convém destacar, conforme Neal Wood (2002): (1) que a proeminência do econômico não significa determinação pela economia; (2) que o entendimento da história como processo dinâmico implica o reconhecimento que o “produto” ou “resultado” não pode ser previsto; (3) que a estrutura de classes e os conflitos são elementos centrais para a explicação; e (4) que uma concepção que explique o surgimento, as configurações e as relações entre as classes sociais. Em outras palavras, o modo de produção não existe em oposição aos fatores sociais, pois “[...] a inovação radical de Marx em relação à economia política burguesa foi precisamente a definição do modo de produção e das próprias leis econômicas em termos de fatores sociais [...]” (WOOD, 2011b, p. 30-33).

Como “[...] para os materialistas, a natureza está em primeiro lugar e o espírito em segundo [...]” (ULIANOV, 1971, p. 27), ao contrário dos idealistas, o que coloca como foco da observação e da análise são os elementos ou complexos de elementos materiais. O modo de produção não é, portanto, apenas um conceito importante, é, sobretudo, o *locus* de análise, pois “A unidade real do mundo consiste na sua materialidade [...]” (ENGELS, [1878?] apud ULIANOV, 1971, p. 163). A análise proposta por Marx e Engels é o materialismo histórico.

Segundo Engels (1950 apud FERNANDES, 2012, p. 178): “[...] o moderno materialismo é dialético [...] [pois] uma de suas faces [...] é materialismo histórico; na outra, socialismo científico [...]”. Essa análise “[...] é uma resposta da ciência à fermentação proletária da sociedade burguesa [...] [que] se vincula, como método e teoria, às exigências práticas do socialismo proletário [...]”, não se limitando a ser um método ou uma teoria científica, pois deve “[...] produzir um conhecimento ‘dinâmico’ da sociedade, que permita explicar seu movimento histórico real [...]” (FERNANDES, 2012, p. 178-179).

Em outras palavras, para Marx, as condições materiais de existência, ou seja, as relações sociais de produção determinam em última instância. Desse modo, ao “[...] regular o

deslocamento da dominância [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 14), definindo qual instância será dominante, essas condições materiais são os elementos centrais nas análises marxistas. Eis a importância de conceitos como relações sociais de produção, modo de produção e luta de classes, que não são meramente econômicos e permitem compreender a relação dialética entre as estruturas do econômico, da ideologia e da política.

Florestan Fernandes, ao analisar *As lutas de classes na França*, reafirma o parágrafo acima, apontando que:

As estruturas econômicas e sociais não ‘se refletem’ apenas, elas também se objetivam e materializam no nível dos acontecimentos e dos agentes do drama histórico (as funções de uma Assembleia Nacional Constituinte ou de um presidente e do seu ministério etc., na descrição de Marx). Do mesmo modo, os acontecimentos e os agentes do drama histórico não são, apenas, ‘determinados pela base econômica e social’ (pois esta não é um engenho autossuficiente); eles concentram e desencadeiam forças que preservam ou alteram aquela ‘base’. O esquema interpretativo materialista e dialético não só permitia passar de um nível ou outro: ele exigia uma representação do processo histórico como realidade concreta, isto é, como totalidade histórica, na qual se fundem o que parece ser *superficial* e o que é tido como *profundo* (FERNANDES, 2012, p. 95, grifos do autor)

Existem outras formas de interpretar a questão do modo de produção e da determinação em Marx, pois foram três grandes períodos de difusão da obra marxiana para os diversos centros receptores. O primeiro, sob a autoridade de Engels, que “[...] confundia em demasia ao usar o ‘nós’ (Marx e Eu) o que era de Marx e o que tinha sido colocado por Engels [...] por um explicável sentido defensivo [...]”. O segundo, sob a hegemonia da II Internacional, com destaque para Lênin, Rosa Luxemburgo e Kautsky, os quais, “[...] e tantos outros marxistas posteriores[,] tiveram menos acesso ainda aos textos que conhecemos hoje [...]” – “menos acesso ainda” em relação à Engels. E o terceiro período, sob uma curta hegemonia de Lênin, passou ao domínio stalinista, “[...] sofrendo deformações tão evidentes que não é preciso sequer se remeter a elas [...] Por sua vez, o chamado ‘marxismo ocidental’ trabalhou filosoficamente, de preferência, o ‘jovem Marx’.”, excetuando a fase “madura” de Lukács, “[...] especialmente em sua obra sobre ‘o ser social’.” (DUSSEL, 2011, p. 29-30).

Mesmo Florestan Fernandes fazendo parte de uma geração que não teve acesso à totalidade dos manuscritos que hoje são analisados pela MEGA (Marx-Engels-Gesamtausgabe), ele, como outros brilhantes intelectuais, não está preso à ortodoxia stalinista ou a um economicismo simplista, sendo a sua forma de interpretação chamada, inclusive, de

“ecletismo bem temperado” por Gabriel Cohn (BIANCHI, 2011, p. 67). Além disto, sua importância como intelectual e analista do marxismo é reconhecida.

Compreender essas proposições sobre Marx e Engels implica em compreender que, para eles, apenas uma transformação das relações sociais pode permitir uma transformação de ideias e concepções, o que é bem diferente de afirmar que as relações de produção determinam os elementos superestruturais.

É importante ressaltar que, apesar de uma ossificação da obra de Lênin a partir das ortodoxias stalinistas, há reiteradas vezes o apelo de Lênin para o “caráter histórico e dialético” do materialismo marxista e para uma “essência humana” construída pelo “conjunto das relações sociais”. Assim, a despeito do que pode ser apreendido sobre Lênin no opúsculo *As três fontes e as três formas constitutivas do marxismo*, entendemos que há indicações, até mesmo nas interpretações de Lênin, além de diversas obras de Marx e Engels, para negar a determinação pela economia dos elementos “superestruturais” – como a moral, a religião, a metafísica, o direito, e todos os elementos de natureza não-econômica. Afinal, o princípio de determinação imediata entre a base e a superestrutura, estabelecido no capítulo 3 de *A Ideologia Alemã*, foi sendo abandonado conforme Marx e Engels aprofundaram sua análise científica (LÊNIN, 1979; FERNANDES, 2012).

## 1.2 DISCUTINDO OS INDICATIVOS PARA UMA TEORIA DE CLASSE A PARTIR DE MARX E ENGELS

Engels afirma em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* que “[...] as condições de vida do proletariado, em sua *forma* clássica, plena, só existem no Império Britânico, em particular na Inglaterra propriamente dita [...]”. Em outra passagem, repete a afirmação: “[...] a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações [...]” (ENGELS, 2010, p. 41).

Engels, assim como Marx, reconhece na revolução industrial o processo de consolidação do capitalismo, em que a oposição entre a burguesia – nesta obra, o termo *classe média*<sup>4</sup> ainda aparece com frequência para designar a classe apropriadora – e o proletariado fica evidente com o enfraquecimento de frações intermediárias de classe:

---

<sup>4</sup> “[...] *classe média* no sentido inglês *middle-class* (ou, como se diz frequentemente, *middle classes*), que designa, como a palavra francesa *bourgeoise*, a classe proprietária, especificamente a classe proprietária que é distinta da chamada aristocracia [...]” (ENGELS, 2010, p. 43).

[...] o nível cultural dos diferentes trabalhadores está intimamente ligado às suas relações com a indústria: enquanto os operários industriais têm mais consciência de seus interesses, os mineiros a têm em grau menor e, entre os operários agrícolas, essa consciência quase não existe. *Também entre os operários industriais encontraremos essa gradação: os operários fabris, primogênitos da revolução industrial, estão, como sempre estiveram, no centro do movimento operário*, ao passo que os outros se vincularam a esse movimento na medida em que seus ofícios foram arrastados pelo vórtice da indústria – e, com o exemplo da Inglaterra, compreenderemos a importância histórica da indústria: o movimento operário evoluiu *pari passu* com o movimento industrial (ENGELS, 2010, p. 63, grifo nosso).

No segundo capítulo dessa dissertação, será possível verificar que Thompson explica essa maior consciência pela *experiência*, uma vez que o processo de formação da classe tem origem na sua sujeição formal em relação à classe apropriadora. Engels, porém, ainda que abra espaço para os analistas enxergarem o papel da experiência, aprofunda sua argumentação em outro sentido, pois ele não capta o processo de formação da classe, em vez disso, analisa a classe empiricamente observável, a classe formada, e essa formação ele atribui à industrialização. Não cabe aqui especular se essa análise de Engels é mais ou menos completa, se comparada com Thompson, até porque a disponibilidade de fontes era muito diferente nos períodos em que pesquisaram os dois autores. O fato é que Engels inaugura uma importante interpretação, isto é: o papel decisivo da revolução industrial para a questão social e como marco temporal, por isso a importância histórica e analítica desse conjunto de transformações que altera o modo de produzir e impacta decisivamente nas relações sociais e políticas.

Nesse sentido, Engels afirma que “A classe dos operários deu início à sua oposição à burguesia quando se rebelou violentamente contra a introdução das máquinas, nos primeiros passos do movimento industrial [...]” (ENGELS, 2010, p. 249, grifo do autor), e complementa: “O *cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia [...]” (ENGELS, 2010, p. 262, grifo do autor). Além da consideração da importância do cartismo. Engels considera o papel desempenhado pelo *socialismo* – posteriormente, designado *socialismo utópico* –, apesar de já assinalar seus limites para a luta operária:

Verificamos, assim, que o movimento operário está dividido em duas frações: os cartistas e os socialistas. Os cartistas são de longe os mais atrasados e menos evoluídos; mas são proletários autênticos, de carne e osso, e representam legitimamente o proletariado. Os socialistas têm horizontes mais amplos, apresentam propostas práticas contra a miséria, mas provêm originariamente da burguesia e, por isso, são incapazes de se amalgamar com a classe operária (ENGELS, 2010, p. 271).

Outra grande contribuição do jovem Engels é a compreensão da oposição de interesses entre operários e burgueses, que, desde o início, o distingue do *socialismo utópico* que “[...] mostra-se muito indulgente para com a burguesia e muito injusto para com o proletariado [...] [pois] só admitem como caminho para mudança a persuasão da opinião pública [...] [e] Não compreendem o desenvolvimento histórico [...]” (ENGELS, 2010, p. 270). Tal compreensão da natureza da oposição entre burgueses e operários é expressa nessa passagem:

A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: *é uma relação puramente econômica – o industrial é o ‘capital’, o operário é o ‘trabalho’*. E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas ‘trabalho’, mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe da capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto ‘trabalho’ como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra. Ele não pode conceber uma relação com o operário que não seja a da compra e da venda; não vê no operário um homem, vê *mãos (hands)*, qualificação que lhe atribui sistematicamente (ENGELS, 2010, p. 308, grifos nossos).

Na apresentação escrita por José Paulo Netto, podemos fixar a importância e os limites d’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*:

É no marco desses estudos que Engels, mesmo que ainda no interior do comunismo filosófico, descobre a importância capital, para a compreensão da vida social, das condições em que se opera a produção da vida material da sociedade – donde a relevância que a revolução industrial adquiriu na sua apreciação da sociedade inglesa. Mais: no seu pensamento desse período já se encontra, embrionariamente, uma determinação que só posteriormente Marx alcançaria, incorporando-a plenamente na sua análise da dinâmica capitalista – trata-se da tese segundo o qual o ‘caso clássico’ da Inglaterra antecipa o que sucederá nos outros países. Por isso mesmo, na Inglaterra o jovem Engels tem os olhos postos na Alemanha (NETTO, 2010, p. 25).

A percepção de José Paulo Netto sobre a análise de Engels pode ser confirmada na seguinte passagem:

Existem igualmente na Alemanha as causas fundamentais que produziram, na Inglaterra, a miséria e a opressão do proletariado e tais causas produzirão aqui os mesmos resultados. Entrementes, a constatação da miséria *inglesa* nos permitirá constatar a nossa própria miséria, a *miséria alemã*, e nos fornecerá um parâmetro para avaliar sua extensão e a gravidade do perigo – que se manifestou nas sublevações ocorridas na Silésia e na Boêmia – que,

nesse domínio, ameaça imediatamente a tranquilidade da Alemanha (ENGELS, 2010, p. 42, grifos do autor).<sup>5</sup>

Ainda conforme José Paulo Netto, esse trabalho Engels é inovador por trazer, pela primeira vez, a centralidade da *revolução industrial* para compreender o controle exercido pelo capital sobre a *produção*. Além disto, rompe com as teses que pensavam a solução da “questão social” por meio da filantropia, da “moralização da sociedade” ou por “[...] receitas utópicas idealizadas por mentes generosas [...]”, reconhecendo o papel da propriedade privada na organização da vida social. É ainda nesse trabalho que o proletariado deixa de ser uma massa sofredora e passiva e passa a ser reconhecido “[...] enquanto *classe*, como *sujeito revolucionário*, qualificado para promover a sua *autoliberação* [...]” (NETTO, 2010, p. 31-32, grifos do autor).

É certo que nessa obra há um otimismo quanto à projeção de uma proximidade da revolução proletária, mas isto não foi uma exclusividade de Engels. O mesmo otimismo pode ser verificado no artigo de Marx, *Glosas Críticas ao Artigo “‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De um prussiano”*, quando via na Revolta da Silésia um indicativo do caráter revolucionário entre os alemães, o que subsidiou a afirmação: “Ele [o prussiano, Arnold Ruge, criticado no artigo] descobrirá que *nem sequer uma* das revoltas de trabalhadores da França e da Inglaterra teve um caráter tão *teórico e consciente* quanto a revolta dos tecelões da Silésia [...]” (MARX, 2010, p. 44, grifos do autor). Marx, tão otimista quanto o jovem Engels, vaticinava a “[...] excelente predisposição do proletariado alemão para o socialismo [...]” (LÖWY, 2010, p. 12). Tal otimismo, não confirmado no desenrolar da história, não desabona a importância analítica e teórica da obra de Marx e Engels.

É fundamental fazer uma consideração sobre a utilização de uma “filosofia da história de corte hegeliano”, que preconiza uma história linear. De acordo com Álvaro Bianchi (2011, p. 59), “Se bem que fosse Engels e não Marx que estivesse mais preso a essa filosofia, o que se evidencia nas repetidas vezes em que este fez referência aos ‘povos sem história’, ela não deixa de estar presente no autor d’*O Capital* [...]”. Logo, estudar a Inglaterra tentando antecipar os resultados de outros países era uma implicação da sua filosofia da história, que esteve presente na obra marx-engelsiana até meados dos anos 1870. Segundo Bianchi (2011, p. 65), “Essa nova perspectiva que Marx formula a partir da sua reflexão, primeiro sobre a Irlanda e depois sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, representa uma ruptura decisiva com toda filosofia da história [...]”.

---

<sup>5</sup> Essa filosofia da história de corte hegeliano, evidente nessa obra de Engels, esteve presente nas formulações de Marx e Engels até os estudos sobre a Rússia e sobre a Irlanda (BIANCHI, 2011).

Marx e Engels nunca enunciaram uma teoria sobre as classes e, por isto, as proposições teóricas sobre o conceito de classe social no interior do marxismo não são convergentes. A circulação da produção marxiana para vários centros receptores provocou diferenças na recepção da teoria. A compreensão e o uso dos indicativos enunciados por Marx e Engels foram influenciados pelo contexto em que os autores marxistas estavam engajados no momento em que produziram suas obras, a partir dos escritos marx-engelsianos.

Além disso, há que se considerar a afirmação de Engels, redigida em 1895, para o prefácio de *As lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx, onde assume a importância da análise histórica:

A visão panorâmica clara sobre a história econômica de determinado período nunca será simultânea, só podendo ser obtida *a posteriori*, após a compilação e a verificação do material [...] o método materialista com muita frequência terá de se restringir a derivar os conflitos políticos de embates de interesses das classes sociais e frações de classes resultantes do desenvolvimento econômico, as quais podem ser encontradas na realidade (ENGELS, 2012a, p. 10).

A afirmação de Engels ressalta e reforça o caráter analítico do materialismo histórico, mas alerta para os limites do método. Além disto, essa passagem reafirma que as análises marxistas devem romper com o determinismo econômico: “[...] derivar os conflitos políticos de embates de *interesses* das classes sociais e frações de classes [...]” (ENGELS, 2012a, p. 10, grifo nosso). Tais interesses podem ser derivados do desenvolvimento econômico, mas sua mobilização para luta não é apenas reflexo do *econômico*, mas como dado da realidade esses interesses são afetados pela ideologia, pela história, pela política, etc. O próprio Engels completa a reflexão chamando a atenção para a importância do contexto histórico, ressaltando que o materialismo é *histórico*, sobretudo, e, como tal, não pode ignorar a especificidade e o processo *históricos*, com a seguinte afirmação:

Porém, a história não deu razão nem a nós, desmascarando nossa visão de então como uma ilusão. Ela foi ainda mais longe: não só destruiu nosso equívoco de então, mas também revolucionou totalmente todas as condições sob as quais o proletariado tem de lutar. Hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos, e esse é um ponto que merece ser analisado mais detidamente (ENGELS, 2012a, p. 14).

Engels fazia essa consideração menos de cinquenta anos após as análises contidas no livro, o que, indubitavelmente, deve servir como alerta para todo e qualquer analista, isto é, se o parceiro de vida e obra de Marx reconheceu – ainda que tardiamente – o peso da história, os

intérpretes da obra marxiana não podem ignorar o risco do *anacronismo*. Engels reafirmou, portanto, que o caráter histórico do materialismo não permitiu a produção de conclusões e análises absolutas que serviriam a qualquer espaço e tempo, ou seja: “A história não deu razão a nós nem a quem pensou de modo semelhante. Ela deixou claro que o nível do desenvolvimento econômico no continente naquela época nem de longe estava maduro para a eliminação da produção capitalista [...]” (ENGELS, 2012a, p. 16).

Além disso, esse balanço realizado por Engels chama a atenção para algumas temáticas que serão desenvolvidas, posteriormente, por alguns marxistas que vamos analisar nesse trabalho:

[...] ela [a *história*] provou isso mediante a revolução econômica que tomou conta do continente a partir de 1848 e só instalou de fato a grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente, na Rússia e fez da Alemanha um país industrial de primeira grandeza – tudo isso sobre uma base capitalista que, no ano de 1848, portanto, ainda tinha muita capacidade de expansão. Foi precisamente *essa revolução industrial que trouxe clareza às relações de classe*, que eliminou uma boa quantidade de existências intermediárias oriundas do período da manufatura e, na Europa Oriental, até mesmo do artesanato corporativo, *gerou uma burguesia real e um proletariado real da grande indústria e o deslocou para o primeiro plano do desenvolvimento social* (ENGELS, 2012a, p. 16, grifos nossos).

Fica evidente nessa passagem alguns indicativos para entender a formação da classe: (1) ela não nasce meramente da oposição provocada pela revolução industrial – ela “trouxe clareza”; (2) a revolução industrial, ao reduzir e enfraquecer grupos intermediários, clarifica o campo da luta; (3) Marx e Engels percebiam formações conscientes de classe na Inglaterra, na França, na Alemanha e na Rússia – inclusive publicaram obras sobre o tema nesses países – e percebiam movimentos evidentes da luta de classes já em 1848, quando a base capitalista “[...] ainda tinha muita capacidade de expansão [...]”, reforçando a compreensão de que a situação de classe é dada a partir da sujeição formal do produtor ao apropriador (ENGELS, 2012a, p. 16).

Surge, então, a partir da interpretação acima, a possibilidade de desenvolver formações conscientes de classe: *classe para si*, para alguns autores, a *experiência* da vivência na situação de classe provocando formações conscientes, para outros. Sobre esse tema, Karl Marx afirma no primeiro volume d’*O Capital*:

A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período

manufatureiro. Mas é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital [...] Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio (MARX, 2013, p. 499-501).

Essa afirmação nos oferece uma chave para a compreensão do conceito de classe em Karl Marx:

1. “[...] *a luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista* [...]” (MARX, 2013, p. 499, grifos nossos);
2. “[...] suas convulsões atravessam todo período manufatureiro [...]” (MARX, 2013, p. 499);
3. “[...] é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital [...]” (MARX, 2013, p. 499). Portanto, a partir da Revolução Industrial, as esferas passam a ser separadas: lutar contra o próprio meio de trabalho reflete a reação do trabalhador contra as novas condições impostas pelas relações de produção capitalista: a luta contra a dominação econômica, a luta contra a “[...] arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas operárias, greves, etc. contra a autocracia do capital [...]”, a luta contra a “[...] potência hostil ao trabalhador [...]” (MARX, 2013, p. 508).
4. “Foi preciso *tempo e experiência* até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, assim, aprendesse a transferir seus ataques [...] para a forma social de exploração desse meio [...]” (MARX, 2013, p. 501, grifos nossos): o reconhecimento da incompletude das lutas contra a face econômica da exploração (assim como é incompleta a luta política que não mira os poderes políticos intocados na propriedade privada que, apesar de políticas, foram apartadas do Estado como *momento coercitivo da apropriação*), como, por exemplo, a luta por melhores salários - isso ajuda entender o motivo pela qual apenas a luta política, contra os poderes do Estado, são insuficientes para a emancipação política do trabalhador no capitalismo, como também a luta por melhores salários não mira o princípio da exploração.

Sobre os desdobramentos 1 e 2, em *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. De um Prussiano, Marx afirma:

A revolta silesiana começa justamente no ponto em que as revoltas dos trabalhadores da França e da Inglaterra terminam, ou seja, consciente da essência do proletariado. A própria ação possui esse caráter *superior*. Não são destruídas apenas as máquinas, essas rivais dos trabalhadores, mas também *os livros contábeis*, os títulos de propriedade, e, ao passo que todos os demais movimentos se voltaram apenas contra o *industrial*, o inimigo visível, este movimento se voltou simultaneamente contra o banqueiro, o inimigo oculto. Por fim, nenhuma revolta de trabalhadores da Inglaterra foi conduzida com tanta bravura, ponderação e persistência (MARX, 2010, p. 44, grifos do autor).

Esse artigo de 1844 – portanto, anterior ao *O Capital* – já dava indícios da incompatibilidade de uma leitura baseada no *determinismo econômico*. A análise se refere à Prússia, anterior ao processo de Unificação da Alemanha, em um momento em que seu desenvolvimento industrial ainda estava em um estágio menos avançado que na França e, principalmente, que na Inglaterra. Marx afirma: “É preciso reconhecer que o proletariado alemão constitui o *teórico* do proletariado europeu, assim como o proletariado inglês é seu *economista político* e o francês seu político [...]” (MARX, 2010, p. 45, grifos do autor).

Projeções frustradas à parte – Marx via a Alemanha como vocacionada para a revolução social – o que interessa é o valor analítico dos conceitos empregados. O autor percebe e denuncia que, apesar do maior desenvolvimento das relações de produção, o proletariado inglês agia em uma orientação economicista. Já o proletariado francês concentrava suas ações para o enfrentamento com o Estado – atacava o elemento *político* da dominação sem alcançar os poderes políticos intocados na propriedade privada. E, mesmo em um estágio de desenvolvimento capitalista ainda aquém dos outros países citados, a revolta dos tecelões da Silésia continha o enfrentamento político, ao travar disputa com o rei e suas tropas, e o enfrentamento econômico de forma complexa – a exploração industrial visível e a exploração capitalista ocultada operada pelos bancos.

Tal compreensão, impossível para os *deterministas econômicos*, não representa um problema para Karl Marx: “O descompasso entre o desenvolvimento filosófico e o desenvolvimento político na Alemanha não constitui nenhuma *anormalidade* [...]”. Mais do que isso, Marx chama atenção para a questão da consciência de classe: “A revolta silesiana começa justamente no ponto em que as revoltas dos trabalhadores da França e da Inglaterra terminam, ou seja, consciente da essência do proletariado.” (MARX, 2010, p. 44-45, grifo do autor). De onde vem essa consciência?

Fosse o desenvolvimento das forças produtivas a única explicação, esse movimento teria tido exemplares anteriores na Inglaterra ou na França. O Partido Comunista da

Alemanha não estava mais estruturado nesse momento do que os Partidos Comunistas de outros países europeus, e as ações dos intelectuais e das lideranças operárias ocorriam tanto lá, como na Inglaterra, França, Bélgica, etc. Se, por um lado, as projeções de uma revolução na Alemanha não se confirmaram, por outro, esse testemunho é importantíssimo no sentido de compreender as leituras marxianas sobre a classe e as possibilidades de pensar e repensar *classe como conceito*.

Ainda no artigo analisado acima observe os desdobramentos 3 e 4, Marx afirma:

[...] uma revolução *social* encontra-se na perspectiva do *todo* – mesmo que ocorra em um único distrito fabril – por ser um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da *perspectiva* de *cada* indivíduo real, porque a *comunidade* contra cujo isolamento em relação a si o indivíduo insurge é a *verdadeira* comunidade dos humanos, a saber é a condição *humana*. Em contrapartida, a *alma política* de uma revolução consiste na *tendência* das classes sem influência política de eliminar seu *isolamento* em relação ao *sistema estatal* e ao *governo*. Sua perspectiva é a do Estado, a de um *todo abstrato*, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real, que é *impensável* sem a contraposição organizada entre ideia universal e existência individual do ser humano. Consequentemente uma revolução de alma política também organiza, em conformidade com a natureza *restrita* e contraditória dessa alma, um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade [...] A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse *ato político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro *político* (MARX, 2010, p. 50-52, grifos do autor).

Marx ajuda a compreender e problematizar a separação entre o *econômico* e o *político*. Atuar em apenas um dos campos é insuficiente: “[...] por mais *parcial* que seja, a revolta *industrial* comporta uma alma universal, por mais universal que seja, a revolta *política* abriga, sob sua forma mais *colossal*, um espírito mesquinho [...]”. Se a revolta industrial, mesmo possuindo alma universal, é parcial e a revolta política por mais universal que seja abriga um espírito mesquinho, é a *revolução* a chave para a transformação completa: “Toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido, ela é *política* [...]” (MARX, 2010, p. 50-51, grifos do autor).

Em *As lutas de classes na França*, Karl Marx também ajuda pensar sobre os desdobramentos 3 e 4, enunciados anteriormente:

O que sucumbiu nessas derrotas [revolução de 1848 a 1849] não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais, *os resultados de relações sociais que não haviam culminado em antagonismos agudos de classe – pessoas, ilusões, concepções, projetos dos quais o partido revolucionário ainda não estivera livre antes da Revolução de Fevereiro e dos quais se livraria não pela vitória de fevereiro, as unicamente por força de uma série de derrotas [...] não foram suas conquistas tragicômicas imediatas que abriram caminho ao progresso revolucionário; muito pelo contrário, foi a geração de uma contrarrevolução coesa e poderosa, a geração de um adversário, e foi no combate a ele que o partido da revolta amadureceu, tornando-se um partido realmente revolucionário* (MARX, 2012, p. 35, grifos nossos).

Portanto, Marx reconhece a importância dos elementos *econômicos*: “O desenvolvimento do proletariado industrial, de modo geral, é condicionado pelo desenvolvimento da burguesia industrial [...]”, mas ele também reconhece a importância de elementos *extraeconômicos*: “[...] foi no combate a ele que o partido da revolta amadureceu, tornando-se um partido realmente revolucionário [...]” (MARX, 2012, p. 47). Isto abre possibilidades para enxergar o espaço para *a experiência*, para *os determinantes estruturais*, para o processo conscientização, tornando-se *classe para si*. De todo modo, quanto mais se lê Marx, menos se vê espaço para o determinismo econômico.

Outra passagem importante para análise diz respeito ao reconhecimento da crescente diversificação e diferenciação no interior da classe operária. Marx afirma:

O aumento da produção e de subsistência, acompanhado da diminuição relativa do número de trabalhadores, leva à expansão do trabalho em ramos da indústria cujos produtos – como canais, docas, túneis, pontes, etc. – só trazem retorno num futuro mais distante. Eles se formam, seja diretamente sobre a base da maquinaria, seja em consequência da revolução industrial geral que ela provoca, como ramos inteiramente novos da produção e, portanto, como novos campos de trabalho (MARX, 2013, p. 517).

Para Marx e Engels, a dominação de classe parte de um princípio de que “[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes [...]”. Em outros termos: a dominação ideológica aparece como um sustentáculo da dominação exercida no âmbito da produção. Porém, essas ideias são propagadas como “ideias puras” advindas de pensadores supostamente neutros, imparciais. A grande questão é que as ideias dominantes tendem a ser cada vez mais universais, em função da classe dominante “[...] apresentar seus interesses como sendo os interesses comuns a toda a sociedade [...]” assim que ocupa o poder. Em síntese: as ideias da classe dominante tomam “forma de universalidade”, sendo apresentadas como “universalmente válidas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 55-57).

Para complexificar a dominação de classe, para Marx, o Estado é uma forma de domínio segundo a qual a classe dominante faz prevalecer seus interesses comuns de classe. Assim, o Estado pode defender os interesses do conjunto da classe dominante, mesmo que seja necessário sacrificar o interesse particular de uma fração dessa classe. Além disto, permite que os interesses da classe dominante sejam apresentados como interesses gerais – o que faz com que essa dominação de classe aparente ser a expressão do interesse geral. Tal aparência associada aos aparelhos de repressão permitem ao Estado executar sua função específica: garantir a propriedade privada dos meios de produção. E assim o faz buscando conter o antagonismo de classe, conservando o *status quo* (LÊNIN, 1979).

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apresentam a luta de classes como o motor da história. O desenvolvimento das forças produtivas que permitiram a superação do feudalismo em direção ao capitalismo traz uma tripla implicação: (1) o proletariado é subalternizado pela burguesia e pelo Estado burguês, bem como é ofuscado pela máquina; (2) ocorre uma “proletarização” de outras classes que não conseguem suportar a concorrência imposta pela grande indústria em relação à produção artesanal e manufatureira; (3) o desenvolvimento industrial aumenta a concentração da massa proletária, ao mesmo tempo em que as condições de subsistência são precarizadas (MARX; ENGELS, 2007).

A partir dessa tripla implicação, Marx e Engels percebem, vivenciam e participam de um processo onde, cada vez mais consciente, a classe operária passa se organizar em associações, onde aumentam as lutas que se desdobram em motins. Apesar de a organização e os motins até desembocarem em algumas vitórias com resultados efêmeros, o que não é banal é o estabelecimento de uma unidade dos operários – às vezes, prejudicada pela competição entre os trabalhadores – que proporcionou respostas em níveis mais amplos (MARX; ENGELS, 2007).

Por essa experiência, Marx e Engels conseguem identificar o proletariado como a única classe, de fato, revolucionária. As outras classes só reagem à burguesia sob ameaças e participam eventualmente de um processo de luta, mas, para tanto, precisam se deslocar de sua posição classe original e assumir uma posição de classe operária. Por outro lado, a classe operária não é ameaçada com o desenvolvimento da grande indústria, pois é o autêntico resultado desse desenvolvimento (MARX; ENGELS, 2007).

Porém, os autores advertem que a classe operária só pode chegar ao poder mediante a destruição da propriedade privada dos meios de produção. Essa apropriação dos meios de produção atenderia a uma demanda majoritária. Os intelectuais até consideram a hipótese da classe operária se aliar a outras classes, mas quando os setores não-proletários tentarem

consolidar o movimento em seu favor, o proletariado deve reagir. Falam, então, de uma concepção de revolução permanente: não deve ser abreviado pelas etapas democráticas que conservem a dominação do capital, pois para a classe operária a única via de emancipação é a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, nunca deve se limitar a uma reforma nesse tipo de propriedade. Para tanto, os trabalhadores devem manter a independência de sua organização, atuando dentro dos marcos da legalidade, mas, também, fora dos dispositivos institucionais da democracia burguesa (MARX; ENGELS, 2007).

Em linhas gerais, para a classe operária cumprir seu papel revolucionário, ela deve tomar consciência dos interesses de classe dos proletários, adotar formas de organização armada e independente da burguesia, não se deixar envolver pelas ilusões da democracia burguesa e se conscientizar da necessidade de uma revolução permanente. Tais recomendações são mais inteligíveis ao realizar uma análise do contexto em que as ideias de Marx e Engels foram elaboradas: no período de consolidação da Segunda Revolução Industrial, quando as tensões sociais se intensificaram – vide a Revolução de 1848-49, a Comuna de Paris, os diversos levantes operários e as sangrentas repressões aos trabalhadores.

Em síntese: não elaboram uma teoria de classes, mas abrem possibilidades para pensar classes. A destacar:

- 1) Abrem possibilidade de pensar classe social a partir dos pressupostos hegelianos: *classe em si e classe para si*;
- 2) Reforçam a importância da análise dialética, demonstrando a impertinência de análises pautadas pelo determinismo econômico, principalmente, Marx.

A despeito de não enunciar uma teoria, deixam *elementos universais*<sup>6</sup> para o conceito de classe:

- Centralidade da luta de classes;
- Papel político e potencialmente revolucionário da classe operária;
- Referência estrutural no conceito de classe que permite utilizar idênticas designações – a burguesia, o proletariado, o campesinato – em contextos bem distintos no espaço e no tempo.

Em suma: conferem a centralidade do processo histórico à classe operária, que seria dotada de potencial revolucionário. Tal posicionamento coloca a classe operária como elemento central nas estratégias de transformação política e social e vai servir de combustível

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, “elementos universais” será uma nomenclatura usada para análise, referindo-se ao que pode ser usado independentemente do contexto em que o conceito foi criado.

teórico para organizações trabalhistas do século XIX, fomentando a organização internacional da classe trabalhadora.

### 1.3 DISCUTINDO OS INDICATIVOS PARA UMA TEORIA DE CLASSE A PARTIR DE LÊNIN

O desenvolvimento do conceito de classe em Lênin caminhou *pari passu* ao de uma proposta revolucionária, a partir da centralidade do Partido de *Novo Tipo*. Esse desenvolvimento tem como base a definição filosófica do que é o materialismo dialético. Lênin reafirma essa definição em um debate, principalmente, contra os revisionistas inspirados em Ernst Mach. Essa reafirmação do materialismo dialético em *Materialismo e Empirocriticismo* foi importante para difundir as ideias filosóficas que embasavam Marx e Engels, proporcionando aos marxistas melhores condições de apreensão do materialismo histórico dialético. Nessa obra, Lênin apresenta três importantes conclusões:

1. As coisas existem independentemente da nossa consciência, independentemente das nossas sensações fora de nós [...]
2. Não há, nem pode haver, nenhuma diferença de princípio entre o fenômeno e a coisa em si. Não há diferença senão entre o que é conhecido e aquilo que não é ainda [...]
3. Na teoria do conhecimento, como em todos os outros domínios da ciência, é importante argumentar dialecticamente, isto é, não supor a nossa consciência imutável e completa, mas analisar como o *conhecimento* nasce da *ignorância*, como o conhecimento incompleto, impreciso, se torna mais completo e preciso (ULIANOV, 1971, p. 95, grifos do autor).

Essas conclusões gnosiológicas podem oferecer bases para entender o processo de análise e compreensão da classe social como fenômeno, conforme a concepção construída por Lênin. A *classe* existe independentemente de nossa consciência. A *classe*, como *coisa em si*, em princípio, não se difere do *fenômeno*, isto é, não há diferença de princípio entre a *classe em si* e a *classe* como objeto do conhecimento captado pela intuição – espaço e tempo – e pelas categorias inatas do intelecto. A diferença significativa é entre o que é conhecido e o que ainda não o é. Deste modo, as relações de produção fundamentam a existência da *classe* como *coisa em si*, porém surge, com isto, a necessidade de analisar como nasce o *conhecimento* a partir da *ignorância* sobre a classe para os próprios indivíduos dispostos em uma dada situação de classe. Na concepção de Lênin, é neste interregno que atua o Partido de Novo Tipo: ele é um agente para viabilizar o *conhecimento* a partir da *ignorância* e, assim, possibilitar a *consciência de classe*. Em outros termos, o Partido de Novo Tipo seria um agente para viabilizar a *classe para si*.

Tal reflexão é autorizada, pois “Engels diz, clara e distintamente, que refuta a coisa em si *inaccessível* (ou incognoscível) de Kant [...]”. Além disto, Lênin recorre ao filósofo Albert Lévy: “Marx, naturalmente, vai ao encontro das precauções da crítica; admitiu a existência das coisas em si [...]”, e complementa: “A. Lévy não duvida um só instante que Marx admite a existência das coisas em si!”. A afirmação de Lévy é usada por Lênin, pois “[...] se, entre as pessoas que se dizem socialistas, existem algumas que não querem ou não podem estudar as teses de Marx, encontram-se, às vezes, filósofos burgueses [...] que dão prova de boa fé [...]”. O francês Albert Lévy seria um desses casos: segundo Lênin, ele “[...] consagrou o terceiro capítulo da segunda parte do seu livro sobre Feuerbach ao estudo da influência deste filósofo sobre Marx [...]” (ULIANOV, 1971, p. 94-97).

Compreender a pertinência da *coisa em si* para fundamentar o conceito de *classe para si* é um passo. O outro passo é compreender a questão da consciência. Para tanto, é preciso retomar como as categorias hegelianas são operacionalizadas por Marx e Engels. Lênin cita Marx e Engels para explicar a questão:

Para Hegel – escrevia Marx - o processo do pensamento que ele personifica mesmo sob o nome de ideia num sujeito independente, é o demiurgo (o criador) da realidade... Para mim, pelo contrário, o ideal não é senão o material transposto e traduzido no cérebro humano’ (O Capital, I, posfácio da segunda edição). Perfeitamente de acordo com a filosofia materialista de Marx, F. Engels, expondo-a no *Anti-Dühring* (*ver*), que Marx lera ainda em manuscrito escrevia: ‘A unidade do mundo consiste no seu ser... A unidade real do mundo consiste na sua materialidade e esta última está provada... por um longo e laborioso desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais... O movimento é o modo de existência da matéria. Nunca e em parte alguma houve nem poderá haver matéria sem movimento... Matéria sem movimento é impensável do mesmo modo que movimento sem matéria... Mas, se se pergunta depois disso, o que são o pensamento e a consciência, e de onde provêm, conclui-se que são produtos do cérebro humano e que o próprio homem é um produto da natureza, o qual se desenvolveu no seu ambiente e com ele; daí se compreende por si só que os produtos do cérebro humano que, em última análise, são igualmente produtos da natureza, não estão em contradição, mas sim em correspondência com a restante conexão da natureza (LÊNIN, 1979, p. 7-8).

A longa citação acima ajuda a compreender qual foi a ruptura feita por Marx e Engels em relação a Hegel. A categoria hegeliana *coisa em si* pode, portanto, ser operacionalizada no marxismo, mas sempre compreendendo que Marx e Engels rompem com a tese idealista de que “[...] as ideias [...] eram os objectos e o seu desenvolvimento que eram para ele os reflexos da ideia [...]”. Como adotam uma perspectiva materialista, Marx e Engels negam toda e

qualquer forma de pensar que afirma “[...] que o espírito é primeiro em relação à natureza [...]” (LÊNIN, 1979, p. 8). Mais do que isto, negavam:

[...] não apenas o idealismo, sempre ligado, de uma maneira ou outra, à religião, mas também o ponto de vista [...] de Hume e de Kant, o agnosticismo, o criticismo, o positivismo sob seus diferentes aspectos, considerando esse gênero de filosofia como uma concessão ‘reaccionária’ ao idealismo e, no melhor dos casos, ‘uma maneira envergonhada de aceitar o materialismo às escondidas, renegando-a publicamente [...]’ (LÊNIN, 1979, p. 8).

Lênin, ao comentar a passagem acima, afirma que Marx e Engels procuraram salvar a dialética do “[...] descalabro do idealismo [...]” e é por tal providência que – citando Engels novamente – enfatiza que o marxismo compreende o mundo “[...] como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como seus reflexos mentais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, por um processo de gênese e de depercimento [...]” (LÊNIN, 1979, p. 9).

Não há, portanto, contradição em recorrer a algumas categorias hegelianas. Para aprofundar a questão da classe em si tornando-se classe para si, voltemos à Lênin:

É importante sobretudo reter a opinião de Marx sobre as relações entre liberdade e necessidade: ‘A necessidade só é cega enquanto não é compreendida. A liberdade consiste em conhecer a necessidade.’ (F. Engels, *Anti-Dühring*.) É o reconhecimento das leis objectivas que regem a natureza e da transformação dialéctica da necessidade em liberdade (*da mesma maneira que a transformação da ‘coisa em si’, não conhecida mas cognoscível, em ‘coisa para nós’, da ‘essência das coisas’ em ‘fenômeno’*) (LÊNIN, 1979, p. 9, grifo nosso).

A transformação da necessidade em liberdade, passando obrigatoriamente pela “consciência” e pelo conhecimento da necessidade, serve para Lênin relacionar que, dialeticamente, a “coisa para si” torna-se “coisa para nós”, a partir da nossa tomada de consciência sobre sua existência, a partir do nosso conhecimento. É assim que, a partir de Lênin, passa a ser possível, no marxismo, o uso de *classe em si* e *classe para si*. Essa forma de análise recorre a categorias hegelianas tomadas por uma análise dialética – o que também denota a influência de Hegel –, sem qualquer contradição com o amadurecimento intelectual de Marx e Engels. Claramente, com o amadurecimento de Marx e Engels, o idealismo é superado rumo a um materialismo renovado. Lênin explica que:

O defeito essencial do ‘velho’ materialismo, incluindo o de Feuerbach (e, com mais forte razão, o do materialismo ‘vulgar’ de Büchner-Vogt Moleschott), era para Marx e Engels: 1 – que este materialismo era essencialmente mecanicista [...] 2 – que o velho materialismo não tinha um caráter histórico nem dialético (sendo pelo contrário metafísico, no sentido de antidialético) e não aplicava a concepção do desenvolvimento de forma consequente e sob os seus aspectos; 3 – concebia a ‘essência humana’ como uma abstracção e não como o ‘conjunto de todas as relações sociais’ (concretamente determinadas pela história), não fazendo assim mais do que ‘interpretar’ o mundo, enquanto aquilo de que se tratava era de o ‘transformar’, ou, por outras palavras, não compreendia a importância da ‘actividade revolucionária prática’ (LÊNIN, 1979, p. 9).

Em síntese: “[...] o materialismo explica a consciência pelo ser, e não o contrário, ele exige, quando aplicado à vida social da humanidade, que se explica a consciência *social* pelo ser *social* [...]” (LÊNIN, 1979, p. 10-11, grifo do autor).

Demonstrada a pertinência da utilização da *coisa em si* em Marx e Engels, voltemos a questão fundamental: *como é operada a categoria coisa em si e sua relação com a práxis?* Vejamos a passagem a seguir:

A ideia de Marx é, portanto, a seguinte: assim como às nossas representações correspondem objetos reais fora de nós, assim também à nossa actividade fenomenal corresponde uma actividade real fora de nós, uma actividade das coisas; neste sentido, a humanidade não participa apenas do absoluto pelo conhecimento teórico, mas também pela actividade prática; e toda atividade humana adquire, deste modo, uma dignidade, uma nobreza, que lhe permite acompanhar paralelamente a teoria: a actividade revolucionária tem, desde logo, uma contribuição metafísica [...] (ULIANOV, 1971, p. 98).

Lênin parte do princípio engelsiano de que “[...] a verdade absoluta resulta da integração de verdades relativas [...]” (ULIANOV, 1971, p. 124). Isto quer dizer que para apreender o conhecimento absoluto é necessário partir de verdades relativas, parcelas de verdades ou verdades aproximadas, que são obtidas tanto pela teoria quanto pela atividade prática. Tal constatação dá sentido à *práxis* marxista. Em outros termos:

Engels cita, a título de exemplo, a lei de Boyle (o volume do gás é inversamente proporcional à pressão exercida sobre esse mesmo gás). A ‘parcela de verdade’ contida nesta lei representa tão-somente uma verdade absoluta dentro de certos limites. Esta lei não é mais do que uma verdade ‘aproximada’ (ULIANOV, 1971, p. 125).

A chave para o conhecimento científico da realidade é a teoria e, paralelamente, a atividade revolucionária. Essa premissa é fundante para a atuação de Lênin:

[...] o desenvolvimento da práxis lenineana aparece integrada no *scopus* das grandes contribuições que procuraram dar *soluções de práxis* ou ‘respostas civilizatórias’ as questões candentes postas pela realidade concreta, ressaltando ainda, seu *rigoroso vínculo* ao conjunto categorial-analítico da teoria social de Marx (MAZZEO, 2015, p. 31, grifos do autor).

Seria um “[...] processo permanente do conhecimento que se objetiva em dois momentos dialeticamente articulados [...]”. A conexão entre a cotidianidade, a imediaticidade, o mundo pragmático e o pensamento teórico em si é fundamental para compreender o processo permanente do aprendizado (MAZZEO, 2015, p. 32). Em outras palavras:

Há na práxis humana uma *conexão dialética* e permanente entre o *quantum* socialmente realizado e as *qualidades geradas e conquistadas* por essas realizações – a relação entre quantidade e qualidade –, nesse sentido, *o processo de acúmulo social gera saltos qualitativos* – de caráter ontológico – e, desse modo, novas conquistas sociais [...] nada mais correto do que vincular o pensamento marxiano à noção de conhecimento ligado ao aprendizado, como resultado da práxis humana (MAZZEO, 2015, p. 32, grifos do autor).

Essas questões filosóficas acima apresentadas perpassam toda a ação e produção de Lênin. Acima relacionamos algumas dessas questões com o conceito de classe, mas poderíamos usar para explicar a própria postura de Lênin: “[...] o caráter político-prático constitui *um* dos traços do pensamento lenineano, o que não reduz o revolucionário russo a um teórico da prática política [...]” (BRAZ, 2015, p. 57). Dito de outro modo, essas bases filosóficas não são encontradas apenas na construção dos conceitos, mas também na forma em que Lênin articulava um “movimento teórico político”, extraindo “[...] da realidade, como poucos, os elementos revolucionários da sua teoria [...]” (BRAZ, 2015, p. 59).

É, pois, de fácil acesso a informação de que Marx e Engels não desenvolveram uma teoria estruturada de classe. Isto não era uma necessidade teórica para compreender o contexto vivido e para desenvolver uma *práxis*, pois eles se depararam com a classe em seu estado puro, empiricamente observável. Ela era identificável. Estavam dadas de forma clara as fronteiras entre o proletariado e as demais classes, inclusive para os próprios operários. Por isto, o esforço de Marx e Engels em relação ao proletariado era possibilitar “[...] substituir os sonhos pela ciência [...] [pois] eles ensinaram [a classe operária] a conhecer-se e a tomar consciência de si mesma [...]” (LÊNIN, 1979, p. 29).

Lênin, por sua vez, demonstra uma preocupação em analisar mais a fundo a classe e a luta de classes, pois o contexto de sua produção e de sua ação revolucionária obrigava um

desenvolvimento da consciência de classe e de modos de formular as possibilidades de uma aliança do proletariado com o campesinato, e implicava na necessidade de demarcar as fronteiras entre a luta do proletariado e a luta de outros segmentos que buscavam apenas a deposição do czarismo e a implantação de uma democracia representativa. Toda essa situação perpassa a produção lenineana que, ao contrário do que fez transparecer as ortodoxias stalinistas, não comportava nenhum grau de ossificação. Podemos usar como exemplo a seguinte passagem:

Só o conhecimento objectivo do conjunto de relações de todas as classes, sem excepção, de uma dada sociedade e, por conseguinte, o conhecimento do grau objetivo de desenvolvimento desta sociedade e das relações entre ela e as outras sociedades, pode servir de base a uma táctica justa da classe de vanguarda [...] Em cada grau do seu desenvolvimento, em cada momento, a táctica do proletariado deve ter em conta esta dialéctica objectivamente inevitável da história da humanidade: por um lado, utilizando épocas de estagnação política, ou da chamada evolução ‘pacífica’, que caminha a passos de tartaruga, para desenvolver a consciência, a força e a capacidade de luta da classe de vanguarda; por outro, orientando todo este trabalho de utilização para o ‘objectivo final’ dessa classe, tornando-a capaz de resolver praticamente as grandes tarefas (LÊNIN, 1979, p. 25).

A análise acima que reforça a importância da historicidade no marxismo não se trata de uma contradição da obra lenineana em relação à Marx e Engels, ao contrário, é justificada na própria produção marxiana. Lênin recorreu ao texto de Engels sobre Feuerbach, segundo o qual:

Nada há de definitivo, de absoluto, de sagrado para a filosofia dialéctica. Ela mostra a caducidade de todas as coisas e para ela nada mais existe se não o processo ininterrupto do surgir e do perecer, da ascensão sem fim, do inferior para o superior, de que ela não é senão o simples reflexo no cérebro pensante (ENGELS, [1886?] apud LÊNIN, 1979, p. 10).

A importância da passagem acima é reforçar que Lênin tinha clareza de que o materialismo histórico não permitia dogmatismo. A obra citada é uma importante produção de Engels que reflete o amadurecimento teórico dele e Marx. Nas produções da maturidade, a centralidade da historicidade e o reconhecimento da importância do contexto ficam cada vez mais claros. Na nota da editora da coletânea de textos intitulada *Lutas de Classes na Rússia*, de Marx e Engels, publicada pela Boitempo em 2013, lemos a seguinte passagem:

A ‘Carta à redacção da *Otechestvenye Zapiski*’, redigida por Marx em 1877, marca a virada metodológica do materialismo histórico, que rompe com a

perspectiva etapista. De grande impacto nos movimentos revolucionários russos, a ‘Carta’ foi inclusive citada várias vezes por Lênin para justificar a análise das condições concretas de produção próprias à Rússia a partir do materialismo histórico (MARX; ENGELS, 2013, p. 7).

Michael Löwy concorda com essa nota da editora e afirma, na introdução do conjunto dos textos que compuseram *Lutas de Classes na Rússia*, o seguinte:

Com efeito, estes escritos – sobretudo os de Marx – significam uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico. A partir de 1877, eles sugerem, ainda não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro. Trata-se de uma verdadeira virada metodológica, política e estratégica, que antecipa, de forma surpreendente, os movimentos revolucionários do século XX (LÖWY, 2013, p. 9).

É importante ressaltar que a produção lenineana não ossifica o materialismo histórico, mas também não se pode acreditar que o dogmatismo teórico produzido pelas ortodoxias stalinistas se impõem ao marxismo-leninismo sem qualquer justificativa. São bastantes claros os motivos das ortodoxias stalinistas produzirem esse tipo de análise, porém, sua origem está na interpretação e no reforço de passagens contidas nas próprias obras. Uma questão central é a da metáfora base-superestrutura. É bastante recorrente a crítica de que parte da vulgarização da produção marxiana está relacionada ao peso teórico dado a essa metáfora<sup>7</sup>. Tal peso não se sustentaria se fosse analisada integralmente a obra de Marx e de Lênin, mas a confusão encontra fundamento em algumas passagens. Por exemplo:

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (LÊNIN, 1979, p. 11).

Passemos, após mencionar a relação entre a produção lenineana e as ortodoxias stalinistas, a analisar a obra *Que fazer?* escrita entre 1901 e 1902. Nessa obra, ainda como liderança do POSDR, Lênin usava o termo social-democrata para se referir à atividade

---

<sup>7</sup> Desenvolveremos nos próximos capítulos as críticas formuladas por Poulantzas, Thompson e Ellen Wood em relação a esse assunto. Além disso, recorreremos a alguns comentadores que versam sobre a questão.

revolucionária dos membros do partido. Porém, ainda que usasse essa nomenclatura, Lênin estava se referindo a uma ação revolucionária, segundo ele, aos moldes marxistas. Para explicar a questão da nomenclatura, recorreremos a uma passagem escrita em *As tarefas do proletariado na nossa revolução*. Vejamos:

Devemos repetir que somos marxistas e que nos baseamos no *Manifesto Comunista*, deturpado e traído pela social-democracia [...] O nome ‘social democracia’ é *cientificamente* inexacto, como, aliás, Marx demonstrou repetidas vezes nomeadamente na *Crítica do Programa de Gotha*, em 1875, e como Engels repetiu, em linguagem mais popular, em 1894 [...] O nosso partido vê mais longe: o socialismo deverá inevitavelmente transformar-se de modo gradual em comunismo, em cuja bandeira figura este lema: ‘De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades’ [...] a segunda parte da denominação do nosso partido (social-democrata) também é *cientificamente* inexacta. A democracia é uma das formas do *Estado*. Entretanto, nós, marxistas, somos inimigos de *qualquer* Estado [...] O marxismo se distingue do anarquismo por reconhecer a *necessidade do Estado* para a passagem ao socialismo [...] de um Estado como a Comuna de Paris de 1871, como os Sovietes de deputados operários de 1905 e 1917 (LÊNIN, 1980a, p. 43, grifos do autor)<sup>8</sup>.

Feita essa ponderação, voltemos à *Que fazer?* Nesse texto, Lênin procurou desenvolver o papel do partido, o partido de *Novo Tipo*, na “conscientização” e na organização do proletariado para a ação revolucionária, e distinguir o objetivo da ação dos marxistas em relação aos *trade-unionistas*. Em outras palavras, o partido de *Novo Tipo* seria o instrumento pelo qual os operários, pertencentes à *classe* como *coisa em si* cognoscível, poderiam, de modo dialético – teoria e prática –, tomar consciência da realidade da *classe* – se falássemos de um outro objeto genericamente seria *coisa para nós*, mas falamos de uma formação cujos sujeitos *cognoscentes* são membros, portanto, *coisa para si*, daí *classe para si* – categoria mais desenvolvida por Lukács. Nas palavras de Lênin:

‘Todos estão de acordo’ que é necessário desenvolver a consciência política da classe operária. Pergunta-se, *como* fazê-lo e o que é necessário para o fazer? A luta econômica ‘leva’ os operários a pensar unicamente nos problemas relacionados com a atitude do governo em relação à classe operária; por isso, *por mais que nos esforcemos* na tarefa de ‘imprimir à própria luta econômica um caráter político’, *nunca poderemos*, dentro dos limites de tal tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até a consciência política **social-democrata**) porque *esses próprios limites são estreitos* [...] o erro fundamental de todos os ‘economistas’, a saber: a

---

<sup>8</sup> A citação é usada apenas para esclarecer as diferenças entre os sociais-democratas e os marxistas, para Lênin. Diferenças que justificaram o abandono do termo “social democrata”. Dito isso, não é ponto pacífico entre os marxistas que Democracia é apenas uma das formas do Estado. Ellen Wood, por exemplo, vê na democracia também uma forma de organizar a sociedade civil.

convicção de que se pode desenvolver a consciência política de classe dos operários *a partir de dentro*, por assim dizer, da sua luta económica [...] A consciência política de classe não pode ser levada *senão do exterior*, isto é, de fora da luta económica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera em que se pode obter conhecimentos é na esfera das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si. Por isso, à pergunta: ‘que fazer para levar conhecimentos políticos aos operários?’, não se pode dar unicamente a resposta com que se contentam, na maioria dos casos, os militantes dedicados ao trabalho prático, sem falar já dos que pendem ao ‘economismo’, ou seja: ‘Há que ir aos operários.’ Para levar aos *operários* conhecimentos políticos, os **sociais-democratas** devem *ir a todas as classes da população*, devem enviar *para toda a parte* destacamento do seu exército (LÊNIN, 1979, p. 135-136, grifos nossos).

Reiteramos que o uso do termo *social-democrata* – bem como seus derivados – foi revisto e problematizado, posteriormente, com o acirramento da divisão do POSDR e o avançar do processo revolucionário na Rússia. Entretanto, o texto supracitado e aqui analisado é fundamental para reforçar que, para Lênin, “Só o partido que *organize* campanhas de denúncias realmente *dirigidas a todo o povo* poderá tornar-se, nos nossos dias, vanguarda das forças revolucionárias [...]” (LÊNIN, 1979, p. 142-143, grifo do autor). Lênin era enfático em atribuir ao partido – à época, ainda no POSDR, começava a formulação do Partido de *Novo Tipo* – o papel de organizador:

[...] em que todas as questões levantadas na nossa agitação serão esclarecidas a partir de um ponto de vista invariavelmente *social-democrata* [já tratamos da questão da nomenclatura], sem a menor indulgência para com as deformações, intencionais ou não, do marxismo; em que esta ampla agitação política multiforme será realizada por um *partido* que reúne, num todo indivisível, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, *a educação revolucionária do proletariado*, salvaguardando ao mesmo tempo a independência política deste, *a direcção da luta económica da classe operária* e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que põem de pé e atraem sem cessar para o nosso campo novas e novas camadas do proletariado! (LÊNIN, 1979, p. 143, grifos do autor).

Já mencionada a questão da nomenclatura, concentraremos-nos ao papel do partido, que organizaria a ofensiva popular contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, a direcção da luta económica da classe operária e a utilização dos conflitos espontâneos para atrair novas camadas proletárias. Esse modelo de partido é definido como:

[...] um sujeito político oposto a espontaneidade, mas também um sujeito político que alimenta as suas iniciativas e articula suas táticas considerando

que a espontaneidade das massas é o *elemento embrionário da consciência política*, que só se constituirá plenamente no desenvolvimento das ações políticas da luta de classes, quando for colocado em questão o poder político e a própria legitimidade do Estado burguês. A consciência de classe não surge como um momento de ‘revelação’ para cada indivíduo em particular, como simples decorrência do conhecimento, mas de uma experiência prática e continuada de um trabalho de educação política (COUTINHO, 2015, p. 96, grifo do autor).

O partido preconizado por Lênin é organizador de uma luta política “[...] muito mais ampla e mais complexa do que a luta económica dos operários contra os patrões e o governo [...]”. O partido de *Novo Tipo* que “[...] deve ser, inevitavelmente, de um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta económica [...] [onde] *deve desaparecer por completo toda a distinção entre operários e intelectuais*, para não falar já da distinção entre as diferentes profissões de uns e outros [...]” (LÊNIN, 1979, p. 158, grifos do autor). Ou seja:

[...] essa concepção de partido político revolucionário é também incompatível com as características do intelectual tradicional, do intelectual orgânico da burguesia, na medida em que sua inserção na política requer a militância efetiva e integral no trabalho de educação política do proletariado; afinal, o que Lênin afirma é que, de um lado, a consciência teórica dos intelectuais não existe sem o seu objeto e, de outro, que a incapacidade dos operários para romper ‘de dentro’ a ideologia burguesa, implica a necessidade deles receberem do exterior de sua prática cotidiana, os conhecimentos oriundos de outro universo teórico, conhecimentos indispensáveis para a compreensão das contradições existentes na realidade social. É assim que, para Lenin, supera-se a cisão entre prática e teoria, entre operários e intelectuais. Na reflexão de Lênin a ultrapassagem desta cisão só pode ser operada através de um movimento que contemple a articulação entre conhecimento e ação em uma realidade social concreta (COUTINHO, 2015, p. 99).

Lênin, portanto, enxerga o protagonismo da classe operária, mas não acredita que essa consciência possa ser desenvolvida pelo próprio operário, ela precisa vir de fora, por meio do Partido de Vanguarda – ou de *Novo Tipo* –, para superar as reações meramente economicistas. Observemos:

Para Lenin, a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital – por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo. Tampouco pode enfrentar as manobras burguesas que atuam no sentido de desmobilizá-la, valendo-se tanto dos meios abertamente repressivos, quanto daqueles de natureza manipulatória, através dos quais procura cooptar as lideranças mais combativas do operariado. Ademais, a luta operária alterna historicamente momentos de maior combatitividade e momentos mais conformistas, ao sabor das

variações conjunturais que determinam as possibilidades objetivas das lutas sociais. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, *a todo tempo*, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa (BRAZ, 2015, p. 75, grifo do autor).

A obra *Que Fazer?*, conforme analisa Marcelo Braz, é considerada de menor peso teórico devido a uma suposta “canonização” do partido idealizado por Lênin, o que favoreceu a ossificação da teoria lenineana pelas ortodoxias stalinistas. Além disto, este texto sofreu com o conservadorismo acadêmico que vetou a incorporação de Lênin ao meio acadêmico após 1917, o que foi agravado pela vulgarização de sua teoria levada a cabo pelas ortodoxias stalinistas acentuadas nos anos 1930-1940 e, também, pelo “terrorismo ideológico” vigente durante a Guerra Fria.

Por fim, há que se considerar que nos anos 1960 e 1970 houve uma revisão na esquerda ocidental – renovação do marxismo e ruptura ou contestação ao leninismo em reação ao stalinismo e ao totalitarismo soviético. Todos esses fatores foram agravados pela falência do socialismo real. Porém, nessa obra, Lênin faz distinções importantes: diferencia as lutas econômicas da luta política revolucionária, diferencia as lutas espontâneas das lutas revolucionárias e esclarece que a consciência de classe não nasce nas lutas espontâneas, exigindo “[...] a direção de um partido de vanguarda capaz de politizar a luta de classes em suas várias expressões [...]” (BRAZ, 2015, p. 68-70). Em síntese:

Lênin trata o problema numa perspectiva dialética na *qual a organização política do proletariado se expressa como forma de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política efetiva*. Daí que a forma que o partido deverá assumir no processo das lutas de classes, bem como os variados instrumentos da luta política – como o são os inúmeros meios de propaganda revolucionária (jornais, revistas, panfletos etc.) – desdobram-se de análises que articulam dialeticamente: a estrutura de classes da Rússia czarista, a natureza do capitalismo no país, a forma do Estado e de suas instituições políticas, o papel da ideologia e as possibilidades de desenvolvimento da consciência de classe, as formas de ser do proletariado em suas diversas franjas urbanas e rurais etc. (BRAZ, 2015, p. 70, grifo do autor).

Há que se considerar que o formato de partido organizado no stalinismo não coincide com esse partido preconizado por Lênin e aqui analisado por nós. Essa advertência é confirmada por Ronaldo Coutinho:

[...] é necessário frisar que a posição de Lênin sobre a relação entre *consciência e espontaneidade*, decisiva para a sua concepção teórica do partido revolucionário não se identifica, sob qualquer ângulo, com as

posições oportunistas, autoritárias e burocráticas dos partidos comunistas de orientação stalinista que consumaram a equivalência deformada de teoria com *doutrina*, para efeito de manipulação político-ideológica (COUTINHO, 2015, p. 95, grifos do autor).

Em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, Lênin considera o marxismo “[...] o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês [...]”. Essas “fontes” produziram uma doutrina que, segundo Lênin, é capaz de dotar os homens de “[...] uma concepção integral do mundo, inconciliável com toda superstição, com toda reação, com toda defesa da opressão burguesa [...]”. A filosofia do marxismo é o materialismo enriquecido com “[...] as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, o qual conduzira, por sua vez, ao materialismo de Feuerbach. A principal dessas aquisições é a dialéctica [...]” (LÊNIN, 1979, p. 35-36).

Lênin enxerga Marx como um continuador de Adam Smith e David Ricardo que “Fundamentou com toda precisão e desenvolveu de forma consequente aquela teoria [*teoria do valor-trabalho*] [...]” e que teria enxergado uma “*relação entre pessoas*” onde “[...] os economistas burguesas viam relações entre objectos (troca de uma mercadoria por outras) [...]”, enfatizando a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produção como determinante para o valor de uma mercadoria e colocando como “pedra angular” a *teoria da mais-valia*. Por fim, ressalta a influência do socialismo *utópico*, tendo sido Marx, segundo Lênin, “[...] o primeiro a ter sabido deduzir daí a conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado consequentemente. Tal conclusão é a doutrina da *luta de classes* [...]” (LÊNIN, 1979, p. 36-38, grifos do autor).

Apesar de advertir que “[...] no marxismo não há nada que se assemelhe ao ‘sectarismo’, no sentido de uma doutrina fechada em si mesma, petrificada [...]”, algumas passagens desse opúsculo podem ter sido a abertura do caminho para a ossificação do marxismo-leninismo consolidada pelas ortodoxias stalinistas. É nesse opúsculo que Lênin afirma que “A doutrina de Marx é onipotente porque é exacta. É completa e harmoniosa, dando aos homens uma concepção integral do mundo [...]” (LÊNIN, 1979, p. 35).

Além disso, nesse pequeno artigo volta a usar uma forma de escrita que permite interpretações que elevam a metáfora base-superestrutura a um *status* de conceito. Vejamos:

Assim como o conhecimento do homem reflecte a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o *conhecimento social* do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) *reflecte* o *regime econômico* da

sociedade. *As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica.* Assim, vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado (LÊNIN, 1979, p. 36, grifos nossos).

É fundamental considerar que esse artigo foi escrito ainda na disputa pela liderança no interior do POSDR. Lênin, durante toda sua produção, estava disputando a liderança do processo revolucionário. Primeiro, seu embate foi com os populistas, e, depois, seu embate se dirige em consolidar o marxismo como elemento teórico-prático do POSDR, enfrentando correntes inspiradas pelo revisionismo marxista e pelo pensamento *trade-unionista* (BRAZ, 2015, p. 60).

Porém, ainda que o contexto não fosse o mesmo, as ortodoxias stalinistas utilizaram essas brechas para adaptar o marxismo-leninismo ao seu projeto de poder. Se, por um lado, essa manipulação contraria a própria unidade entre teoria e prática que permeou a produção lenineana. Por outro, é preciso admitir que Lênin, em muitos momentos, sustenta suas teses em obras solo de Engels, como se ele e Marx pensassem exatamente iguais em todos os aspectos, e, além disso, parte importante da obra de Marx e Engels só se tornou conhecida após a morte de Lênin<sup>9</sup>.

O problema de considerar os escritos de Engels como se fossem todos eles ratificados por Marx é que é necessário considerar que Engels foi extremamente mecanicista em obras como *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e *Dialética da Natureza*. Além do mais, conforme Enrique Dussel:

O próprio Engels confundia em demasia ao usar o ‘nós’ (Marx e eu) o que era de Marx e o que tinha sido colocado por Engels. Além disso, por um explicável sentido defensivo, não podia ter uma visão arqueológica e nítida dos descobrimentos teóricos de Marx como podemos ter hoje [...] Kautsky, Lênin e tantos outros marxistas posteriores tiveram menos acesso ainda aos textos que conhecemos hoje (DUSSEL, 2011, p. 30).

Por fim, apesar dessas ponderações, a obra de Lênin possui importância indiscutível. Sua prática política modificou decisivamente o curso da história. Sua produção se tornou base não só para as ortodoxias stalinistas, mas para o desenvolvimento posterior de outros importantes teóricos marxistas.

Assim, analisando as obras de Lênin, compreendemos que o seu conceito de classe apresenta os seguintes elementos centrais:

---

<sup>9</sup> Além dos diversos artigos e cartas publicados pela MEGA, *Os Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, *A Ideologia Alemã* e os *Gundrisse* foram publicados após a morte de Lênin.

- Retoma e desenvolve as categorias inspiradas na influência hegeliana de *classe em si* e *classe para si* – categorias indicadas por Marx e Engels, que serão retomadas e ressignificadas posteriormente por Lukács;
- A questão da possibilidade de despertar uma consciência de classe “ideal e pré-determinada” como estratégia efetiva para a luta de classes em contextos capitalistas menos desenvolvidos, onde coexistiam o modo capitalista e formas antigas de produção.

#### 1.4 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO EM LUKÁCS

Georg Lukács, em *História e Consciência de Classe*, anuncia seu ponto de partida: no marxismo a divisão da sociedade em classes deve ser *determinada* segundo a posição no processo de produção (LUKÁCS, 2003, p. 133). Desse ponto de partida, cumpre destacar os elementos centrais para o autor na análise sobre classes sociais:

- As categorias hegelianas: “classe em si” e “classe para si”, dando continuidade ao modelo leninista.
- A categoria consciência de classe, como fator que garante a unidade da classe para a luta revolucionária.
- O papel “maiêutico” do partido, capaz de possibilitar os “trabalhadores empíricos” realizarem seu potencial.

A fim de detalhar como a concepção lukacsiana contempla os três tópicos supracitados, essa seção retoma o significado de *consciência de classe* para o pensador húngaro. Para isso, o caminho indicado por ele passa pelas seguintes questões:

1. “[...] o que se deve entender (teoricamente) por consciência de classe? [...]”;
2. “[...] qual é a função da consciência de classe assim entendida (na prática) na própria luta de classes? [...]”;
3. “[...] a questão da consciência de classe é uma questão sociológica ‘geral’ ou tem para o proletariado significado inteiramente diferente daquele que teve para todas as outras classes surgidas até então na história? [...]”; e
4. “[...] a essência e a função da consciência de classe formam uma unidade ou comportam diferentes gradações e camadas? Se for assim, qual seu significado prático na luta de classes do proletariado? [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 133-134).

As questões acima, retiradas de *História e Consciência de Classe*, servem como um percurso didático para compreender como o conceito de classe foi pensado pelo autor. Entretanto, há algumas premissas sob as quais se edificam essa concepção. A primeira delas é o reconhecimento da “[...] independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm dela [...]”, que constitui elemento essencial para o marxismo. A segunda é que Marx propõe uma “filosofia crítica” que se ancora em uma crítica histórica, pois “[...] dissolve sobretudo o caráter fixo, natural e não realizado das formações sociais [...]”. Essa filosofia crítica, como uma “teoria da teoria” ou “consciência da consciência”, trata as formações sociais “[...] como surgidas historicamente e, como tal, submetidas ao devir histórico em todos os aspectos, como formações predeterminadas ao declínio histórico [...]”. Em suma: as duas premissas são: (1) as forças que movem a história funcionam independentemente da consciência dos indivíduos sobre elas e (2) as formações sociais surgiram historicamente e são predestinadas ao declínio histórico, não havendo “[...] princípios sociais eternamente válidos [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 134-136).

Todavia, o fato de as forças motrizes da história se moverem independentemente da consciência dos homens não significa que os atos humanos sejam irracionais, irrefletidos, sem qualquer dose de consciência. Pelo contrário, “[...] o materialismo histórico, assim constituído, não contesta de modo algum que os homens cumprem e executam conscientemente seus atos históricos.” A questão é, portanto, identificar se a consciência que mobiliza os atos históricos é uma consciência “real”, “autêntica”, ou uma “falsa” consciência” (LUKÁCS, 2003, p. 139). Em outros termos: “Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*.” (MARX; ENGELS, 2011, p. 49, grifo do autor).

Em primeiro lugar, “[...] *o que se deve entender (teoricamente) por consciência de classe?* [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 133, grifo nosso).

A *consciência de classe* não pode ser confundida com a soma ou a média “[...] do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc.”. Ela se revela na relação com a sociedade como totalidade, ou seja, “[...] a consciência de sua existência, em todas as suas determinações essenciais [...]”, só pode ocorrer a partir da percepção da sociedade em sua totalidade, “[...] a partir de uma situação de classe determinada [...]”. Em suma, a consciência de classe é “[...] a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção [...]”. Deste modo, “[...] a ação

historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 140-144).

Em segundo lugar, “[...] *qual é a função da consciência de classe assim entendida (na prática) na própria luta de classes?* [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 133, grifo nosso)

Qualquer classe com potencial para superar a subordinação e para “[...] intervir na marcha da história como fator de conservação ou progresso [...] [depende de uma] reflexão consciente [...]” a respeito da totalidade da sociedade que incida “[...] sobre os interesses [...]” dessa classe. Afinal, a dominação só é possível com a organização de toda a sociedade a partir dos interesses e da consciência de uma dada classe dominante. “E a questão que em última análise decide toda luta de classes é a seguinte: qual classe dispõe, no momento determinado, dessa capacidade e consciência de classe [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 144).

O parágrafo acima não significa que Lukács ignore a “violência histórica”. Na verdade, “[...] os problemas da consciência de classe [...]” tornam-se efetivamente decisivos numa situação de luta, quando estão presentes as “questões de violência”. Além disto, é justamente por meio da “violência histórica” que se pode afirmar os interesses de uma classe. Isto é, a consciência de classe é o fator que unifica a classe para a luta a ponto de enfrentar as violências impostas e de organizar – inclusive violentamente – toda a sociedade por meio de sua consciência e interesse (LUKÁCS, 2003, p. 145).

Em outras palavras, o que importa aqui é saber em que medida elas estão em condições de se conscientizar das ações que devem executar efetivamente para conquistar e organizar sua posição dominante. Portanto, o que importa é saber até que ponto a classe em questão realiza “conscientemente” ou “inconscientemente” as tarefas que lhes são impostas pela história e até que ponto essa consciência é verdadeira ou falsa (LUKÁCS, 2003, p. 145-146).

Com as respostas às duas primeiras questões, temos condições de esclarecer um dos pontos centrais da concepção lukacsiana de classe: o uso das categorias hegelianas: “classe em si” e “classe para si”, dando continuidade ao modelo leninista.

A “classe em si”, independentemente do grau de consciência sobre a totalidade da sociedade, é determinada pela situação de classe que é “[...] a consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade, não algo arbitrário, subjetivo ou psicológico [...]”. Posto de outro modo, a sociedade é dividida em classes que são *determinadas* pelo processo de produção, não se tratando do que o indivíduo imagina, pensa, sente, mas do que a história os coage a fazer – independentemente de reconhecer as forças motrizes reais da história. Por

outro lado, a “classe para si” implica na classe dotada de consciência e capacidade para a luta de classe e para conquistar e organizar sua posição dominante (LUKÁCS, 2003, p. 147).

Essa consciência é a aquela de classe, originada na relação e compreensão da sociedade como totalidade, que implica na “reação adequada” a uma situação determinada no processo de produção. Ela não é nem a média e nem a soma dos pensamentos e sentimentos dos membros, mas “[...] uma relação estrutural determinada, como um nexos formal definido, que parece dominar todos os nexos da vida [...]” e que proporciona uma reflexão consciente sobre a totalidade da sociedade, oferecendo capacidade para “[...] intervir na marcha da história [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 143-144).

Em resumo: a “classe em si” é, por um lado, o resultado da disposição dos indivíduos em relação aos meios de produção e, conseqüentemente, o papel que esse indivíduo ocupará nas relações de produção, independentemente de sua consciência sobre as forças motrizes da história. Por outro lado, a “classe para si” é a unificação dos indivíduos que ocupam uma situação de classe em torno de uma consciência edificada sobre a reflexão da totalidade da sociedade, uma consciência a partir de uma dada situação de classe que ofereça condições para saber o que deve executar e força para efetivamente realizar a conquista e organização de sua posição dominante. Assim, elucidamos também o segundo elemento central para a concepção lukacsiana de classe: a categoria consciência de classe, como fator que garante a unidade da classe para a luta revolucionária (LUKÁCS, 2003).

Em terceiro lugar, “[...] a questão da consciência de classe é uma questão sociológica ‘geral’ ou tem para o proletariado significado inteiramente diferente daquele que teve para todas as outras classes surgidas até então na história?” (LUKÁCS, 2003, p. 133-134, grifo nosso).

Para começar a responder essa questão, é fundamental fixar a seguinte distinção: classes nas sociedades pré-capitalistas “[...] só podiam ser retiradas da realidade histórica imediatamente dada por *intermédio da interpretação da história* operada pelo materialismo histórico [...]”. De outro modo: “[...] no capitalismo as classes são *essa realidade* imediata e *histórica* [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 155, grifos do autor).

Nas classes sociais atuais, originadas ainda no período anterior ao capitalismo e nas classes típicas das épocas pré-capitalistas, a “[...] consciência de classe não é capaz por sua natureza de assumir uma forma plenamente clara e nem de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos [...]”. Isso ocorre, pois, nas sociedades anteriores ao capitalismo, “[...] os elementos econômicos se unem *inextricavelmente* aos elementos políticos, religiosos,

etc. [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 148-149, grifo do autor). Havia muito menos coerência nas relações econômicas em virtude da maior autonomia entre as partes.

Naquelas sociedades, o Estado e seus aparelhos eram a própria dominação porque o excedente do trabalho só era possível por meio de obrigações “extraeconômicas”. Assim, a forma pela qual tanto o conceito quanto a organização das posições sociais é estabelecida “[...] permanece economicamente inconsciente, que o caráter puramente tradicional de seu simples crescimento deve ser vestido em moldes jurídicos [...] [pois] as formas jurídicas devem necessariamente intervir de maneira *constitutiva* nas conexões econômicas [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 152-153, grifo do autor).

Deste modo, as relações de produção pré-capitalistas ocorrem em uma economia que “[...] não atingiu objetivamente o *nível do ser para si* [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 153, grifo do autor). Porém, o autor não afirma a ausência do fundamento econômico, apenas que o “conteúdo econômico” estava intocado em uma “unidade jurídica formal” que garantia privilégios, fixando a consciência na disputa em torno do *status*. Assim, a consciência do *status* obscurecia a consciência de classe (LUKÁCS, 2003, p. 154). Porém:

Com o capitalismo, com o desaparecimento das estruturas estamentais e a constituição de uma sociedade com articulações *puramente* econômicas, a consciência de classe chegou ao estágio em que *pôde se tornar consciente*. Agora a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade (LUKÁCS, 2003, p. 156, grifos do autor).

Em relação aos enfrentamentos típicos do capitalismo, “A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 156). Porém, “[...] para o proletariado a relação entre consciência de classe e a situação de classe é tanto mais simples quanto maiores forem os obstáculos que se opõem à realização dessa consciência na realidade [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 175). Entretanto, há gradações em relação à consciência de classe proletária, que serão oportunamente desenvolvidas. Em contrapartida:

[...] a barreira que faz da consciência de classe da burguesia uma ‘falsa’ consciência é objetiva; é a situação própria da classe. É a consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade e não algo arbitrário, subjetivo ou psicológico. Pois, a consciência de classe da burguesia, embora possa refletir com clareza sobre todos os problemas de organização dessa dominação, da revolução capitalista e de sua penetração no conjunto da produção, deve necessariamente se obscurecer no momento em que surgem problemas, cuja solução remete para além do capitalismo, mesmo no interior da experiência da burguesia (LUKÁCS, 2003, p. 147).

Logo, a consciência de classe “[...] *tem para o proletariado significado inteiramente diferente daquele que teve para todas as outras classes surgidas até então na história [...]*” (LUKÁCS, 2003, p.134, grifo nosso).

Por fim, “[...] *a essência e a função da consciência de classe formam uma unidade ou comportam diferentes gradações e camadas? Se for assim, qual seu significado prático na luta de classes do proletariado? [...]*” (LUKÁCS, 2003, p. 134, grifo nosso). Quanto à primeira indagação, há uma falta de unidade na própria consciência:

Embora a sociedade represente em si uma unidade rigorosa e seu processo de desenvolvimento seja homogêneo, ambos não dados à consciência do homem como unidade, especialmente o homem nascido em meio à reificação capitalista das relações enquanto um meio natural, mas lhe são dados como multiplicidade de coisas e forças independentes uma das outras (LUKÁCS, 2003, p. 175).

Em relação à segunda indagação, o significado prático dessa falta unidade na consciência de classe do proletariado é a “[...] separação entre a luta econômica e a luta política [...]”. Tal cisão decorre da divisão dialética entre objetivo individual e final, entre interesse imediato e “fim último”, entre fator individual e totalidade (LUKÁCS, 2003, p. 175-176). Em termos mais diretos:

A vitória revolucionária do proletariado não é, portanto, para as classes anteriores, *a realização imediata do ser socialmente dado da classe*, mas, como já reconheceu e enfatizara vivamente o jovem Marx, é seu *auto-aniquilamento* [...] Por um lado, essa dialética interna da situação de classe dificulta o desenvolvimento da consciência de classe proletária em oposição à da burguesia, que podia prender-se à superfície dos fenômenos, deter-se no empirismo mais grosseiro e mais abstrato ao desenvolver sua consciência de classe [...] a situação de classe do proletariado inscreve a contradição diretamente em sua própria consciência, enquanto as contradições resultantes para a burguesia da sua situação de classe tinham de aparecer como limites externos de sua consciência. No entanto, por outro lado, essa contradição significa que a ‘falsa’ consciência tem uma função totalmente diferente no desenvolvimento do proletariado do que em todas as classes anteriores [...] na falsa consciência do proletariado e nos seus erros reais, há uma *intenção orientada para o verdadeiro* (LUKÁCS, 2003, p. 177-178, grifos do autor).

Contudo, a superação dessa falta de unidade se dará por meio da ação consciente do proletariado, o que possibilita a sua “vitória exterior” na luta de classes. A cisão da luta econômica e da luta política, todavia, ajuda a demonstrar a diferença entre consciência de classe – consciência sobre a situação histórica da classe – e “[...] consciência psicológica de

cada proletário ou a consciência psicológica de massa em seu conjunto [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 179).

Enquanto essa cisão não for superada por meio da ação consciente, a “[...] consciência do proletariado ainda se encontra[rá] sujeita à reificação [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 185). De fato, devido à materialidade, é mais fácil perceber a exploração econômica e, portanto, a situação de classe no plano econômico do que no plano político. Ainda mais difícil é reconhecer a situação de classe no plano cultural. Porém, essas cisões revelam que a consciência de classe não alcançou sua plenitude. Nos termos de Lukács (2003, p. 188):

Na verdade revelam-se nesse momento não somente gradações nacionais ou ‘sociais’, mas também gradações na consciência de classe das próprias camadas operárias. A separação entre economia e política é o caso mais característico e, ao mesmo tempo, importante a esse respeito. Sabemos que há camadas do proletariado que têm um instinto de classe inteiramente correto para a luta econômica, podendo inclusive elevá-lo à consciência de classe, mas que, ao mesmo tempo, em questões políticas, por exemplo, perseveram num ponto de vista utópico. É evidente que isso não significa uma dicotomia mecânica. A visão utópica da função da política deve reagir dialeticamente sobre as visões a respeito do desenvolvimento econômico, particularmente sobre as visões a respeito da totalidade da economia.

Lukács defende que essas gradações não podem mais ser reduzidas às causas econômicas ou sociais e que são “necessidades históricas objetivas” – “[...] distinções da possibilidade objetiva do tornar-se consciente [...]” – e, também, “[...] assinalam os degraus de distância entre a consciência de classe psicológica e o conhecimento adequado ao conjunto da situação[...]” (LUKÁCS, 2003, p. 189).

É para realizar a mediação entre a teoria e a *práxis* que o partido tem papel fundamental, a fim de possibilitar que a classe-em-si se torne classe-para-si, superando a falta de unidade do proletariado. O partido na produção lukacsiana, dessa fase de *História e Consciência de Classes*, segundo Sérgio Lessa, era visto a partir de uma “concepção messiânica” (LESSA, 2015, p. 123). Conforme Lukács (2003, p. 554, grifo do autor):

Se os partidos mencheviques são a expressão dessa crise ideológica do proletariado no plano da organização, os partidos comunistas, por sua vez, é a forma organizada, consciente para esse salto e, desse modo, o primeiro passo *consciente* para o reino da liberdade.

Esse novo tipo de organização – o partido comunista – tem a função da “[...] *mediação entre o homem e a história* [...] [e é] uma *forma autônoma* da consciência de classe que serve

ao interesse da revolução [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 560; 577, grifo nosso). O partido ocuparia papel central na transformação da *classe em si* em *classe para si*:

O partido, enquanto totalidade, supera as separações reificadas de nações, profissões etc. de acordo com as formas de manifestações da vida (economia e política) e por meio da sua ação dirigida à unidade e à coesão revolucionárias, a fim de produzir a verdadeira unidade da classe operária. Do mesmo modo, devido a sua organização rigorosamente coesa, à disciplina férrea que dela decorre, à exigência de engajamento de toda sua personalidade, o partido rompe para cada um dos seus membros os invólucros reificados que anuviam a consciência do indivíduo na sociedade capitalista (LUKÁCS, 2003, p. 593).

Porém, essa tese coloca os revolucionários como uma “[...] vanguarda acima da classe, capazes de encarnar a consciência de classe autêntica [...]”, o que já seria uma proposição superada no marxismo, pois o próprio Marx já desenvolveu a ideia de que “[...] o partido revolucionário deveria representar os interesses do proletariado a partir de suas próprias demandas, e não o contrário, como propostas vindas ‘de cima’ ou ‘de fora’ do universo do trabalho [...]” (DEO, 2015, p. 373).

Outras críticas à Lukács vêm de Nicos Poulantzas. Em primeiro lugar, a construção do conceito lukacsiano, que concebe a classe como sujeito da história, reduz o problema teórico da estrutura à questão da origem “[...] reportada ao autodesenvolvimento da classe-sujeito da história [...]”. Além disto, essa teoria das classes importa para o marxismo a questão hegeliana “[...] ontológico-genético da história [...] [tratando] níveis de análise como etapas históricas da formação da classe [...]”. Quer dizer, o autodesenvolvimento da classe-sujeito da história passaria pelas seguintes etapas: de “massa indiferenciada” a “classe-em-si” e, finalmente, por meio do partido como seu demiurgo, atingiria o *status* de “classe-para-si” (POULANTZAS, 1977, p. 57-61).

Portanto, apesar de estar em Marx as primeiras referências de classe-em-si e classe-para-si e de tais categorias serem desenvolvidas em Lênin, Poulantzas percebe que Lukács elabora uma interpretação de classe baseada em equívocos: (1) o nível econômico consiste em estruturas, mas as classes – atores-sujeitos – estão ausentes e, por isto, analisar o nível econômico não necessita do conceito de classe, recorrendo às “leis inconscientes” da economia; (2) a classe emerge nos níveis político e ideológicos que são analisados em termos de lutas de classes, uma vez que não podem ser analisados em termos de estrutura. Segundo Poulantzas (1977, p. 73): “[...] Trata-se precisamente da concepção que Lênin atacou, indicando que ela atribui à política o papel de ‘sacudir de cima’ o econômico [...]”.

## 1.5 GRAMSCI E O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

As reflexões de Antonio Gramsci sobre as esferas do social e do político não são realizadas separadas do fator econômico – ainda que suas obras não apresentem análises extensas e pormenorizadas sobre as determinações econômicas. Para ele, a política realiza a mediação entre produção material e reprodução da vida humana. Deste modo, o autor busca tratar sua análise a partir da relação entre “infraestrutura” e “superestrutura”, isto é, suas reflexões são marcadas pelo princípio da totalidade (SIMIONATTO, 2009).

Suas análises podem ser agrupadas em dois períodos para Vanzulli. O Gramsci de 1917-1918, chamado de “primeiro Gramsci”, marcado pelo leninismo incondicional, que “[...] via em Lênin um movimento superior àquele de Marx, a ação política contra a determinação economicista [...]” e interpretava o teórico russo “[...] através de categorias de criação e vontade [...]”, dissolvendo o conceito de trabalho no de “ato histórico”. Entretanto, a partir de 1920, “[...] estaria num sentido de reaproximação ao marxismo e, finalmente, a ilusão idealista seria abandonada e substituída pelo ‘primado do conhecimento’.” (VANZULLI, 2015, p. 345-348).

Bobbio (1999, p. 47), no entanto, afirma que “[...] o pensamento de Gramsci tem traços originais e pessoais, que não permitem esquematizações fáceis [...]”<sup>10</sup>. Já Hobsbawm (2011, p. 287) reconhece a originalidade de Gramsci, mas afirma: “[...] é um marxista, na realidade um leninista [...] [porém] um marxista um tanto surpreendente [...] [que] escreveu pouco sobre desenvolvimento econômico, mas muito sobre política [...]”.

No que concerne ao objeto do presente estudo, a ausência de uma definição teórica rigorosa e abstrata de “classe” é explicada pelo fato de que o conceito é usado por Gramsci operativamente e, portanto, é necessário se referir a contextos discursivos precisos e diversos, de modo que o termo seja continuamente sujeito à propagação gramatical, semântica e política. Deste modo, segundo Raul Mordenti (2017a; 2017b; 2017c), em muitos casos, visando evitar a censura, Gramsci recorre ao “grupo social”, à “classe subalterna”, à “classe urbana”, à “classe dirigente” ou ao “grupo econômico”. Ademais, a própria expressão “luta de classes” aparece raramente nos *Cadernos do Cárcere*, estando mais presente em notas bibliográficas em outros textos.

---

<sup>10</sup> Segundo Bobbio (1999, p. 17), um dos traços mais evidente da originalidade de Gramsci é que, apesar de claramente marxista, ele trata a “sociedade civil” como “[...] um momento da superestrutura ideológico-política, e não, como Marx, da base real [...]”. Ademais, Bobbio ressalta o fato de que o marxismo-leninismo de Gramsci é pacífico, mas a influência de autores como Maquiavel e Croce o faz um intérprete original dos escritos de Marx e Lênin.

Outro problema é que, muitas vezes, o termo classe aparece de forma a denunciar um uso não rigoroso dos fundamentos marxistas por Gramsci, como por exemplo: “classe educada”, “classe intelectual”, “classe militar-burocrática”. No entanto, algumas expressões remetem, mais precisamente, às bases marxistas, como a oposição entre a “classe dominante” e as “classes subalternas” e “classes populares”, bem como ao uso, sobretudo, dos conceitos de “classe fundamental” – que controla o Estado – e de “classes fundamentais produtivas”, que remete à burguesia capitalista e ao proletariado moderno (MORDENTI, 2017b, p. 120-121). Sobre as “classes fundamentais produtivas”, presente no *Caderno 10*, Gramsci afirma:

[...] para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação meio e fim seja facilmente determinável e assuma aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país (GRAMSCI, 1999, p. 427-428).

De acordo com Raul Mordenti, o termo “classe trabalhadora” e “proletariado” aparecem raramente nos Cadernos, o que nos leva à necessidade de buscar outras definições, como “classe subordinada”, “classe de produção”, “grupo social subordinado” ou “classe urbana” (MORDENTI, 2017b, p. 123-124). Em contrapartida, o termo “burguesia” aparece “[...] de maneira marxianamente precisa, referindo-se à classe que possuindo os meios de produção e auferindo mais-valor, dá vida ao capitalista e a seu Estado [...]”. Refere-se, pois, à classe detentora dos meios de produção, apropriadora da mais-valia e que dá vida ao capitalismo e ao seu Estado (MORDENTI, 2017a, p. 78-79).

Deste modo, o termo burguesia aparece em contraposição às expressões que remetem às classes subalternas e ao proletariado – classe subordinada, grupo social subordinado, etc. –, enquanto o Estado aparece como “coisa em si”, “[...] como um absoluto racional [...]”, constituindo no “[...] marco de um mundo produtivo[...]” (GRAMSCI, 1981a, p. 189).

É fundamental reconhecer que o marxismo para Gramsci é um método de análise para compreensão da realidade italiana e, em função da especificidade dessa realidade, o filósofo italiano formula conceitos originais como ferramentas para a compreensão. Os vários usos do termo classe é um exemplo desse esforço compreensivo da Itália por meio do marxismo.

“Somente a teoria do partido novo nasce fora das reflexões sobre as coisas da Itália: no entanto, mesmo nesse caso Gramsci busca uma iluminação [...] em Maquiavel: o partido novo é o ‘moderno príncipe’.” (BOBBIO, 1999, p. 115).

Para Gramsci (2007, p. 42) “[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]”. O Estado para Gramsci (2007, p. 331) “[...] é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter consenso ativo dos governados [...]”. Desse modo, se a dinâmica estatal é marcada, por um lado, pela oposição entre dominante e subordinados, por outro, a partir do “[...] todo complexo de atividades práticas e teóricas [...]” que chamamos Estado, é usada para que a classe dominante exerça sua dominação contando, inclusive, com o “consenso ativo” das classes subalternas. A questão da subalternidade é, portanto, central para compreender classes em Gramsci.

Segundo Ivete Simionatto (1999, p. 42-43), a dinâmica da vida estatal “[...] torna indistinta as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade [...]”, pois o Estado “[...] anula muitas autonomias das classes subalternas [...]”. Isto ocorre porque o Estado “[...] educa o consenso [...]” por meio dos “[...] aparelhos privados de hegemonia [...]”. A partir de então, “[...] o Estado burguês amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, no sentido de evitar que a ordem seja colocado em perigo [...]”. Outro agravante é que “[...] uma concepção permeada de senso comum e de folclore, impede-as [as classes subalternas] de chegar a elaborações críticas sobre as formas de cooptação e as situações de exploração [...]”.

Em síntese, há um grupo dominante, que apesar da existência de diferenças entre suas frações se mantém em oposição às classes subalternas. Em dado momento, era possível perceber o caráter burguês do Estado, que é a materialização da dominação de grupo, porém, como forma de manter sua condição, a classe dominante instrumentaliza o Estado de modo a anular as diferenças de classe e as autonomias das classes subalternas (SIMIONATTO, 1999).

Apesar de não ser evidente a precisão, o autor italiano utiliza os termos “grupo social subalterno” ou “classe social subalterna” sempre no plural. Afinal, não se trata de algo homogêneo e nem isolado. Nessas categorias, Gramsci refere-se não só à “classe operária” ou ao proletariado, mas aos/às grupos/classes sociais “múltiplos/as”, “[...] divididos e bastante diferentes entre si [...]”. Alguns desses grupos possuíam algum grau de organização, outros não possuíam coesão e, principalmente, são grupos com “[...] diferentes níveis de subalternidade e marginalidade [...]” (BUTTIGIEG, 2017, p. 747).

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral (GRAMSCI, 2002a, p. 135).

O que temos, portanto, é que a oposição evidente no contexto analisado por Gramsci era entre a burguesia e as classes subalternas, não sendo clara, em todo momento, a oposição entre as “classes fundamentais produtivas”, ou seja, a burguesia e o proletariado. Uma vez que, devido à posição de subordinação, as diferenças e as autonomias entre o proletariado e demais “classes subalternas” eram atenuadas ou mesmo anuladas (MORDENTI, 2017; SIMIONATO, 1999).

Acontece, porém, que atenuar ou anular essas diferenças por meio de categorias como povo, nação ou cidadão, não só obscurece as oposições de classes, mas dificulta percepção da identidade das classes que compõem os grupos subalterno. Nas palavras de Hobsbawm (2011, p. 288-289): “[...] a Itália era uma espécie de laboratório de experiências políticas [...] [e] o movimento operário italiano era tanto industrial como agrário, tanto proletário quanto camponês [...]”.

Porém, a despeito dessa particularidade, compreender como Gramsci sugere estudar as “classes subalternas” é um indicativo de como identificar uma formação de classe para o filósofo italiano. Ele sugere a análise das seguintes mediações: (1) como essas classes se relacionam com o “[...] desenvolvimento das transformações econômicas [...]”; (2) como se dá “[...] a adesão ativa ou passiva [...]” dessas classes “[...] às formações políticas dominantes [...]” e como lutam visando “[...] influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias [...]”; (3) observar como se formam “[...] novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos [...]”; (4) “[...] as formações próprias dos grupos subalternos para as reivindicações de caráter restrito e parcial [...]”; (5) “[...] as novas formações que afirmam autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros [...]”; e, por fim, (6) “[...] as formações que afirmam a autonomia integral [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 140).

Assim sendo, é possível identificar em Gramsci as seguintes questões: (1) a importância do “econômico” – desenvolvimento das transformações econômicas; (2) um *processo* de formação de uma unidade – mais adiante falaremos da vontade coletiva; (3) a centralidade do partido político para organizar um determinado grupo em torno de um projeto; (4) a busca pela compreensão do modo como um grupo não dominante se organiza para reivindicar; e, por fim, (5) a compreensão da autonomia. Afinal de contas, essas mediações não visam a “[...] proposição um programa de estudos historiográfico, mas remetem à complexa tessitura do pensamento gramsciano, em que as reflexões sobre a subalternidade aparecem dialeticamente interligadas com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia [...]” (SIMIONATTO, 1999, p. 42).

Além dessas mediações, Gramsci aponta mais duas, que podem ser usados tanto para pensar grupos subalternos quanto para pensar grupos dominantes. São elas: (1) “[...] investigar e identificar as fases através das quais elas [as forças inovadoras dos grupos supracitados] adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater [...]”; e (2) “[...] a adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para unificarem em Estado [...]”. Esses parâmetros também permitem mensurar o “[...] grau de consciência histórico-política a que estas forças inovadoras chegaram progressivamente, nas várias fases [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 141). Em outras palavras, avaliar as fases transcorridas para se autonomizar dos grupos de oposição e a compreensão de como outros grupos contribuíram para a formação de determinado Estado.

Realizadas corretamente as mediações para compreensão da formação de classe, cumpre, em primeiro lugar, observar que é necessário compreender como Gramsci formula, de modo original, a relação “base/superestrutura” ou “infraestrutura/superestrutura”:

[...] podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda sociedade e àquela do ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Isso quer dizer que, além da antítese primária entre “base/superestrutura” ou “infraestrutura/superestrutura”, o filósofo italiano “[...] acrescenta uma antítese secundária, que se desenvolve na esfera da superestrutura, entre o momento da sociedade civil e o momento do Estado [...]”. O termo sociedade civil é “o momento positivo” do consenso, da

persuasão, da liberdade, etc., enquanto o Estado é “momento negativo” da força, da coerção, do direito, etc. (BOBBIO, 1999, p. 60-61).

Em segundo lugar, é necessário considerar a questão do Partido Político, o “moderno príncipe”. Em alguns grupos ele é “[...] o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos [...]”. O partido “[...] é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado [...]”: a “soldagem” dos intelectuais orgânicos do grupo dominante e intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 2001, p. 23). Essa “soldagem” depende da execução da “função fundamental” do partido:

[...] que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca (GRAMSCI, 2001, p. 24).

O partido político, então, desempenharia um triplo papel: (1) dar a um grupo “econômico” um caráter “político”; (2) formar “[...] uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político” a partir de uma “reforma intelectual e moral [...]”; e (3) criar terreno para “[...] uma vontade coletiva nacional-popular [...]” para conceber o Estado como forma concreta de um determinado mundo econômico (GRAMSCI, 2007, p. 13-19).

Isto quer dizer que o partido político, como “moderno príncipe”, permitiria que os elementos estruturais – básicos ou infraestruturais – fossem mobilizados para formar uma vontade coletiva com fim político, na sociedade civil – momento superestrutural –, criando as condições para a construção de uma vontade coletiva nacional-popular que suportaria o controle do Estado – momento superestrutural –, como forma concreta de um “mundo econômico”. Em outros termos:

Resumindo esquematicamente as passagens de um significado para outro da antítese estrutura/superestrutura, podem-se fixar os seguintes pontos: o momento *ético-político*, enquanto momento da *liberdade* entendida como consciência da *necessidade* (isto é, das condições materiais), domina o momento *econômico* através do reconhecimento que o *sujeito ativo* da história faz da *objetividade*, reconhecimento este que permite transformar as *condições materiais* em instrumento de ação e, portanto, alcançar o *objetivo desejado* (BOBBIO, 1999, p. 60, grifos do autor).

A classe, por sua vez, é um conceito usado de forma operacional. Porém, quando Gramsci usa termos como burguesia, classe operária e classes populares, ou quando usa grupo social e grupos subalternos para atenuar a censura, é possível verificar a presença do conceito marxista de classe. Acontece que se as classes – no sentido marxista – são formadas pelas relações de produção, é o partido político que confere um caráter político. O partido político permite que uma formação definida pelas relações de produção – base – se organize para lutar pela hegemonia na sociedade civil – superestrutura – e que, partir daí, conquiste condições para disputar e conquistar a direção do Estado. Em outros termos, uma formação feita a partir das relações de produção se torna sujeito histórico a partir da atuação do partido político.

Assim, para pensar a questão de classe em Gramsci, é fundamental a centralidade do partido, como “Príncipe Moderno”, visando à hegemonia. Tal questão é uma teorização contextualizada à realidade vivida a partir da noção de Partido de Vanguarda – Partido de Novo Tipo –, apresentada mais claramente em Lênin, que parte de uma conceituação para o Partido Social Democrata da Rússia, inspirado nos escritos marx-engelsiano, sobretudo em relação à luta de classes na Alemanha – incluso o Manifesto Comunista.

Não obstante, a originalidade de Gramsci para pensar o caso italiano a partir da obra de Maquiavel traz a ideia de um partido sintetizador da “vontade coletiva” nacional-popular para enfrentar a exploração de classe<sup>11</sup> – o partido como intelectual coletivo. Nesse sentido, algumas questões devem ser consideradas, conforme a tese de Neres (2012, p. 121-131):

- Partido tem a função da “reforma intelectual e moral” da massa proletária e seus aliados de classes subalternas, vinculada a uma reforma econômica;
- Gramsci concebe autonomia relativa da política diante da economia, em vez de um qualquer determinismo;
- O partido visa à “grande política”, expressa no projeto de fundar um novo Estado e não apenas a formação do proletariado e a atuação parlamentar;
- O partido é um “[...] embrião de uma totalidade orgânica [...]”, nasce do proletariado e os seus aliados provenientes de classe subalternas, mas “[...] acaba incluindo o conjunto inteiro da sociedade, prefigurando o projeto de supressão da sociedade de classes [...]”.

---

<sup>11</sup> Segundo Neres (2012, p. 132), “[...] os traços embrionários da ‘vontade coletiva’ em sua conformação moderna já existem no interior do partido comunista, não se tratando de uma invenção especulativa.”

## 1.6 DISCUTINDO O CONCEITO DE CLASSE EM NICOS POULANTZAS

O conceito de classe em Nicos Poulantzas (1975; 1977) apresenta os seguintes elementos centrais:

- Reformula a questão da *determinação estrutural*, rompendo com o determinismo econômico e reconhecendo os fatores “extraeconômicos” ou “superestruturais” para pensar a classe (MIGUEL, 1998);
- Rompe com as categorias inspiradas em Hegel: *classe em si* e *classe para si*, pois não concebe uma distinção do conceito a partir de uma “*situação (econômica) de classe*”, de um lado, e posições político-ideológicas, de outro. Entende classe a partir da determinação estrutural que envolve conjunta e simultaneamente a luta econômica, política e ideológica de classe, sendo que todas essas lutas se expressam pelas posições de classe na conjuntura.

Para iniciar a explicação do conceito de classe para Poulantzas, convém detalhar o primeiro elemento central que descrevemos acima: a reformulação da questão da determinação estrutural, que pode ser melhor compreendida a partir do entendimento de modo de produção em Poulantzas, cujo o modo de produção compreende o econômico, o político, o ideológico e o teórico:

Por *modo de produção* designaremos não o que geralmente se indica como econômico, as relações de produção em sentido estrito, mas uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que, na sua combinação, aparecem como outras instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais desse modo (POULANTZAS, 1977, p. 13, grifo do autor).

Porém, mesmo com a compreensão de outras estruturas, o econômico ocupa papel determinante sem, no entanto, ocupar sempre o papel dominante. Em outros termos:

[...] a determinação, em última instância, da estrutura do todo pelo econômico não significa que o econômico aí detenha sempre o *papel dominante* [...] de fato, o econômico só é determinante na medida em que atribui a esta ou aquela instância o papel dominante, isto é, na medida em que regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias (POULANTZAS, 1977, p. 14, grifo do autor).

Portanto, ele advoga pela ênfase na *determinação estrutural* das classes sociais, mas essa determinação não se limita à *determinação econômica*, pois envolve o conjunto da

*divisão social do trabalho*, o que inclui as relações políticas e ideológicas. Ilustrativa dessa determinação estrutural que rompe com um determinismo econômico é essa passagem:

Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas, o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante. De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem uma análise das classes sociais, não se limitam somente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos (POULANTZAS, 1975, p. 14).

O que Poulantzas pretende sustentar é que “[...] não existem classes *a priori*, como tais para entrar *em seguida* na luta de classes [...] [pois, as] classes sociais abrangem as *práticas de classe*, isto é, a luta de classes [...]” (POULANTZAS, 1975, p. 14, grifos do autor). Em outras palavras:

Dizer, por exemplo, que existe uma classe operária nas relações econômicas implica *necessariamente* um lugar específico desta classe nas relações ideológicas e políticas, *mesmo que* esta classe possa, em certos países e em certos períodos históricos, não ter uma ‘consciência de classe’ própria ou uma organização política autônoma (POULANTZAS, 1975, p. 17, grifos do autor).

Assim, o modo de produção para a vertente marxista é marcado pela autonomia específica entre as instâncias – política, economia e ideologia – com o papel dominante do econômico. Se, por um lado, Poulantzas entende que, em Marx, a determinação econômica das classes sociais está clara e abre o caminho para pensar as classes sociais pelo ponto de vista marxista, por outro, reconhece que isso não é suficiente para construir o conceito de classe social no marxismo.

Afinal de contas, em *O Capital*, Karl Marx “[...] não minimiza a importância das outras instâncias para o exame científico [...]” do modo de produção capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 55). Por exemplo, a luta de classe contra classe é uma luta política, que depende da organização de um partido. Antes disso, a luta econômica não é suficiente para mobilizar a formação da classe operária. A evolução dessa luta em interesses econômicos, baseado na luta protagonizada por uma organização sindical é o momento da *classe em si*, que, para Marx, só se tornará *classe para si* quando constitui um partido político próprio (POULANTZAS, 1977).

Posto que a autonomia específica entre as instâncias é típica do modo de produção capitalista, é fundamental informar que essa autonomia “[...] não tem pois, de modo algum,

como efeito que as classes possam ser definidas pelas meras relações de produção [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 70). Avançando ainda mais na questão da determinação estrutural:

De fato, podemos constatar que as análises de Marx relativas às classes sociais reportam-se sempre não apenas à estrutura econômica - relações de produção -, mas ao *conjunto das estruturas* de um modo de produção e de uma formação social, e às *relações que neles mantêm* os diversos níveis. Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o *efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações*, no caso concreto 1.º) do nível econômico, 2.º) do nível político, e 3.º) do nível ideológico. Uma classe social pode ser identificada quer ao nível econômico, quer ao nível político, quer ao nível ideológico, e pode pois ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe *enquanto tal* e a sua *conceitualização* reporta-se ao conjunto dos níveis dos quais ela constitui o efeito (POULANTZAS, 1977, p. 61, grifos do autor).

A questão remete às diferenças entre “relações de produção” e “relações sociais de produção” que foram usados sem a necessária diferenciação. Poulantzas afirma que o próprio Marx fez uso indiferenciado dos termos, porém, afirma que “[...] por uma leitura atenta dos seus textos [de Marx] se poderá descobrir a diferença entre as realidades recobertas por estes conceitos [...]”. De tal modo é importante salientar que as “relações de produção” englobam “[...] a relação dos agentes de produção entre si [...]” e as “[...] *combinações específicas* destes agentes e das condições materiais e técnicas do trabalho [...]”. Por sua vez, as “[...] relações sociais de produção são relações de agentes distribuídos em classes sociais, relações de classe[...]”. Quer dizer, “[...] as *relações ‘sociais’ de produção*, as relações de classe, apresentam-se, ao nível econômico, como um efeito dessa combinação específica agentes de produção-condições materiais e técnicas do trabalho que são as *relações de produção* [...] (sic)” (POULANTZAS, 1977, p. 61-63, grifos do autor).

Assim, as “relações de produção” distribuem os agentes em classes sociais, que constituem as “relações sociais de produção”. Por esse caminho, Poulantzas nega a classe como realidade empírica, mas elas estabelecem relações sociais e sua constituição não diz respeito apenas ao econômico, mas “[...] consiste um efeito de conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social [...]”. Esse conjunto se refere tanto ao econômico quanto ao político e ao ideológico que se refletem nas “[...] relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em ‘luta’ das práticas das diversas classes [...]” (POULANTZAS, 1977, 65-67).

*De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz, de um modo de produção ou de uma*

*formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais.* Neste sentido, se a classe é de fato um conceito, não designa contudo uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe (POULANTZAS, 1977, p. 65, grifo do autor).

É sabido que, Marx, na análise puramente do modo de produção capitalista, identifica duas classes: burgueses/capitalistas e operários assalariado/proletariado. Porém, outra coisa é a realidade das formações sociais. Conforme Poulantzas: “[...] uma formação social consiste em uma superposição de vários modos de produção, um dos quais detém o papel determinante [...]”. No entanto, tanto na análise do modo de produção, quanto na análise da formação social, “[...] as classes sociais apresentam-se como efeito de uma articulação das estruturas [...]”. A diferença é “[...] toda uma série de *efeitos secundários*, que são os efeitos sobre os suportes desta formação, da *combinação concreta* e sempre original dos diversos modos de produção [...]” que a constitui (POULANTZAS, 1977, p. 69-70, grifos do autor).

Os efeitos da combinação concreta das instâncias respectivas dos modos de produção, efeitos de combinação que estão presentes nos efeitos das estruturas de uma *formação social* sobre os seus suportes – nas classes sociais de uma formação –, originam toda uma série de fenômenos (de fracionamento de classes, de dissolução de classes, de fusão de classes, em suma de *sobredeterminação* ou de *subdeterminação* de classes, de aparecimento de categorias específicas, etc.), que nem sempre podem ser localizados pelo exame dos modos de produção puros que entram na combinação (POULANTZAS, 1977, p. 70, grifo do autor).

Poulantzas escreve na França trazendo consigo uma experiência no contexto grego, vivenciando o processo de mudança no contexto europeu, marcado por uma crescente crítica à URSS, mesmo no interior da esquerda, e pelo fortalecimento do Eurocomunismo. Em termos teóricos, sua concepção de classe: (1) rompe com as análises provenientes da ortodoxia stalinista, que deram um peso teórico à metáfora do edifício, e (2) rompe com a distinção entre *classe em si* e *classe para si*, originada na análise de Marx operada pelo esquema hegeliano e difundida por Georg Lukács.

Sobre essas duas rupturas – que explicam o segundo elemento central exposto no início da seção –, Poulantzas reconhece que Marx faz uma distinção clara entre luta econômica e luta política. Primeiramente, podemos ressaltar a preocupação que impulsiona uma crítica à metáfora do edifício em relação à “base/superestrutura”:

Não se trata segundo um antigo equívoco, de uma ‘estrutura’ econômica que designa, sozinha, *de um lado* os lugares, e *de outro* uma luta de classes que se estende ao domínio político e ideológico: tal equívoco toma atualmente com frequência a forma de uma distinção entre ‘*situação (econômica) de classe*’ de um lado, e posições político-ideológicas por outro lado. A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura (POULANTZAS, 1975, p. 16, grifos do autor).

Em segundo lugar, fica claro que “classe-para-si” seria um estatuto restrito a luta política, enquanto a “classe-em-si” estaria vinculada a luta econômica sindical, que não é propriamente a luta de classes. Porém, esse tipo de formulação é encontrada, principalmente, em obras como *Miséria da Filosofia* e em *Manifesto Comunista*, anteriores à elaboração completa de sua problemática, que ocorre em *O Capital* (POULANTZAS, 1977). Nesse intento, Poulantzas cita esse trecho de *Miséria da Filosofia*:

As condições econômicas tinham, de início, transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou a esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe face ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta, da qual só assinalamos algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política (MARX, [1847?] apud POULANTZAS, 1977, p. 57).

De acordo com o teórico grego radicado na França, há uma série de interpretações equivocadas sobre a passagem acima, sobretudo em relação as categorias de “massa”, “classe-em-si” e classe-para-si” que foram “[...] interpretadas de uma maneira errada, sem ter em conta as exigências de uma enunciação científica do problema das classes sociais.” Para o autor, essa série de interpretações equivocadas se situam na leitura histórico-genética, que faz uma interpretação “ao pé da letra” do texto marxista, enxergando “[...] uma historiografia do processo de ‘gênese’ da classe social [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 57).

Portanto, os níveis analíticos foram tratados como etapas históricas da formação de uma classe: “[...] massa indiferenciada de indivíduos no início, organizar-se-ia em seguida em uma classe-em-si, para acabar, finalmente, na classe-para-si [...]”. Assim, essa leitura, que recorre a “uma problemática historicista”, deixa na teoria das classes mais evidente “o seu caráter inadequado” e é representada por duas correntes que se baseiam em “[...] uma importação para o interior do marxismo do esquema ontológico-genético da história, no sentido hegeliano do termo [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 58). São elas:

1. Concebe a classe como sujeito da história: “[...] o problema teórico das estruturas de uma formação social reduz-se à problemática da sua origem, reportada esta ao autodesenvolvimento da classe-sujeita da história [...]”, usando o “[...] tipo hegeliano de historicidade do conceito [...]” para pensar o “[...] processo de organização da classe-sujeito em classe política, para si [...]”. São representantes dessa corrente: Lukács e autores como Lucien Goldmann e Herbert Marcuse (POULANTZAS, 1977, p. 58).
2. “[...] certas interpretações ‘funcionalistas’ de Marx [...]”. Apesar de evidenciar “[...] o problema de uma formação social enquanto sistema de estruturas [...]”, recorre ao historicismo ao usar “o dualismo sincronia-diacronia”, provocando a “cisão teórica”: “[...] *a situação de classe* – classe-em-si, determinada pelo seu lugar na estrutura econômica, - e a *função de classe* – classes-para-si, luta de classes - como fator diacrônico de transformação da estrutura.” São representantes dessa corrente autores como Ralph Dahrendorf e Pierre Bourdieu (POULANTZAS, 1977, p. 59, grifos do autor).

Em suma, para Poulantzas, essa leitura historicista:

[...] ignora dois fatos essenciais: em primeiro lugar, que os agentes da produção, por exemplo o operário assalariado e o capitalista, enquanto ‘personificações’ do Trabalho assalariado e do Capital, são considerados por Marx como os *suportes* ou os *portadores* de um conjunto de estruturas; em segundo lugar, que as classes sociais nunca foram *teoricamente* concebidas por Marx como a origem genética das estruturas, porquanto o problema diz respeito à definição do *conceito* de classe (POULANTZAS, 1977, p. 60, grifo do autor).

Tais leituras historicistas são acompanhadas de outro equívoco: o determinismo econômico. A questão da determinação estrutural em Poulantzas não pode ser confundida com qualquer determinismo, pois é central em sua obra “[...] o problema da não exclusividade ou da não determinação econômica [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 61). Tal problemática implica em reconhecer a importância e a possibilidade de determinação das instâncias política e ideológica, além da econômica. Essa preocupação se justifica no interior do marxismo:

[...] pelo *Capital*, em particular pelo *Terceiro Livro*, que as relações entre os indivíduos – agentes da produção, as relações capitalista-operário assalariado tais como aparecem no primeiro livro, ou nas obras políticas em questão, são desde logo relações de classe: os agentes da produção são suportes de estruturas (POULANTZAS, 1977, p. 72)

Porém, o mais complexo é compreender como Poulantzas rompe com os modelos analíticos embasados nas categorias hegelianas “classe-em-si” e “classe-para-si”, afinal o próprio autor reconhece que Marx “[...] parece constantemente admitir a existência de uma classe ‘enquanto tal’ só no plano político [...] não existindo como classe senão quando se encontra organizado em partido distinto [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 72). Em outros termos:

[...] do mesmo modo que existe uma luta econômica ou uma ação econômica de classe – relações sociais econômicas -, também existem estruturas políticas e ideológicas. Que Marx tenha insistido na luta política de classe, isso de maneira nenhuma indica que as classes emerjam historicamente a nível político, em um processo de essência a existência e para ‘acionar’ as estruturas econômicas: deste ponto de vista, as suas fórmulas de ‘classe em si’ e de ‘classe para si’ de 1847 não passam de uma reminiscência hegeliana (POULANTZAS, 1977, p. 74).

De modo mais detalhado, é preciso considerar uma questão contextual e duas questões de interpretação da obra marxiana. A questão contextual é que os escritos políticos que apresentam as categorias “classe-em-si” e “classe-para-si” foram escritos até 1881 e eram reflexões sobre “[...] classes em um modo de produção ‘puro’ [...]”. Isto significa que os momentos de análise das relações sociais devem ser considerados como um “[...] *processo teórico* de construção do *conceito* de classe [...]”. A primeira questão de interpretação é: “[...] o que em Marx foi formulado como uma problematidade de existência histórica não é senão uma impossibilidade teórica [...]”, ou seja, a obra marxiana alertava que o conceito de classe envolve as relações de produção e as relações sociais, portanto identificá-lo ao nível da luta econômica é conceitualmente problemático, por não conceber os elementos políticos e ideológicos (POULANTZAS, 1977, p. 72).

Deste modo, “[...] o conceito em questão recobre a unidade das práticas de classe – ‘luta’ de classe –, das relações sociais como efeito da unidade dos níveis de estruturas [...]”. A outra questão interpretativa é: “[...] o que em Marx é a expressão de uma impossibilidade de construção do conceito de classe unicamente ao nível das relações com as relações de produção, aparece ao mesmo tempo como um recorte vazio, uma luta econômica não seria uma luta de classe [...]”. Porém, o empreendimento marxiano é “isolar”, com fins analíticos, “[...] os níveis de luta de classe [...]”. Isso é feito porque o teórico prussiano analisava o modo de produção capitalista, que é marcado “[...] pela emancipação dos níveis de estruturas e dos níveis de práticas de classe [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 72-73).

É necessário compreender, pois,

[...] que, neste sentido, *uma instância estrutural nem por isso constitui diretamente uma prática*: trata-se de dois sistemas - ou séries de relações reguladas - particulares, possuindo as suas estruturas próprias, mas cuja relação é entre estruturas e práticas estruturadas relativas a estas estruturas. Repitâmo-lo, as relações de produção não são a luta econômica de classe - estas relações não são classes - assim como a superestrutura jurídico-política do Estado ou as estruturas ideológicas não são a luta política ou a luta ideológica de classes - o aparelho de Estado ou a linguagem ideológica não são classes como também não são as relações de produção. E parece-me muito importante insistir neste ponto, visto que nem sempre é muito claro. Uma redução das estruturas às práticas pode conduzir a conseqüências importantes: não conseguir situar corretamente as relações entre os diversos níveis de estruturas e os diversos níveis de práticas, e, por conseguinte, as relações entre os dois sistemas de relações que são, de um lado, as estruturas e, do outro, as práticas de classe (POULANTZAS, 1977, p. 84, grifo do autor).

Desse modo, cumpre sintetizar: para o correto tratamento científico é necessário analisar as contradições das relações da estrutura – luta econômica, luta política e luta ideológica –, o que exige conceitos próprios que não são utilizáveis na análise da estrutura. Por exemplo: interesses de classe e poder. Afinal, o conceito de classe abrange “[...] a produção das relações sociais como efeito das estruturas [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 83), ou seja, abrange *estrutura e práticas* (práticas de classe).

Tais práticas são encontradas em situações de oposição, pois as relações sociais são práticas de classes em oposição e conflito, isto é, esse é o campo da luta de classes. Sem a compreensão das práticas de classe não será efetiva a compreensão da classe social. Em outras palavras: é no campo da luta de classes, marcado por relações de oposição e relações de contradição, que se identificam as práticas de classe. Do mesmo modo, apenas por meio das práticas de classe que a classe se torna analisável. O conflito, por sua vez, é o resultado da relação entre as estruturas, é o modo como as contradições entre as estruturas revestem as relações sociais (POULANTZAS, 1977).

Dentre as práticas de classe, é a prática política que engloba as contradições dos demais níveis da luta de classe. A prática política, por sua vez, resulta da “[...] reflexão sobre as práticas *do conjunto dos níveis da estrutura, na sua unidade* [...]”. Essa prática tem como objetivo expresso a conquista do Estado, das instituições que concentram o poder político, que é o “[...] fator de coesão de uma formação social determinada [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 90-92, grifo do autor). Entretanto:

Uma classe ou fração podem existir enquanto forças sociais, sem por isso preencherem as *condições de organização* que podem fazê-las entrar nas relações de poder político: em regra geral, a ação aberta significa um *poder* político ‘próprio’ de uma força social, e, também em regra geral, marcha

paralelamente com uma organização em partido distinto e autônomo (POULANTZAS, 1977, p. 94, grifos do autor).

Porém, as condições acima descritas estão estritamente ligadas ao “[...] campo da *indeterminação* da conjuntura [...]”<sup>12</sup>, ou seja, “[...] da situação concreta da *luta política* de classes [...]”. De tal modo que a forma concreta da classe – compreendida a partir de sua prática – só é apreensível pela “[...] participação efetiva na luta de classe que preenche condições particulares de organização [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 91-94, grifos do autor).

No capítulo a seguir, além de apresentar a concepção de classe operada por Ellen Wood, destacaremos o contexto da entrada da autora no debate marxista sobre classe social, que está diretamente ligada às críticas formuladas por ela ao grupo concebido como Novo Socialismo Verdadeiro (NSV), do qual Poulantzas não é um expoente acabado, mas fornece as bases teóricas e abre as portas para as vertentes pós-marxistas e pós-modernas, conforme assinala a autora.

---

<sup>12</sup> Para Poulantzas (1977, p. 91, grifo do autor), a “[...] articulação e o índice de dominância que caracterizam a *estrutura* de uma formação social refletem-se, enquanto conjuntura, ao nível da luta política de classe [...]”.

## 2 A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE EM ELLEN MEIKSINS WOOD PARA UMA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Neste capítulo, a proposta de Ellen Wood sobre a necessidade de sistematizar uma teoria sobre classes que embasa uma renovação do materialismo histórico será resgatada. Por renovação, E. Wood pretende atualizar as categorias marxistas para fomentar a crítica e embasar a ação a fim de enfrentar a totalidade sistema do capitalismo. Um sistema cuja historicidade costuma ser ignorada, como se fosse um dado da natureza e, portanto, significasse o “fim da História”. Wood pretende em sua renovação embasar a luta pela Democracia Substantiva em que esteja ao alcance do poder do povo não só os ritos que desembocam em uma representação política, mas a real possibilidade de *isegoria*, de autodeterminação dos produtores, mediante a “liberdade de livre associação (sic)”.

Tal intento só pode ocorrer a partir da organização da classe operária, de uma classe como sujeito histórico, para a luta de classes contra os apropriadores amparados pelo Poder Estatal, tal como está formatado. Assim:

*[...] la cuestión consiste en tener una concepción de la clase que nos invite a descubrir como las situaciones objetivas de la clase moldean realmente la realidad social, y no simplemente afirmar y reafirmar la proposición tautológica de que ‘clase = relación con los medios de producción’. El concepto de clase como relación y proceso enfatiza que las relaciones objetivas con los medios de producción son significativas en la medida en que establecen antagonismos y generan conflictos y luchas; que estos conflictos y luchas moldean la experiencia social ‘en formas de clase’, incluso cuando no se expresan en conciencia de clase y formaciones claramente visibles; y que a través del tiempo podemos discernir como estas relaciones imponen su lógica, su esquema, en los procesos sociales. Las concepciones de clase puramente ‘estructurales’ no nos exigen examinar las formas como la clase impone realmente su lógica, puesto que las clases están simplemente ahí por definición (WOOD, 1983, s.p.).*

Conforme veremos a seguir, a concepção de classe expressa acima é a concepção formulada pelo historiador britânico E. P. Thompson. Para Ellen Wood (1983, s.p., *tradução nossa*), há críticas a Thompson porque o historiador britânico não conceitua classe com base exclusivamente em termos *estruturais*, por isso, seu conceito não é aplicável “[...] onde não se pode discernir uma consciência de classe”. Por um lado, o próprio Thompson adverte que “[...] classe traz consigo a noção de relação histórica [...]” e que essa relação histórica “[...] é algo fluído que escapa à análise se tentarmos imobilizá-la num dado momento [...]”, comportando, inclusive, o risco de anacronismo (THOMPSON, 1987, p. 9-10). Por outro lado, para E. Wood (1983), esta forma de análise que considera relação e processo histórico é

importante justamente por permitir a análise dos casos onde a consciência de classe não aparece claramente e, por isso, a classe não apresenta contornos nítidos, como as formações sociais anteriores ao capitalismo industrial analisadas em *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

Há duas considerações contextuais iniciais sobre a produção de Thompson. O historiador britânico produz sua elaboração teórica sobre classe como marxista, mas em um período de sua ruptura com o Partido Comunista de seu país. Sua produção, como membro do Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico, é fortemente ancorada na análise histórica em contraste com as produções do Marxismo Ocidental. É a partir disto que, para muitos analistas, Thompson seja um “marxista heterodoxo”.

## 2.1 CONTEXTUALIZANDO ELLEN MEIKSINS WOOD

De acordo com a consideração de Florestan Fernandes (2012, p. 53), “*A Ideologia Alemã* recolhe e sublima a experiência revolucionária concreta, acumulada por Marx e Engels de fins de 1843 em diante. [...] A atividade prática abriu-lhes novas perspectivas de observação direta da realidade [...]”. Ou seja, tal formulação está em consonância com as proposições de Neal Wood (1978, p. 345), segundo o qual *cada* texto clássico de teoria política constitui uma reflexão sobre seu tempo que versa sobre a natureza da sociedade em que foi produzido e, como desdobramento, “[...] a gênese de uma obra clássica de teoria política pode ser explicada em termos sociais, representando fundamentalmente uma posição partidária no conflito do tempo em que foi produzido [...]”. Afinal, o material de Marx são indivíduos reais, suas ações e as suas condições de vida.

Assim, para reafirmar a importância do marxismo para as análises políticas, notadamente a *teoria política*, é fundamental superar os limites das análises textuais e conseguir verificar em que medida a obra sinaliza o engajamento do autor em um conflito de seu tempo. Para tanto, é fundamental uma ferramenta analítica que enfrente o *anacronismo*. Com essa finalidade, consideramos os cinco pressupostos formulados originalmente por Neal Wood:

O primeiro pressuposto é que *a política consiste num empreendimento eminentemente prático* – e não apenas linguístico – enraizado na vida cotidiana – material [...] o segundo pressuposto é que *a teoria política está intimamente relacionada com o contexto social e histórico prático no qual foi concebida* [...] O terceiro pressuposto é que *cada texto clássico de teoria política constitui ‘uma reflexão sobre seu tempo, dizendo-nos muito sobre a*

*natureza da sua sociedade particular* e, mais importante, o quarto é que *‘a gênese de uma obra clássica de teoria política pode ser explicada em termos sociais, representando fundamentalmente uma posição partidária no conflito do período’* e, o quinto pressuposto afirma que *‘toda obra clássica de teoria política é ideológica’* porque seu ‘cerne é constituído de recomendações sociopolíticas intelectualmente apoiadas e justificadas por argumentos da ciência, religião, teologia, metafísica, epistemologia, psicologia, ética, e história, que são do interesse de certos grupos sociais e não do interesse de outros’ (CARDOSO; SILVA; NERES, 2016, p. 78-79, grifos nossos).

Cumprido considerar que a teoria política é um modo de engajamento na luta política. Como o autor está situado em um conflito real, devemos explicar os motivos para ter defendido certos interesses e compreender se o seu engajamento prático influenciou sua obra. Afinal, para Neal Wood, uma teoria política consiste na tradução do *ideal humano* em prescrições sociais e políticas, visando resolver o problema de como as instituições e a ação política contribuem para realização do ideal de justiça assumido e defendido pelo autor (CARDOSO; SILVA; NERES, 2016, p. 80). De acordo com Ellen Wood, compreender o ideal humano proposto por um determinado autor é a chave para entender a sua posição acerca dos conflitos de sua época (WOOD, 2011a).

Para atingir os objetivos enunciados, faremos uma análise bibliográfica, resgatando o debate entre Ellen Wood e Thompson com outros Marxistas acerca do conceito de classe. Esse resgate objetiva contribuir com a elaboração de uma teoria de classe que fundamente a renovação do materialismo histórico proposto por Ellen Wood, isto é, partindo do entendimento de que a teoria política é um produto histórico.

O propósito é superar a “divisão estéril” da ciência política, entre a “ciência política *real*”, que supostamente lida “[...] com os fatos da vida política como eles são [...]” e a “teoria”, que reflete “[...] não sobre o que *é*, mas sobre o que *deveria ser* [...]” (WOOD, 2011a, p. 17, grifo da autora). O entendimento fundante para este trabalho é que os pensadores clássicos se comprometeram e se engajaram com problemas reais do contexto em que viveram sem serem propagandistas (WOOD, 2011a). Assim:

*Los textos de estos pensadores son muy diferentes entre sí, pero tienen algunos puntos en común. Si bien, en ocasiones, analizan el estado como es, su principal empeño consiste en hacerlo de manera crítica y prescriptiva, pues todos ellos conciben como debería ser la ordenación justa y adecuada de la sociedad y del gobierno. Y aquello que a menudo se concibe como ‘justo’ se base en cierta concepción de la justicia y de la vida moralmente buena, pero también puede proceder algunas reflexiones prácticas sobre aquello que es necesario para mantener la paz, la seguridad y el bienestar material* (WOOD, 2011a, p. 15)

A teoria política é um “exercício de persuasão”, é um discurso e uma argumentação fundamentados por algum tipo de verdade, ancorado em tradições filosóficas e em problemas colocados pela vida política e, portanto, suas teorias se diferenciam na mesma medida em que os problemas enfrentados foram diferentes. Para os clássicos da política, quem e como deveriam governar eram questões centrais que se relacionavam com as “perguntas fundamentais” a serem respondidas em suas obras (WOOD, 2011a).

### 2.1.1 Dados Biográficos

A trajetória familiar e a formação de Ellen Meiksins Wood, nascida no ano de 1942 em Nova York, ocupam papel fundamental para compreensão de sua produção. Por isto, o foco dessa seção será contextualizar as mudanças ocorridas na Letônia, que culminaram na migração de seus pais para os Estados Unidos.

A Letônia se tornou independente da Rússia em 1918, efeito direto da ascensão dos bolcheviques ao poder. A população judaica – origem de Ellen Wood – não chegou a constituir um grupo homogêneo em termos socioeconômicos. Havia importantes diferenças econômicas e sociais entre eles. Até mesmo religiosamente havia influência das tradições comunais e populares do judaísmo russo. Porém, favorecido pela proximidade da Prússia Oriental – parte da Alemanha –, havia também a influência do judaísmo da Europa Ocidental, o que tem reflexos políticos. Os judeus se organizavam em diferentes partidos, com ideologias muito diferentes entre si.

Tiveram representação na Assembleia Constituinte e no Parlamento da Primeira República Letã (1920-1931) as seguintes organizações partidárias judaicas: Sionistas, Nacionais Democratas, *Agudat Yisrael* – partido conservador de maioria de judeus ortodoxos – e *Bund* – partido socialista judeu. Mesmo com ascensão de Karlis Ulmanis como ditador em 1931, a situação dos judeus era relativamente menos complicada do que nos países vizinhos: ele concebia a Letônia como um Estado de caráter multinacional. A Letônia não aprovou nenhuma lei racista ou antissemita antes da guerra e recebeu refugiados judeus da Alemanha e da Áustria no fim da década de 1930. Além disto, o movimento ultradireitista com posições antissemitas era ilegal antes da guerra (SNEIDERE, 2005).

A situação dos judeus na Letônia muda a partir da ocupação soviética (1940-1941) e da ocupação nazista (1941-1944). Junto com as lideranças políticas letãs, lideranças civis e políticas dos judeus locais foram presas em agosto de 1940. Em 1941, milhares de letões de todas as etnias foram deportados para a Sibéria, para Ásia Central e outras regiões da União

Soviética. Em torno de 12,5% dos deportados letões eram judeus, enquanto a população judaica correspondia 4,5 a 5% da população letã. A prisão das lideranças judaicas desmobilizou os judeus letões (SNEIDERE, 2005; DRIBINS, 2014).

Porém, a situação da população judaica na Letônia se agrava a partir do ano de 1941. Chega ao país o *Einsatzgruppe A*, formado por 990 homens da *Gestapo* e da *Waffen SS*. Esse grupo encontrou apoio de grupos de ultradireita com orientação antissemítica, que estava na clandestinidade antes de 1939 e que fugiram ou foram deportados no início da ocupação soviética. O objetivo era exterminar judeus e colaboradores do regime soviético. De uma população judaica de aproximadamente 90 mil, apenas 15 mil judeus conseguiram fugir para a União Soviética. Estima-se que, aproximadamente, 35 mil judeus que permaneceram na Letônia foram mortos em outubro de 1941, quando a ocupação nazista se consolidava no país (DRIBINS, 2014).

As informações sobre Ellen Meiksins Wood apontam que ela nasceu cerca de um ano após a chegada de seus pais aos Estados Unidos e que seu pai teria sido um membro do *Bund* até 1940. A vinda para o continente americano é, provavelmente, consequência desse período de maior tensão para os judeus. Cruzando informações, podemos concluir que seu pai militou no *Bund* até a prisão de lideranças políticas e civis dos judeus letões pelos soviéticos, a partir de agosto de 1940. Tais prisões não foram exclusivamente de judeus na Letônia, mas foram suficientes para desmobilizar a comunidade judaica, tornando-a ainda mais vulnerável para os ataques do *Einsatzgruppe A* e da extrema direita local, que retornou ao país em 1941. A chegada da família Meiksins nos Estados Unidos ocorre em 1941, mas não é possível afirmar se a busca pelo refúgio na América se dá no final da invasão soviética ou como fuga da invasão nazista, que provocou o Holocausto Letão. Apesar dessa imprecisão, as informações nos permitem, com segurança, relacionar sua história familiar com as tensões dos regimes totalitários e, sobretudo, com os impactos do antissemitismo, estimulado pelo regime nazista (DRIBINS, 2014; MCNALLY, 2016).

Além dessa história familiar marcada, negativamente, pelas ações militares, tanto do regime stalinista, como do nazista, a formação acadêmica de Ellen Meiksins Wood ocorre entre fins dos anos 1950 e 1970, obtendo, em 1962, o bacharelado em Línguas Eslavas na Universidade da Califórnia, em Berkeley e, em 1970, o *PhD* em Ciência Política na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Esse período da história foi marcado pela tensão da Guerra Fria, sobretudo a Crise dos Mísseis e a ampliação do arsenal nuclear como recurso para a corrida armamentista. Além disto, o período de sua formação foi marcado pelo fortalecimento de uma série de

movimentos, como os contraculturais jovens – *hippies*, por exemplo –, o pacifista, o feminista e o negro. Portanto, uma época de tensão e de questionamentos, inclusive, ao modelo socialista soviético e ao capitalismo, encabeçado pelos Estados Unidos, e de intensificação das lutas pelos direitos civis, tanto dos negros, como das mulheres, que voltaram a sofrer com as mudanças culturais e econômicas do pós-guerra<sup>13</sup> (MCNALLY, 2016; HARVEY, 2012). Formou-se em um momento, segundo David Harvey (2012, p. 319-321), de fortalecimento de uma nova esquerda que se via como “[...] uma força cultural e político-econômico [...]” e que, como consequência de sua luta também contra a velha esquerda, “[...] tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico como método de análise [...]”.

Ellen Meiksins, mulher de origem judaica, nascida em uma família de classe média, filha de um militante socialista, empenhou-se na renovação do materialismo histórico, trazendo consigo a importância da incorporação da democracia – a Democracia Substantiva –, como forma política indispensável para o modo de produção socialista. A crítica ao stalinismo e às expressões acadêmicas que continuavam a ortodoxia stalinista parece ser o referencial teórico da sua preocupação com a ascensão de governos totalitários, que marcou negativamente a trajetória de sua família, ainda na Letônia. Como mulher e judia reforçou o papel da *isegoria* como parte indispensável da Democracia Substantiva (WOOD, 2011b).

Desse modo, apesar de defensora da centralidade da classe e de crítica às lutas identitárias como “insuficientes” para o combate da exploração do trabalho, exigir o direito de igualdade de fala e proposição parece ressaltar a importância da incorporação de grupos historicamente discriminados. E, como pesquisadora e professora universitária, passou a defender a importância da experiência para a formação consciente de classe, reagindo aos desdobramentos históricos provocados por concepções marxistas que afirmavam a centralidade do partido e/ou do intelectual como condutor de um operariado sem condições de compreender a própria realidade (WOOD, 2011b).

---

<sup>13</sup> Afirma-se “voltaram a sofrer”, pois nos Estados Unidos as mulheres estavam se inserindo no mercado de trabalho na primeira metade do século XX, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial. Não há nenhuma intenção de afirmar que, antes dos anos 1960, a emancipação feminina estava concluída. Obviamente, o machismo ainda era forte. Porém, no período pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos “anos de ouro” (1945-1970), o modelo de família patriarcal volta a ser exaltado com muita força, inclusive nos meios de comunicação.

### 2.1.2 Ideal Humano

Assim, considerando o que foi exposto, seu ideal humano guarda relação com o ideal humano de Marx, ainda que não seja exatamente o mesmo. O ideal humano para Marx e Engels seria então, de acordo com Neal Wood, “[...] a realização do potencial físico e mental do indivíduo e na efetivação desses poderes criativos dentro de um contexto social radicalmente transformado que acabaria com a alienação humana e a exploração do homem pelo homem [...]” (WOOD, 2002, p. 55, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Ellen Wood conserva como ideal *a realização do potencial físico e mental do indivíduo*, reafirma a *efetivação desses poderes criativos*, mas o *contexto social radicalmente transformado que acabaria com a alienação humana* é tanto a superação da exploração do homem pelo homem quanto – e não menos importante – o reconhecimento de uma forma política democrática, substancialmente democrática. E. Wood rejeita a democracia representativa burguesa e liberal, mas não nega a importância das liberdades civis afirmadas pelos ideais burgueses. Assim, superar a realidade atual implica em uma oposição dialética à totalidade de componentes do real cujo resultado é uma síntese que absorve a essência do que foi confrontado em novas formas e condições (WOOD, 1983, 1988, 2011b).

Para conseguir essa transformação, o agente político, cuja realidade revela a disposição e possibilidade para o enfrentamento, é a classe operária, e cuja formação consciente para a luta de classes nasce da capacidade de reflexão dos trabalhadores para compreender e analisar o compartilhamento de uma dada situação e de reagir conscientemente aos interesses que constituem obstáculos à superação da realidade marcada pela exploração do trabalho e pela submissão política (WOOD, 1983, 1988, 2011b).

O abismo entre a realidade e o ideal humano é grande, mas esse ideal é possível a partir da atuação da classe como sujeito histórico. A partir da atuação da classe operária, visando à instituição da Democracia Substantiva, todos poderiam experimentar uma realidade em que haja *isegoria*, autodeterminação dos produtores e a “liberdade de livre associação (sic)”. Sendo assim, na Democracia Substantiva, governantes e governados coincidem, tendo como referência prático-teórica os fundamentos da democracia ateniense e o papel central dos camponeses (WOOD, 1983, 1988, 2011b).

---

<sup>14</sup> “[...] *the realization of the physical and mental potential of all individuals and the fulfillment of their creative powers within a radically transformed social context that would end human alienation and the exploitation [...]*”.

### 2.1.3 O Contexto Social de sua Produção

A formação de Ellen Wood, entre os anos 1950 e 1970, quando obtém o *PhD* em Ciência Política, ocorre em um período de declínio do Fordismo e do Keynesianismo, o que incluiu o abandono do *Welfare State*. Tal período de modificação, identificado como reestruturação produtiva, marcou o enfraquecimento político da classe operária como consequência da desmobilização dos trabalhadores enquanto classe. Portanto, sua formação, pesquisa e produção intelectual ocorre em um período de mudança no mundo do trabalho, na política econômica e na forma de organização do Estado. O autor David Harvey (2012, p. 135) nos ajuda pensar essa questão:

[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problema de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor ‘monopolista’). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

A análise de Harvey nos dá um sentido mais profundo para as seguintes transformações. Estava em curso a Crise do Petróleo, que se inicia em 1965, mas atinge contornos mais graves no Primeiro (1973-1974) e no Segundo (1979-1981) Choque do Petróleo. Como consequência geopolítica, ocorre a intensificação da disputa pelo Oriente Médio entre Estados Unidos e União Soviética. Na economia, a doutrina neoliberal ganhava terreno, sobretudo com Ronald Reagan, como presidente estadunidense, e com Margareth Thatcher, como premiê do Reino Unido. Tais mudanças ressaltavam objetivamente o grau de hegemonia da burguesia e do capital financeiro e especulativo em detrimento de uma vulnerabilização política dos trabalhadores, partindo das economias centrais – que Wood vivencia diretamente – e atingindo as economias periféricas, como a Crise da Dívida enfrentada pelos países latino-americanos.

Esses fatores estão associados à gradual substituição do modelo fordista/taylorista pela acumulação flexível, cujo modelo mais conhecido é o toyotista. Nas palavras de Harvey (2012, p. 140):

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Essas mudanças impactaram profundamente na organização do movimento trabalhista. O movimento operário, em geral, e as organizações sindicais, em particular, foram atingidos pela flexibilização das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural, pela subcontratação, pela diversificação etária e de gênero da força de trabalho, pela redução do emprego industrial, pela possibilidade deslocamento e segmentação da atividade da empresa, pelas novas formas de gestão pessoas nas empresas que discursivamente enfatizam a participação na organização e pela mudança do padrão sociocultural, que passa a ser mais individualista que coletivista. Todas essas mudanças colocaram sob intensa pressão os movimentos operários tradicionais e abriram espaço para o Novo Sindicalismo, baseado na concepção estadunidense dos Novos Movimentos Sociais (NMS) (SANTANA; RAMALHO, 2010).

Tal concepção, resultava do fortalecimento de uma nova esquerda que se via como “[...] uma força cultural e político-econômico [...]” e que, como consequência de sua luta também contra a velha esquerda, “[...] tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico como método de análise [...]” (HARVEY, 2012, p. 319-321).

Somado a isto, temos um novo período de desigualdade, marcado pela vulnerabilidade social e econômica. Nesse período, o instituto da proteção social é suplantado por uma lógica baseada na competitividade, o referencial desse fenômeno é o abandono do *Welfare State* e o avanço neoliberal. As consequências socioeconômicas dessa mudança foram o aumento das taxas, da pobreza global e da desigualdade social (SANTANA; RAMALHO, 2010).

A queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética - URSS (1991) significaram a consolidação o processo de mundialização da economia, a chamada Globalização Econômica. Essa etapa do capitalismo é marcada pela integração dos mercados mundiais por meio da internacionalização da economia e do capital. Imediatamente após a dissolução da URSS e da Cortina de Ferro, falava-se em uma ordem unipolar, em que os Estados Unidos, como vencedores da Guerra Fria, assumiriam uma posição de astro central,

sendo que os demais países e blocos econômicos transitariam em sua órbita, sujeitos a sua influência. Entretanto, a despeito da incontestável posição dos Estados Unidos, tivemos, na verdade, uma ordem multipolar com a ascensão econômica da China, o fortalecimento da União Europeia, a estratégica posição do Japão e dos Tigres Asiáticos e a ascensão dos BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China. Essa complexificação das relações político-econômicas pode ser simbolizada pela substituição do G8 – grupos das sete maiores economias mundiais, mais a Rússia – pelo G20.<sup>15</sup>

Esse período foi marcado pelo avanço das políticas de austeridade, pela hegemonia neoliberal – somente contestada mais diretamente a partir da Crise de 2008 –, que impactam diretamente a vida da classe trabalhadora. A substituição da rede de proteção social por uma lógica individualista, baseada na competitividade; a busca da mais-valia internacional direcionando os empregos industriais em locais menos desenvolvidos, cujas legislações ambiental e trabalhista são mais permissivas; e o desemprego estrutural e a migração dos empregos para o setor de serviços nas economias mais industrializadas desmobilizam, sobremaneira, a classe trabalhadora. Tais transformações estão associadas ao necessário período de reorganização e de redefinição da Esquerda mundial, deixando ainda mais vulneráveis os trabalhadores.

Ellen Wood, então, rejeita abrir mão da viabilidade do materialismo histórico, antes, propõe o desafio de repensar a sua pertinência em uma realidade em que análises fragmentárias de mundo – pós-modernismo, pós-marxismo, etc. – ganharam terreno. Se E. P. Thompson morreu quando esse processo se intensificava, Ellen Wood acompanhou a consolidação de uma realidade social e de um posicionamento teórico em que a situação de classe perde espaço para formas de pensamento que advogavam numerosas formas de identificações sociais mais determinantes que a classe. A luta de classes perde terreno, na teoria e na prática política, para intelectuais e movimentos que pensam a mudança social a partir da alteração de hábitos e valores nas sociedades. A identidade permanente de classe é substituída pela efemeridade da convergência de interesses coletivos, e é dialogando e respondendo a esse contexto que o pensamento de Ellen Wood se insere (SARTELLI, 2013).

Em termos intelectuais, junto com Robert Brenner, Wood formula o Marxismo Político ao longo dos anos 1980, que nasce com objetivo expresso de se contrapor ao estruturalismo, aos pós-marxismos, ao marxismo analítico e a outras vertentes, marxistas ou

---

<sup>15</sup> Parte dessas informações pode ser repensada e não refletirem a realidade geopolítica atual. Principalmente, em relação à grave crise econômica que afetou o Japão e a incerteza em relação aos rumos da União Europeia a partir da saída do Reino Unido (*Brexit*). Porém, o quadro elaborado se refere ao período dos anos 1990 e início dos anos 2000, relativo ao contexto em que parte da obra de Ellen Wood foi escrita e publicada.

não, que negavam a “[...] possibilidade da política revolucionária [...]” (SARTELLI, 2013, p. 8). O Marxismo Político tem como principal influência o Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico, com destaque para Edward Palmer Thompson<sup>16</sup>, visando à recuperação da luta de classes como elemento central da “dinâmica histórica” e, também, do papel central da classe operária na superação do capitalismo em direção ao socialismo (SARTELLI, 2013, p. 8).

Contudo, como resultado da política soviética, esse grupo de historiadores britânicos sofreu oposição da “nova esquerda”, principalmente, a partir do grupo encabeçado por Perry Anderson e Robin Blackburn “[...] reunido em torno *da New Left Review* [...]”. Essa oposição resultou em uma divisão: “[...] alguns, como Hobsbawn, permaneceram fiéis ao PC até muito tarde [...]”; outros se alinharam, de algum modo, à “nova esquerda”. Este último é o caso do importante referencial teórico de Ellen Wood, E. P Thompson, que se aproxima da “nova esquerda”, ainda que não, inteiramente, sem se afastar por completo das formulações do Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico (SARTELLI, 2013, p. 8-10).

Essa posição singular faz de Thompson uma referência no debate contra o althusserianismo e o coloca teoricamente em debate contra Perry Anderson. Sua produção acende um debate sobre “ortodoxia” ou “heterodoxia” no interior do Marxismo, sendo muito influente na produção de Ellen Wood e, por vezes, utilizado pelo “nascente pós-modernismo”. O fundamental é que, como influenciada por Thompson, o embate teórico travado por Ellen Wood foi o de oferecer “[...] aportes à reconstrução do materialismo histórico [...]” e não só ser uma destacada thompsoniana (SARTELLI, 2013, p. 11-13).

Nesse intento de recuperar a centralidade da classe operária e de reconstruir o materialismo histórico, Ellen Wood retoma o mote da crítica de Marx, ao cunhar a expressão “Novo Socialismo ‘Verdadeiro’” (NSV). A autora, ainda nos anos 1980, formulava contundente crítica ao chamado “pós-marxismo” que, como um “novo revisionismo”, pavimentava o caminho para os pós-modernismos ao “[...] rechaçar a primazia da política de classes e substituí-la pela ‘luta pela democracia’, sobretudo a ser conduzida pelos ‘Novos Movimentos Sociais’.” (WOOD, 1998, p.3, tradução nossa)<sup>17</sup>. Esse grupo de autores, à época encabeçado por Chantal Mouffe, “[...] Ernesto Laclau, Barry Hindess, Paul Hirst e Gareth Stedman Jones [...]”, retirou “[...] a classe trabalhadora de seu lugar central e substituiu

---

<sup>16</sup> Além de Thompson, “[...] Eric Hobsbawn, Rodney Hilton, Christopher Hill, George Rudé e outros.” (SARTELLI, 2013, p. 9).

<sup>17</sup> “[...] *the rejection of the primacy of class politics in favour of ‘democratic struggles’ especially as they conducted by the ‘new social movements’.*”

antagonismos de classe por divisões ideológicas ou ‘discursivas’.”<sup>18</sup> (WOOD, 1998, p.2, tradução nossa).

A autora reconhece que nesse grupo de autores há uma diversidade de elaborações teóricas com maior ou menor grau de elaboração, pois nem todos os autores se pronunciaram de igual forma ou se comprometeram com os mesmos princípios, porém, é possível reconhecer, em linhas gerais, a seguinte argumentação: a classe operária não produziu um movimento revolucionário, comprovando que não existe uma correlação necessária entre economia e política, não havendo relação privilegiada entre classe operária e socialismo, pois o movimento socialista é, em princípio independente de classe, ou seja, seria possível construir o socialismo “como uma pluralidade de lutas democráticas”, podendo substituir “socialismo” por “democracia radical” (WOOD, 1998).

#### **2.1.4 Especificidade Histórica das Ideias de Ellen M. Wood**

Não restam dúvidas que Ellen Wood, como teórica, buscava restaurar, no mundo acadêmico, o papel do marxismo como ferramenta analítica e instrumento político de enfrentamento à exploração do homem pelo homem e ao enfraquecimento da condição da cidadania. Ela se incumbia de tal função justamente em um momento político – a falência do socialismo real – e intelectualmente adverso – a ascensão do pós-marxismo e o início do desenvolvimento do pós-modernismo. Seu desafio intelectual consistia em reconstruir um campo que fosse capaz de comprovar que a democracia radical não substituiria o socialismo. Pelo contrário, essa democracia só seria possível substancialmente no modo de produção socialista, em que a participação política garantisse a autodeterminação dos produtores.

Todo esse desafio enfrentado no ambiente acadêmico traz consigo a pretensão de renovar o materialismo histórico para que ele volte a servir como *práxis*, em reação às lutas fragmentárias, as quais a autora reconhece uma importância, mas, primordialmente, ressalta a insuficiência para a emancipação do homem nos termos de seu ideal humano. Portanto, como parte de seu empreendimento teórico, sua obra trata, primeiramente, da construção – ou reconstrução – do campo, mas sua pretensão não se limita aos debates acadêmicos, uma vez que, a partir da renovação do materialismo histórico, pretende recuperar a centralidade da classe para a luta de classes.

---

<sup>18</sup> “[...] *the working class from the center of the socialist project and displace class antagonism by cleavages of ideology or ‘discourse’.*”.

## 2.2 A ENTRADA DE ELLEN WOOD NO DEBATE MARXISTA SOBRE CLASSES SOCIAIS

Apesar de Poulantzas não fazer uma análise simplificadora da classe e da luta de classes e de ser o mais importante autor da tradição pós-althusseriana, Ellen Wood o classifica como precursor do “Novo Socialismo ‘Verdadeiro’” (NSV) ou “*New ‘True’ Socialism*” (NTS). Para ela, as bases dos tópicos e temas mais importantes do NSV se encontram no trabalho de Nicos Poulantzas. Porém, se E. Wood não o considera um “[...] expoente completamente desenvolvido do NSV [...]”, ela o reconhece como notório precursor. Além disto, como Poulantzas foi o principal expoente do pós-althusserianismo, ela acredita que, se tivesse vivido mais, “[...] a lógica de seu trabalho teórico e sua trajetória política alcançaria a posição que seus colegas pós-althusserianos [...]”<sup>19</sup> ocuparam no NSV, nos anos 1980 (WOOD, 1998, p. 25, tradução nossa). Antes de registrar mais precisamente as críticas de Ellen Wood à Poulantzas, passemos a compreender o NSV.

No *Manifesto Comunista*, ao distinguir sua proposta dos diversos tipos de socialismos existentes, Marx elabora críticas, dentre outros, a teóricos como Bruno e Edgar Bauer e Karl Grun, chamados de “verdadeiros” socialistas ou de socialistas alemães, pois considera que a proposta desses autores abandona a centralidade da luta de classes para a superação do capitalismo. Para Marx, esses teóricos defenderam “[...] não verdadeiras necessidades, mas a ‘necessidade da verdade’; não os interesses do proletariado, os interesses do ser humano, do homem que não pertence a nenhuma classe [...]”. Esses “verdadeiros” socialistas, considerados como reacionários por Marx, serviram de “[...] arma nas mãos dos governos [ainda no regime absolutista] contra a burguesia alemã [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Ellen Wood retoma o mote da crítica de Marx ao cunhar a expressão “Novo Socialismo ‘Verdadeiro’” (NSV), a autora, ainda nos anos 1980, formulava contundente crítica ao chamado “pós-marxismo” que, como um “novo revisionismo”, pavimentava o caminho para os pós-modernismos ao rechaçar a luta de classes e substituí-la pela “luta pela democracia”, sobretudo a ser conduzida pelos “Novos Movimentos Sociais”<sup>20</sup>. Esse grupo de autores, à época encabeçado por Chantal Mouffe, Ernesto Laclau, Barry Hindess, Paul Hirst e Gareth Stedman Jones, retirou “[...] a classe trabalhadora de seu lugar central no projeto

---

<sup>19</sup> “[...] *he might have followed the logic of the theoretical and political trajectory to the position now occupied by many of this post-Althusserian colleagues*”

<sup>20</sup> Inclusive, o Novo Sindicalismo é baseado na concepção estadunidense dos Novos Movimentos Sociais (NMS), aliado a “nova esquerda” (SANTANA; RAMALHO, 2010, p. 40-43).

socialista e substituiu antagonismos de classe por divisões ideológicas ou ‘discursivas’.” (WOOD, 1998, p. 2, tradução nossa)<sup>21</sup>.

A autora reconhece que nesse grupo há uma diversidade de formulações teóricas com maior ou menor grau de elaboração, pois “[...] nem todos os seus membros se pronunciaram de igual forma ou se comprometeram com os mesmos princípios [...]”<sup>22</sup>, porém, é possível reconhecer, em linhas gerais, a seguinte argumentação: a classe operária não produziu um movimento revolucionário, o que comprovaria a inexistência de correlação “[...] entre economia e política [...] [e da] relação privilegiada entre classe operária e socialismo [...]”<sup>23</sup>, pois o movimento socialista é, em princípio independente de classe. Portanto, seria possível construir o socialismo a partir de uma pluralidade de lutas democráticas, podendo substituir “socialismo” por “democracia radical” (WOOD, 1998, p. 2-3, tradução nossa).

Porém, ao se separar de uma classe e se vincular a “coletivos sociais” ou “alianças populares”, a “[...] coesão, objetivos, identidade e capacidade para ação coletiva não se originam em interesses e relações sociais específicas, mas são constituídas pela política e ideologia [...]” (WOOD, 1998, p. 5, tradução nossa)<sup>24</sup>. Um projeto de transformação social que não coloca a classe no centro, não considera:

[...] a posse do poder estratégico e uma capacidade de ação coletiva [...] [e estabelece] [...] a linguagem ou ‘discurso’ como princípio predominante na esfera social [...] [o que faz convergir] certas correntes pós-marxistas com o pós-estruturalismo [...] dissociando ao máximo ideologia e consciência de qualquer base social ou histórica [...] (WOOD, 1998, p. 5, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Curiosamente, apesar de defenderem, a partir dos anos 1980, a autonomia da política e da ideologia em relação à classe, alguns desses teóricos se aproximam de Louis Althusser e defendem que “[...] o econômico é o fator determinante em última ‘instância’, pois determina qual ‘instância’ será determinante ou dominante [...]”<sup>26</sup>. Tal princípio aplicado às classes se traduz na tese de que “[...] algumas condições econômicas determinam que a própria

---

<sup>21</sup> “[...] *the working class from the center of the socialist project and displace class antagonism by cleavages of ideology or ‘discourse’.*”

<sup>22</sup> “[...] *not all its members are equally explicit about, or committed to, all the same principles [...]*” (WOOD, 1998, p. 3).

<sup>23</sup> “[...] *between economics and politics, the working class can have no privileged position in the struggle for socialism.*” (WOOD, 1998, p. 2)

<sup>24</sup> “[...] *the cohesion, objectives, and capacity for collective action are not rooted in any specific social relations or interests but are constituted by politics and ideology themselves [...]*”.

<sup>25</sup> “[...] *the possession of strategic power and a capacity for collective action [...] of language or ‘discourse’ as the dominant principle of social life, and the convergence of certain ‘post-Marxist’ trends with post-structuralism, the ultimate dissociation of ideology and consciousness from any social and historical base.*”

<sup>26</sup> “[...] *the economic determines in the last ‘instance’, only in the sense that it determines which ‘instance’ will be determinant or dominant [...]*” (WOOD, 1998, p. 6).

economia será dominante, enquanto outras estabelecem que a política ou ideologia serão ‘relativamente’ autônomas e dominantes [...]”<sup>27</sup>. Sendo mais direto: “[...] certas condições de classe definem que as pessoas estarão sujeitas à necessidade material, enquanto outras permitem maior liberdade intelectual e moral [...]”<sup>28</sup>. A rigor, a classe operária tenderia a interesses “economicistas” ou “reformistas” devido aos seus interesses materiais serem mais imediatos (WOOD, 1998, p. 6-7, tradução nossa).

Assim, um conjunto de autores passa, a partir dos anos 1980, a reforçar a tese de que a luta por uma “democracia radical” substituindo o socialismo dependeria de uma “aliança popular”, cuja situação de classe não implique em interesses materiais imediatos, permitindo maior liberdade intelectual e moral do que o que é possível à classe operária (WOOD, 1998).

Voltemos a Nicos Poulantzas, que, para Ellen Wood, foi possivelmente o principal autor da tradição pós-althusseriana, por meio de “[...] suas preocupações filosóficas [...] [compreender] os problemas políticos do socialismo contemporâneo [...]”<sup>29</sup>, além de impressionar pela vasta produção, considerando sua morte prematura (WOOD, 1998, p. 25, tradução nossa).

Conforme argumenta Ellen Wood, para o teórico greco-francês “[...] o político e não o econômico [...]” predomina no capitalismo monopolista, com isso ele pretende afirmar “[...] que as *relações de exploração* (ainda que sejam ‘determinantes em última instância’) já não são as que governam.”<sup>30</sup>. O cerne da contribuição de Poulantzas ao NSV está na “[...] transformação crítica na teoria e prática marxista que realiza o eurocomunismo, e constitui seu giro estratégico [...]”<sup>31</sup>. Trata-se, mais diretamente, do “[...] deslocamento da oposição principal das relações de classe entre capital e trabalho até as relações políticas entre ‘o povo’ e a força dominante ou bloco de poder organizado em torno do Estado [...]”<sup>32</sup> (WOOD, 1998, p. 31-33, tradução nossa). Além disto:

---

<sup>27</sup> “[...] *some economic conditions determine that the economy itself will be dominant, while others determine that politics or ideology will be ‘relatively’ autonomous and dominant [...]*” (WOOD, 1998, p. 6).

<sup>28</sup> “[...] *certain class conditions determine that people will be bound to material necessity, while other conditions allow greater intellectual and moral freedom [...]*” (WOOD, 1998, p. 6-7).

<sup>29</sup> “[...] *its philosophical preoccupations, more firmly in the immediate political problems of contemporary socialism*”

<sup>30</sup> “[...] *that the **relations of exploitation** (thought no doubt ‘determinant in the last instance’) no longer ‘reign supreme’.*” (WOOD, 1998, p. 31).

<sup>31</sup> “[...] *critical transformation in Marxist theory and practice, the pivot on which Eurocommunist strategy turns [...]*” (WOOD, 1998, p. 33).

<sup>32</sup> “[...] *displacement of the principal opposition from the class relations between labour and capital to the political relations between the ‘people’ and a dominant force or power bloc organized by the state [...]*” (WOOD, 1998, p. 33)

[...] sua crescente aceitação da ‘democracia’, como um conceito indeterminado que une em seu seio o capitalismo e a democracia socialista em uma continuidade perfeita, obscurece as contradições, os antagonismos e os conflitos de classe que existem entre socialismo e capitalismo. Com isto, Poulantzas está antecipando um dos mais importantes temas do Novo Socialismo “Verdadeiro”. Porém, não desenvolveu estes temas até chegar às últimas conclusões, por isso seria muito mais correto não declará-lo o maior expoente do NSV, mas seu mais importante antecedente (WOOD, 1998, p. 46, tradução nossa).<sup>33</sup>

Apesar da complexa e importante formulação, a obra de Nicos Poulantzas se distancia de um referencial teórico que possibilite a Democracia Substantiva, pois qualquer projeto emancipatório deve mirar a “[...] *desalienação do poder* em cada nível da atividade humana, desde o poder criativo do trabalho até o poder político do Estado [...]”<sup>34</sup>. Para isto, é importante assinalar que pensar a classe operária no centro da transformação social como faz o socialismo revolucionário se baseia em uma análise exaustiva das relações sociais e do poder (WOOD, 1998, p. 15, grifo da autora, tradução nossa).

Na sociedade capitalista “[...] as relações de produção conformam o centro da vida social e define seu caráter explorador como a raiz da opressão social e política [...]”<sup>35</sup> donde surgem as seguintes formulações: (1) “[...] a classe operária é o grupo social com o interesse objetivo mais direto de transição até o socialismo [...]”<sup>36</sup>; (2) “[...] a classe operária [...] sendo a única classe cujos interesses não se baseiam na opressão de outras classes, pode gerar as condições necessárias para liberar todas as pessoas através da luta por sua própria libertação [...]”<sup>37</sup>; (3) a “[...] *luta de classe* deve ser o motor principal desta transformação emancipadora [...]”<sup>38</sup>; e (4) “[...] a classe operária é a única força social com poder estratégico suficiente para

---

<sup>33</sup> “[...] *his growing acceptance of ‘democracy’ as an indeterminate concept joining together capitalist and socialist ‘democracy’ along a seamless continuum, obscuring the contradictions, antagonisms, and class conflicts that stand between capitalism and socialism, Poulantzas anticipated all the major themes of the new ‘true’ socialism. Nevertheless, he never pursued these themes to their ultimate conclusions; and it would probably be more accurate to regard him not so much as the first major exponent of the NTS, but as its last major antecedent.*”

<sup>34</sup> “[...] *disalienation of power* at every level of human endeavor, from the creative power of labour to the political power of the state [...]” (WOOD, 1998, p. 15, grifo da autora).

<sup>35</sup> “[...] *the relations of production at the centre of social life and regards their exploitative character as the root of social and political oppression [...]*” (WOOD, 1998, p. 14).

<sup>36</sup> “[...] *the working class is the social group with the most direct objective interest in bringing about the transition to socialism [...]*” (WOOD, 1998, p. 14).

<sup>37</sup> “[...] *the working class [...] the one class whose interests do not rest on the oppression of the other classes, can create the conditions for the liberating all the human beings in the struggle to liberate itself [...]*” (WOOD, 1998, p. 14-15).

<sup>38</sup> “[...] *class struggle* must be the principal motor this emancipatory transformation [...]” (WOOD, 1998, p. 15, grifo da autora).

permitir que se desenvolva em força revolucionária [...]”<sup>39</sup> (WOOD, 1998, p. 14-15, grifo da autora, tradução nossa).

### 2.3 A PROPOSTA DE ELLEN WOOD: SISTEMATIZAR UMA TEORIA DE CLASSES COM BASE EM E. P. THOMPSON

Ellen Wood (2011b, p. 49) defende que “[...] a unidade das lutas econômicas e políticas é o que é capaz de tornar sinônimos democracia e socialismo.” Sem isto, a democracia possível é a democracia liberal, portanto, formal e limitada aos imperativos da representação. Assim, para atingir tal unidade três elementos devem ser destacados:

- I. A divisão de trabalho entre classe e Estado significa que o Estado representa o “momento” coercitivo da dominação de classe no capitalismo, corporificado no monopólio mais especializado, exclusivo e centralizado de força social. O Estado, em última análise, é o ponto decisivo de concentração de todo poder na sociedade;
- II. As lutas no plano da produção atuam no local da expropriação, mas permanecem incompletas, pois não se estendem até a sede do poder sobre o qual se apoia a propriedade capitalista, que detém o controle da produção e da apropriação; e
- III. As batalhas puramente “políticas” em torno do poder de governar e dominar continuarão sem solução enquanto não implicarem, além das instituições do Estado, os poderes políticos que foram privatizados e transferidos para a esfera econômica.

A partir dessas considerações iniciais, entendemos que o capitalismo concentra a luta de classes no “ponto da produção”, porque é somente no capitalismo que a organização da produção e apropriação coincidem tão completamente. A tendência é que a luta de classes seja localizada e particularizada: “A própria organização da produção capitalista resiste à unidade da classe operária que, supõe-se, o capitalismo deveria encorajar [...]” (WOOD, 2011b, p. 48). Por isto, o desenvolvimento da consciência da classe operária e da sua organização deve ocorrer contra a força centrífuga da produção capitalista e da privatização das questões políticas.

Entretanto, devido à diferenciação entre o econômico e o político, a militância e a consciência política se tornam questões separadas. Ademais, o economicismo da classe operária em países desenvolvidos, visto como subdesenvolvimento da consciência de classe

---

<sup>39</sup> “[...] *the working class is the one social force that has a strategic social power sufficient to permit its development into a revolutionary force [...]*” (WOOD, 1998, p. 15).

inclusive por socialistas, é, na verdade, o reflexo da mudança de arena e dos objetivos da luta política inerente à própria estrutura da produção capitalista – a produção capitalista tende a transformar em políticas as lutas econômicas.

A questão que se erige a partir dessas afirmações é que para uma renovação do materialismo histórico, que reconheça essa separação do *político* e do *econômico*, faz-se necessária também uma nova teoria sobre a noção de classe. Uma noção que dê conta desse comportamento dinâmico das relações de produções e que seja adequada para pensar a luta de classes nesse contexto de separação da condição cívica em relação à condição de classe. É por essa razão que Ellen Wood reconhece na obra de Thompson uma concepção de classe adequada à renovação do materialismo histórico:

*[...] el modo de análisis de Thompson permite reconocer el papel activo de la clase trabajadora, con su cultura y valores, en su propia 'formación'. Este papel puede ser oscurecido por formulaciones que hablan, por una parte, del 'agrupamiento y transformación de objetivos de la fuerza de trabajo por la revolución industrial', y por la otra - secuencialmente - de 'la subjetiva germinación de una cultura de clase en respuesta a ella' (WOOD, 1983, s.p.).*

Edward Thompson, em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, pretende ressaltar o movimento de “autofazer-se” das classes sociais ao longo da história. Essa pretensão, segundo a tradutora do volume I, Denise Botman, é prejudicada pela tradução, pois “[...] a palavra ‘formação’ perde em muito o conteúdo subjetivo e processual de ‘making’ [...]”. Classe, para Thompson, não é uma estrutura ou categoria, mas “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência [...] [é] algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...]” (THOMPSON, 1987, p. 9).

Ao enfatizar que não enxerga classe apenas como uma “estrutura” ou “categoria” e que nem mesmo a “[...] mais fina rede sociológica consegue oferecer um exemplar puro de classe [...]”, Thompson está chamando a atenção para o fato de que a classe “[...] estava presente no seu próprio fazer-se [...] [como resultado de] experiências comuns (herdadas ou partilhadas) [...]”. Ou seja, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção. Enquanto a “[...] consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais [...]” (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Assim sendo, Thompson não pretende “[...] negar a existência da classe na ausência da consciência de classe [...]”. Ao contrário, ele buscou explicar como a atuação em formas de classe é pré-condição das formações completas e conscientes de classe. Portanto, antes de possuir instituições e valores “[...] conscientemente definidos como classe [...]”, as pessoas atuam em formas de classe. Dito de outro modo, o historiador britânico fugiu da tautologia que “classe” é igual à “[...] relação com os meios de produção [...]” e explicou as consequências das relações sociais estruturadas em torno das classes sobre os agentes desprovidos de consciência de classe, que são “[...] pré-condição” para a classe madura e conscientemente organizada. Além disto, demonstra que “[...] a luta de classe precede a classe [...]”, pois o conflito e a luta nascem das relações de produção, enquanto as formações de classe dependem da experiência do conflito e da luta. Ainda, conflitos e lutas estruturados em “forma de classe” não ocorrem apenas em formações sociais onde as classes são conscientemente organizadas (WOOD, 1983, s.p.).

Para fazer sentido essa análise à luz do marxismo, é preciso repensar a metáfora do edifício para análise da “base” e da “superestrutura”. Tal metáfora, segundo Ellen Wood, “[...] gerou mais problemas do que soluções [...]”. Para justificar a necessidade de revê-la, Ellen Wood aponta: “Embora o próprio Marx a tenha usado muito raramente e apenas nas formas mais aforísticas e alusivas, ela passou a suportar um peso teórico muito superior à sua limitada capacidade [...]”. O agravamento desse descompasso ocorre “[...] pela tendência de Engels de usar uma linguagem que sugeria compartimentação de esferas ou ‘níveis’ fechados [...]” e, principalmente, “[...] com o estabelecimento das ortodoxias stalinistas que elevaram – ou reduziram – a metáfora à condição de primeiro princípio do dogma marxista-leninista [...]”. Deste modo, tais “[...] deformações das ideias histórico-materialistas originais de Marx fixaram os termos do debate marxista desde então [...]” (WOOD, 2011b, p. 51).

Recorrendo a Perry Anderson, Ellen Wood (2011b, p. 71) afirma:

[...] a principal objeção feita por Thompson e outros contra a metáfora da base/superestrutura é o fato de a distinção analítica entre os vários ‘níveis’ ou ‘casos’ poder encorajar a ideia de que eles ‘existem substantivamente como objetos separados, fisicamente divisíveis uns dos outros no mundo real’, criando uma confusão entre ‘procedimentos epistemológicos’ e ‘categorias ontológicas’.

Por isto, a historiadora e teórica política chama a atenção para a necessidade de repensar a base e a superestrutura para uma renovação do materialismo histórico, reconhecendo o esforço empreendido por E. P. Thompson:

Como Thompson sabe muito bem, ‘interação mútua não chega a ser determinação’; e, tal como Marx, ele não tem intenção de fugir assim da questão da indeterminação. Sua formulação é apenas uma forma de levar a sério o entendimento de Marx sobre a ‘base material’ como algo que se corporifica na atividade prática humana, que, por mais que isso possa violar a sensibilidade dos marxistas ‘científicos’, exige de nós enfrentarmos o fato de ser a atividade de produção material uma atividade *consciente* (WOOD, 2011b, p. 65, grifo da autora).

Feita essa consideração, é preciso compreender a refutação da concepção de classe de duas correntes científicas distintas.

Em suma, Thompson entende que no próprio marxismo há uma forte tendência de tratar classe – diferente do significado original em Marx – como “coisa”. Esse erro faz com que muitos seguidores do marxismo tomem o conceito como “[...] tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção [...]”. Partindo desse erro, deduz-se uma dada consciência de classe que o proletariado “deveria” ter e que há uma superestrutura cultural que provoca “distorções culturais” e “defasagens”, levando a formulações de teorias substitutivas em que aparecem “[...] o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser [...]” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Na outra, “Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode ser criticada sem dificuldade, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica pejorativa, imposta às evidências [...]” (THOMPSON, 1987, p. 10-11). Em reação, surge outra concepção de classe entre os pós-marxistas, como Talcott Parsons, Ralf Dahrendorf, Ernesto Laclau, Barry Hindess, Paul Hirst, Gareth Stedman Jones. Parsons e Dahrendorf, por exemplo, partem de uma tese que classe pode ser definida como parte da estrutura social.

Entretanto, eles tendem a ver a consciência de classe como “[...] algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes ‘papéis sociais’ deve ser lamentado [...]” (THOMPSON, 1987, p. 11). Para eles, o problema está em como fazer com que os indivíduos aceitem o seu papel social. Já as análises de Laclau, Hindess, Hirst e Jones colocam as divisões ideológicas ou “discursivas” como oposições fundamentais, retirando a política e a luta de classes do lugar central (WOOD, 1998).

Refutando tais análises, o historiador britânico desenvolve no volume 2 – *A maldição de Adão*, da obra *Formação da classe operária inglesa*, uma análise sobre os grupos de trabalhadores cuja experiência parece destacar a consciência da classe operária. Thompson destaca o papel dos trabalhadores rurais, artesãos urbanos e tecelões artesanais nesse processo

do “fazer-se” da classe operária, uma vez que mineiros e metalúrgicos não exerceram inteiramente sua influência até o final do século XIX. Segundo ele,

[...] a ênfase excessiva sobre o caráter inovador das tecelagens pode levar ao menosprezo da continuidade de tradições políticas e culturais na formação das comunidades da classe operária. Os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da Revolução industrial’, tiveram nascimento tardio. Muito de suas ideias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos [...] É discutível se os operários – exceto nos distritos algodoeiros – ‘formaram o núcleo do Movimento Trabalhista’ antes do final da década de 1840 (THOMPSON, 2012a, p. 15).

O autor localiza a formação da classe operária como o fato relevante do período 1790-1830:

Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos -, além das tradições intelectuais, padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (THOMPSON, 2012a, p. 17)

Portanto, para análise da classe, tratá-la como “coisa” ou como *locus* na estratificação social – “parte da estrutura social” – é insuficiente, pois:

A formação da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a ‘Revolução Industrial’ – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’ [...] A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (THOMPSON, 2012a, p. 17-18)

Entendemos que, conforme defende Thompson, apenas identificar a existência de grupos que compõem a estrutura social em um dado momento da história diz pouco ou quase nada das dinâmicas internas às relações entre produtores e apropriadores. Por isso, nas palavras de Thompson (1987, p. 11-12):

[...] a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse ‘papel social’ e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas questões são históricas. Se detemos a história

num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com emaranhado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições.

Ellen Wood, sustentando a visão de Thompson sobre essa questão, afirma ser necessário “[...] demonstrar como a estruturação da sociedade nas ‘formas de classes’ realmente afeta as relações sociais e os processos históricos [...]”, ou seja, é necessário “[...] ter uma concepção de classe que nos convide a descobrir como as situações objetivas de classe formam nossa realidade [...]”. Por isto, aprofundar esse debate entre Thompson e outros marxistas implica em reconhecer e problematizar que não é suficiente “[...] afirmar e reafirmar a proposição tautológica de que ‘classe é igual à relação com os meios de produção’.” (WOOD, 2011b, p. 78).

E. P. Thompson propõe uma interpretação sobre as classes baseadas no binômio: relação e processo. Antes de prosseguir na explicação do que significa tal binômio, é fundamental considerar que “Nem Marx, nem Thompson, nem ninguém desenvolveu um vocabulário teórico ‘rigoroso’ para expressar os efeitos das condições materiais sobre seres ativos e conscientes [...]”. Isto ajuda a compreender o grau de dissenso que há em relação a alguns conceitos usados por Thompson, em especial, o conceito de experiência, que, por vezes, é visto como expressão de seu “subjativismo” e “idealismo” (WOOD, 1983, s.p.).

Dito isto, passemos a explicar o binômio relação e processo. Thompson, como já afirmamos, não busca localizar as classes meramente a partir de posições estruturais. A localização é feita por meio de relações. Os processos de formação de classe são impulsionados pelas relações de exploração, conflito e luta (WOOD, 1983).

Pensar a classe como *relação* significa observar dois tipos de relação existentes: (1) entre as classes e (2) entre os membros de uma mesma classe. Assim, opõe-se, claramente, a ideia de classe como mera categoria de estratificação. Nessa linha de argumentação de Thompson, as “relações de produção” fundamentam as “relações de classe”, como qualquer teoria materialista afirmaria. Porém, as relações de produção são aquelas estabelecidas por pessoas unidas pelo processo de produção e os antagonismos entre produtores diretos e apropriadores do excedente. Cumpre advertir que “[...] as relações de classe não são redutíveis a relações de produção [...]”: nem todos os membros potenciais das classes históricas são vinculados diretamente pelo processo de produção ou pelo processo de apropriação – são as pessoas agrupadas em classes e não as classes que produzem ou apropriam (WOOD, 1983, s.p.). Em outros termos:

*La ‘clase’ no se refiere simplemente a los trabajadores agrupados en una unidad de producción u opuestos a un explotador común en una unidad de apropiación. La clase implica una conexión que se extiende más allá del proceso de producción inmediato y del nexo inmediato de extracción, una conexión que se proyecta a través de las unidades de producción y apropiación particulares. Las conexiones y oposiciones contenidas en el proceso de producción son la base de la clase; pero la relación entre personas que ocupan posiciones similares en las relaciones de producción no la da directamente el proceso de producción y apropiación (WOOD, 1983, s.p.).*

A formação de classe não é facilmente explicável sem recorrer ao termo “experiência”. Essa categoria, à primeira vista, pode complicar a compreensão, mas isto ocorre justamente porque são complexos os mecanismos que fazem as relações de produção dar origem à classe. Entretanto, isso não significa “negar a pressão determinante” das relações de produção. Em suma, experiência é o termo cujo significado afirma que as “estruturas objetivas” impactam na vida das pessoas e para compreender “[...] o que estas estruturas fazem [...]”, como atuam e como as pessoas reagem em relação a isso é o papel de historiadores e sociólogos (WOOD, 1983, s.p.). Desenvolveremos, nos próximos subtítulos, as críticas e o detalhamento de como Thompson confere centralidade à experiência

Além disto, Thompson considera fundamental o reconhecimento da noção de classe como um *processo estruturado*, o que significa afirmar que “[...] há uma base estrutural na formação de classe [...]”, mas é preciso procurar nas relações antagônicas de produção as formas particulares em que as pressões estruturais atuam na formação das classes. Essa busca deverá ser realizada empiricamente por meio de análise histórica e sociológica. Em reação a essa proposição, Thompson foi acusado de equiparar “[...] a classe com a consciência de classe [...]”. Na verdade, o historiador britânico compreende que “[...] as formas de consciência são moldadas em diversas formas pelas ‘pressões determinantes’ de situações objetivas de classe [...]”, mesmo quando ainda não está expressa “[...] uma identidade de classe autoconsciente e ativa [...]”. Entre uma situação objetiva de classe, sem identidade autoconsciente e ativa, e uma formação visível, consciente e ativa de classe está o processo histórico (WOOD, 1983, s.p.).

## 2.4 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE CLASSE

Conforme Vitorino, para Thompson, classe é, ao mesmo tempo, um conceito de junção e de interação. Como *conceito de junção*, “[...] ajudaria a pôr ordem e somar múltiplas evidências proporcionando enxergar uma realidade submersa [...]”, ou seja, classe é um

conceito heurístico, cuja análise comporta sempre o risco de anacronismo, posto que se refere a “[...] fatos tecidos pelas ações humanas [...]”, mas que tendem a estar escondidos, tal como a metáfora marxista da toupeira, usada no *18 de Brumário*. Por outro lado, é um *conceito de interação*, pois “classe” é um “[...] fenômeno histórico, sendo este um problema muito mais histórico do que propriamente teórico [...]” (VITORINO, 1997/1998, p. 159-160, grifo do autor).

Quatro elementos são fundamentais para compreender a formação de classe em Thompson: (1) os trabalhadores participam ativa e conscientemente na formação de classe; (2) a classe formou a si própria tanto quanto foi formada, pois é “[...] um complexo de visões e interesses antagônicos [...] [e] as motivações objetivas e subjetivas que levaram os trabalhadores a formar a classe operária não existiam teleologicamente [...]”; (3) a classe acontece como resultados de experiências comuns que são herdadas ou compartilhadas, que permite aos homens sentir e articular seus “[...] interesses entre si e contra os outros [...]”, cujos interesses são opostos; e (4) não se detecta, a olhos nus, em qualquer tempo a atualização de classe, pois só é identificável quando “[...] o processo consiga acontecer durante um longo espaço de tempo e durante os quais se materialize culturalmente sua ideologia [...]” (VITORINO, 1997/1998, p. 160-165).

Um elemento crucial para a compreensão da contribuição de Thompson é a apreensão do conceito de experiência. Em *A Miséria da Teoria*, encontramos a seguinte definição para *experiência*: “[...] a resposta mental e emocional, seja de indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento [...]” (THOMPSON, 1981, p. 16). Portanto, a experiência sempre *acontece* em relação a algo, ela é mediada pela cultura e *acontece* porque os indivíduos refletem sobre o que vivenciam e os afetam. Nas palavras de Thompson (1981, p. 16): a experiência “[...] surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres – e não apenas os filósofos – são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo [...]”. Por meio da experiência “[...] a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história [...]” (THOMPSON, 1981, p. 188).

Thompson (1978, apud WOOD, 1983, s.p.) afirma que:

*[...] efectivamente que las clases surgen o ‘suceden’ porque las personas ‘en relaciones productivas determinantes’ —y que consiguientemente comparten una experiencia común— identifican sus intereses comunes y llegan a pensar y valorar en formas de clase’.*

Para esmiuçar essa definição, é importante considerar que o “ser social” e a “consciência social” são mediados pela *experiência* e não existem fora dela. Segundo Vitorino, “[...] ser social e consciência social existem porque são *experencializados* [...]”. Mais precisamente, quando falamos em experiência de classe nos referimos a algo que os indivíduos realizam “[...] enquanto produzem a riqueza material [...]” no sistema capitalista. Deste modo, a *experiência* se torna *experiência de classe* quando faz a mediação das relações de produção e consciência social. Porém, a experiência nasce determinada pela reflexão que os indivíduos fazem ao que vivenciam, mas isto não significa que a consciência de classe nascerá da mesma forma (VITORINO, 1997/1998, p. 168-169, grifos nossos).

Para Thompson (1987, p. 10), “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma [...]”. Ou seja, isso significa, de acordo com Vitorino (1997/1998, p. 168-170), que o “ser social” não “[...] determina direta, imanente e auto produtiva[mente] [...]” a “consciência social”. Marx já afirmara: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram [...]” (MARX, 2011, p. 25).

Dito de outro modo, Ellen Wood afirma que a argumentação de Thompson é que as relações objetivas de produção vão sempre importar, tenham ou não resultado em uma consciência de classe bem definida, a questão é que importam “[...] de formas diferentes em distintos contextos históricos [...]”. Isto quer dizer que as formações de classes são produzidas pelas relações objetivas de produção, como resultado de um processo histórico. Para ela, o esforço de Thompson foi formular uma concepção de classe atente para “[...] como, e de que modos diferentes, importam as situações objetivas de classe [...]” (WOOD, 1983, s.p.).

A proposta de renovação do materialismo histórico de Ellen Wood parte da concepção de classe de E.P. Thompson em que é necessário distinguir a constituição das classes pelos modos de produção – situação de classe – e o processo de formação da classe. Assim, quando se verifica a consciência de classe, “[...] a classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita [...]”. Essa consciência pode ser vista: (1) pela “[...] identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização [...]”; e (b) pela “[...] consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou classes produtivas, enquanto contrários aos de outras classes [...]” (THOMPSON, 2012b, p. 561-562).

Os dois aspectos da consciência de classe não serão suscitados apenas por uma identidade de posição na relação com os meios de produção e, muito menos, por se reconhecerem como parte de um grupo responsável por um determinado papel social e, por

isto, ocupante de um mesmo *status* na estrutura e na estratificação social. Em relação ao primeiro aspecto, isto ocorre porque no período da “classe operária empírica”, quando “[...] amadurecia a reivindicação de um *sistema alternativo* [...] a definição final dessa consciência de classe era consequência, em grande parte, da reação da classe média à força operária [...]” (THOMPSON, 2012b, p. 562, grifo do autor).

Apesar das críticas de historiadores com visão “otimista” em relação à Revolução Industrial obtida, a partir de dados interpretados com base em seus próprios padrões, que defendiam uma melhoria de qualidade de vida, é importante considerar sobre o segundo aspecto que “padrão de vida” está relacionado a juízos de valor que, por sua vez, “[...] relacionam-se com a satisfação humana e com o curso das mudanças sociais [...]”. É por isto que o autor sustenta que qualquer “[...] avaliação acerca da qualidade de vida requer antes a determinação da experiência de vida como um todo, relacionada com as múltiplas satisfações ou privações, tanto culturais quanto materiais [...]” (THOMPSON, 2012a, p. 432-433). É importante assinalar que:

*Thompson, aunque indudablemente interesado en la ‘calidad de vida’, no define sus condiciones simplemente en términos subjetivos, sino en términos de las realidades objetivas de las relaciones capitalistas de producción y su expresión en la organización de la vida. Así, la única y más importante condición objetiva experimentada en común por varios tipos de trabajadores durante el periodo en cuestión fue la intensificación de la explotación; y Thompson dedica la parte segunda y central de La formación histórica de la clase obrera, precedida por un capítulo titulado ‘Explotación’, a una descripción de sus efectos. Está interesado no solo en sus efectos sobre el ‘sufrimiento’ sino en la distribución y organización del trabajo (así como del ocio), muy especialmente sus consecuencias para la disciplina laboral y la intensidad de trabajo, por ejemplo en la extensión del horario laboral, la creciente especialización, el quebrantamiento de la economía familiar, etcétera. También considera en qué forma se expresaba la relación de explotación en ‘formas correspondientes de propiedad y poder estatal’, en formas legales y políticas, y como la intensificación de la explotación era agravada por la represión política contrarrevolucionaria. Estos son factores que ciertamente, desde un punto de vista marxista, no pueden ser desdeñados como ‘subjetivos’; y Thompson los contrasta con los ‘hechos desnudos’ del argumento ‘empirista’, no como subjetividad contra objetividad, sino como determinaciones reales objetivas que subyacen a los ‘hechos’ (WOOD, 1983, s.p.).*

Um elemento muito criticado pelo marxismo clássico e pelo marxismo ocidental, mas fundamental em Thompson, é a centralidade da experiência para pensar classe. Em outros termos:

- a) A formação da classe dependerá do reconhecimento de compartilhamento de uma dada situação de classe (*experiência*), que, por sua vez, depende das posições ocupadas nas relações de produção;
- b) Classe, por estar vinculada à experiência e ao reconhecimento de uma dada situação de classe só existe em qualquer tempo como categoria analítica e esta, para Thompson, tem alcance limitado e sujeito a *anacronismo*, pois a sua devida identificação requer um tempo suficiente para materialização cultural da ideologia;
- c) Thompson recusa quaisquer propostas teóricas e políticas que se baseiam em “[...] forjar uma determinada consciência [...]”, pois a consciência não é verificada no “fazer-se”, aparece quando a formação de classe já ocorreu e se expressa pela identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas ocupações e setores, identificando, claramente, as classes opositoras à efetivação desses interesses.
- d) Há a dependência da consciência em relação à força determinante das situações objetivas (WOOD, 1983).

A compreensão do conceito de classe passa pelo resgate do conceito de alienação. Segundo Vitorino (1997/1998, p. 163, grifos do autor), Thompson busca “[...] *reantropologizar* a crítica marxista [...]”. A sociedade capitalista é edificada sobre “[...] juízos de valores antagônicos [...]”, deste modo, a luta de classes é, também, “[...] uma luta acerca de valores [...] [Por isso] recuperar o sentido da história passada serve para desembocar no progresso de uma história futura mais humana[...]”.

Portanto, cumpre afirmar que, apesar da disputa pelo apoio ou cooptação dos trabalhadores que encontram em situação de classe operária, inclusive por setores à direita, com os exemplos históricos dos fascismos, o papel transformador depende da mutação de situação de classe para a classe operária formada. O amortecimento da luta de classes, via concessão e expansão de Direitos Trabalhistas, no século XX, parece ter encontrado seu limite. A atuação da imprensa em defesa dos interesses burgueses funcionou muito bem para impor obstáculos para o reconhecimento do compartilhamento de uma dada situação vivida pelos trabalhadores e para o falseamento na difusão de valores.

Todavia, nos dias atuais, em uma fase de retração de direitos, o ativismo e o partidarismo midiáticos podem ser insuficientes para mitigar a percepção da exploração sofrida pelos trabalhadores. O que não quer dizer que a tarefa de enfrentamento seja simples. Não é! O grande desafio hoje é como fazer com que haja o reconhecimento de compartilhamento de uma dada situação de exploração em uma organização do trabalho fragmentada e flexível. Mais, que isso: como, em face da enorme variedade de ocupações de

um crescente setor de serviços, fazer com os trabalhadores resgatem sua história e se reconheçam como membros de uma só classe? (HARVEY, 2012; SANTANA; RAMALHO, 2010; WOOD, 1983, 1998, 2011b).

Ainda que certas vertentes substituam o projeto de superação do capitalismo por uma proposta de “democracia radical”, a emancipação da classe operária passa, obrigatoriamente, por uma luta de base classista para extinguir os fundamentos da exploração do homem pelo homem. As lutas identitárias são importantes focos de resistência, mas insuficientes para enfrentar a totalidade sistêmica que divide a humanidade entre produtores e apropriadores. Por isso, as demandas dos grupos identitários não devem ser ignoradas, mas a única fonte possível é o entendimento que as medidas afirmativas são pequenos entraves à obtenção da mais-valia, mas de modo algum são incompatíveis com a exploração do trabalho. Isto posto, apenas uma luta é, no seu todo, a antítese à exploração do homem pelo homem: a luta de classes. O desafio para o enfrentamento contra o capitalismo, como unidade sistêmica, permanece, mas nunca foi e nunca será fácil (WOOD, 1983, 1998, 2011b).

É fundamental, portanto, ser redundante para fixar as seguintes formulações: (1) “[...] a classe operária é o grupo social com o interesse objetivo mais direto de transição até o socialismo [...]”, pois é a portadora da necessidade de eliminação por completo da oposição entre produtores e apropriadores; (2) “[...] a classe operária [...] sendo a única classe cujos interesses não se baseiam na opressão de outras, pode gerar as condições necessárias para liberar todas as pessoas através da luta por sua própria libertação [...]”, uma vez que seu enfrentamento estratégico e definitivo é contra o fundamento da exploração: a propriedade privada dos meios de produção; (3) “[...] a luta de classe deve ser o motor principal desta transformação emancipadora [...]”; e (4) “[...] a classe operária é a única força social com poder estratégico suficiente para permitir que se desenvolva em força revolucionária [...]” (WOOD, 1998, p. 14-15, tradução nossa)<sup>40</sup>.

A renovação do materialismo histórico proposta por Ellen Wood inspira-se na concepção de classe enunciada por Thompson, mais do que isso: para essa renovação Wood entende como necessário “[...] extrair da obra de Thompson uma teoria de classe mais elaborada do que as que ele esboçou [...]” (WOOD, 2011b, p. 74). Afinal, nenhuma definição estrutural de classe ou mesmo uma proposição tautológica pode por si só resolver o problema da formação de classe. O ponto de partida para essa teoria é compreender e problematizar que, sim, as classes são constituídas pelos modos de produção e as relações de produção e as

---

<sup>40</sup> Os textos originais das passagens traduzidas nesse parágrafo já foram disponibilizados nas notas: 35, 36, 37 e 38, respectivamente.

condições de exploração existem objetivamente, mas as formações de classe a consciência de classe se desenvolvem pela luta, “[...] à medida que as pessoas ‘vivem’ e ‘trabalham’ sua situação de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 76).

## 2.5 A IMPORTÂNCIA DA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE PARA UMA TEORIA POLÍTICA DE RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO<sup>41</sup>

Primeiramente, cabe ressaltar que, para E. Wood (1983), E. P. Thompson não sucumbe a um “socialismo populista simplista”. Afirmar o potencial revolucionário da cultura popular e reafirmar a importância da experiência não significa recusar a política organizada e o árduo empreendimento de organização para luta. Ao contrário, significa dizer que nenhuma política imposta “de cima”, seja pelo intelectual, seja pelo partido, pode consolidar uma ideologia verdadeiramente revolucionária. Significa, ainda, afirmar que a tarefa de organização da classe operária para luta deve ter como ponto de partida a reflexão sobre a própria realidade, uma reflexão que pode ser estimulada, mas que não pode jamais ser substituída pela interpretação pronta e distribuída por manuais. Uma organização política deve ser contextualizada ao mundo do trabalho e não definida nos gabinetes ou em diretrizes escritas por poucas mãos (WOOD, 1983, 1998, 2011b).

Em resumo, Thompson chama a atenção para o fato de que o trabalhador é o agente e não uma ferramenta revolucionária. Essa ressalva pretende servir de base para a proposição da construção da Democracia Substantiva<sup>42</sup>, afinal nenhum regime que pretende a efetiva participação popular pode se fundar na descrença em relação à capacidade de discernimento da maioria trabalhadora (WOOD, 1983, 1998, 2011b).

Analisar o conceito de democracia implica delimitar o conteúdo que se pretende discutir. Faremos aqui uma distinção entre a formulação teórica Democracia Substantiva e as democracias efetivamente existentes. Nessa diferenciação, a primeira é como Ellen Wood formula um modelo de democracia cujo poder decisório esteja no *demos*, assegurando, de

---

<sup>41</sup> A obra de Ellen Wood foi produzida no calor dos debates acadêmicos e políticos, além de ter sido interrompida pela enfermidade que a vitimou. Por isso, a proposta é derivar dos escritos de Ellen Wood uma teoria política sistemática e não afirmar que a autora sistematizou por completo uma teoria política.

<sup>42</sup> Conforme, explicitado na Introdução ao longo das páginas 14 a 16, por *Democracia Substantiva*, Ellen Wood entende: “[...] o governo pelo povo ou pelo poder do povo [...]”, de modo que seja possível a “[...] reversão do governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos [...]”. Porém, para a autora, essa democracia é incompatível com o capitalismo, que “[...] representa o governo de classe pelo capital [...]” e “[...] limita o poder do ‘povo’ entendido no estrito significado político [...]”. Ou seja, não há “[...] um capitalismo governado pelo poder popular [...]”, “[...]em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucros e da acumulação [...]”. Por isso, “[...] a democratização deve seguir *pari passu* com a ‘destransformação em mercadoria’. Mas tal destransformação significa o fim do capitalismo [...]” (WOOD, 2011b, p. 7-8).

fato, a *isegoria*, tendo capacidade de garantir a autodeterminação dos produtores pelo exercício do poder político e pela real “liberdade de livre associação (sic)” Esse modelo ideal parte da constatação da insuficiência dos regimes representativos atuais, os quais, apesar de adotarem o nome democracia, garantem apenas o direito de ser representado no exercício do poder político. Entretanto, esses regimes estão longe de garantir o exercício de poder aos cidadãos (WOOD, 2011b).

Uma importante obra no processo de renovação do materialismo histórico é *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Nesta, Ellen Wood defende que a Democracia Substantiva não é possível no capitalismo e, partindo desta premissa, propõe a renovação do materialismo histórico visando à Democracia Substantiva no socialismo. Essa renovação passa pela retomada do espírito crítico do marxismo, superando determinismos, pela compreensão da centralidade da luta política para superação do capitalismo e necessita do abandono dos elementos particularistas da luta social e política contemporânea, o que implica repensar a luta de classes nos dias atuais e um urgente aprofundamento das análises sobre o conceito de classe.

Não existe capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas de vida [...] o capitalismo coloca necessariamente mais e mais esferas da vida fora do alcance da responsabilidade democrática (WOOD, 2011b, p. 8).

É, portanto, urgente o entendimento da totalidade sistêmica do capitalismo e a necessidade de evitar determinismos, como o economicismo e os novos revisionismos – pós-marxismos, pós-modernismos, etc.<sup>43</sup> –, para garantir, a um só tempo, as liberdades civis básicas e o “governo pelo povo” ou “pelo poder do povo”, pois “[...] nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder [...]” (WOOD, 2011b, p. 8).

Para a autora, é fundamental considerar a separação da condição cívica da situação de classe, que ocorre devido à separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. Para tal consideração é necessário explicar “[...] como e em que sentido o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e político [...]”. Neste intento, Marx, a partir da crítica à economia

---

<sup>43</sup> Para a autora, o “[...] pós-marxismo deu lugar ao culto do pós-modernismo e a seus princípios de contingência, fragmentação e heterogeneidade, sua hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estruturas, processos e grandes narrativas [...]”. Além disto, a “[...] fragmentação e contingência dos pós modernistas se unem à estranha aliança com a ‘grande narrativa do fim da história’.” (WOOD, 2011b, p. 13).

política, teria “[...] o propósito de revelar a face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas políticos clássicos [...]” (WOOD, 2011b, p. 28). Deste modo:

[...] o segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx [...] refere-se às relações sociais e à disposição de poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho [...] a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade [...] o “ponto-de-partida” da produção capitalista ‘não é outra coisa senão o processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção’, um processo de luta de classes e de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe apropriadora. A própria estrutura do argumento sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é *político* (WOOD, 2011b, p. 28, grifo da autora).

Analisando Ellen Wood, Darlan Montenegro (2012, p. 115) percebe que, para a autora, a separação das esferas política e econômica se apresenta, então, como realidade e dissimulação. É real, pois a esfera econômica no capitalismo está separada do Estado. É dissimulada, pois a origem das instituições liberais que compõem a sociedade civil é camuflada, de modo a ocultar que, para construir essa separação, o Estado foi tomado pela burguesia.

Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos de intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores ‘livres’ – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta dos meios de produção [...] A propriedade privada absoluta dos meios de produção, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca das mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos os sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política (WOOD, 2011b, p. 35).

Assim, por um lado, “[...] a economia tem suas próprias formas jurídicas e políticas, cujo propósito é puramente ‘econômico’ [...]”, por outro, temos uma esfera pública especializada cuja “[...] autonomia do Estado capitalista está inseparavelmente ligada à liberdade jurídica e à igualdade entre os seres livres [...]”. Seriam “[...] dois momentos da apropriação capitalista – apropriação e coação [...]” (WOOD, 2011b, p. 35-36). Em outros termos:

[...] de um lado, o Estado ‘relativamente autônomo’ tem o monopólio da força coercitiva; do outro, essa força sustenta o poder ‘econômico’ privado que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção [...] Embora o poder ‘econômico’ de apropriação possuído pelo capitalista esteja separado dos instrumentos de coação política que impõem, esse poder de apropriação está mais do que nunca direta e intimamente integrado com a autoridade de organizar a produção (WOOD, 2011b, p. 36).

Tal situação faz com que nos governos representativos do modo de produção capitalista ocorra a “[...] separação da condição cívica da situação de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 173), pois:

Há no capitalismo uma separação completa entre a apropriação privada e os deveres públicos; isso implica o desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicado aos fins privados, e não aos sociais. Sob esse aspecto, o capitalismo difere das formas pré-capitalistas, nas quais a fusão dos poderes econômico e político significava não apenas que a extração de mais-valia era uma transação ‘extraeconômica’ separada do processo de produção em si, mas também que o poder de apropriação da mais-valia – pertencesse ele ao Estado ou a algum senhor privado – implicava o cumprimento de funções militares, jurídicas e administrativas (WOOD, 2011b, p. 36).

Passamos, agora, a historicizar essa separação que se efetiva após lutas em ambas as esferas, mas que foi decidida na esfera política, pois em reação à luta de classes, o Estado interveio – e intervém –, violentamente, a favor da classe apropriadora.

A “[...] separação completa entre a apropriação privada e os deveres públicos [...]” (WOOD, 2011b, p. 36), ou seja, entre a situação de classe e a condição cívica, não se refere a uma característica inerente à democracia em sua concepção original, mas a uma característica da democracia moderna e liberal vigente no sistema capitalista. Em sua origem, em Atenas, a democracia, como poder do *demos*, incluía a participação dos camponeses e não havia separação clara entre a sociedade e o Estado de Atenas – havia a *polis*, os atenienses. Lá, a condição de cidadania garantia aos camponeses, artesãos e grandes proprietários a *isegoria*. Na democracia ateniense, como governo pelo *demos*, a condição de cidadão era uma ferramenta importante para limitar a exploração econômica. Sim, a cidadania era um bem restrito, excluía escravos, metecos (estrangeiros) e as mulheres, mas era uma garantia de que os produtores diretos não seriam alienados dos meios de produção. A cidadania garantia aos trabalhadores à autodeterminação no âmbito da produção.

Apesar de ser característica da democracia moderna capitalista, essa separação tem suas origens anteriores ao capitalismo. Primeiro, é necessário relacionar à Roma: a República

culminou em um Império cuja autoridade municipal era fortíssima e exercida pelos grandes proprietários. Segundo, é importante identificar a autoridade do senhorio medieval sobre o feudo. Esses dois momentos históricos indicam um percurso da separação entre o *econômico* e o *político*. Ocorre que o desenvolvimento do capitalismo acentua o poder político dos proprietários e sua capacidade de extrair a *mais-valia*. Exemplo disto é o Absolutismo, a primeira face do Estado Moderno no Ocidente. Neste Estado, apesar de não ocupar diretamente o trono, é a burguesia a beneficiária do Mercantilismo. O liberalismo, uma ideia moderna, construída sobre princípios pré-modernos e pré-capitalistas, só pôde se fundir à democracia justamente devido ao capitalismo e à consequente separação do *político* em relação ao *econômico* (WOOD, 2011b, p. 172-184). Sobre este assunto, é ilustrativo analisar John Locke.

Locke, segundo Ellen Wood, justifica a criação do Estado por meio do Pacto Social devido à propriedade. A incerteza de gozar da propriedade, concebida como um direito natural, explica o consentimento mútuo entre os homens livres para saída do Estado de Natureza. Em Locke, o poder político é a capacidade de formular leis, incluindo a pena de morte, para proteger e conservar a propriedade privada. Porém, se os homens consentem em criar o Estado, em definir um governo, eles não abrem mão de seus direitos naturais: vida, propriedade e liberdade, conservando, ainda, o direito de sublevação caso o Governo se volte contra os direitos naturais (WOOD, 2011b, p. 49; p. 172-184). Assim, mantendo os direitos naturais e o de rebelião, os homens têm no Estado um instrumento “[...] de coerção ‘pública’ [...] [para] apoiar o poder ‘privado’ na sociedade civil [...]” (WOOD, 2011b, p. 218), ou seja, “[...] o ‘momento’ coercitivo da dominação de classe no capitalismo [...]” (WOOD, 2011b, p. 49).

É importante salientar que, de Locke a Benjamim Constant, os liberais argumentavam em favor de limitar aos proprietários essas liberdades, típicas do senhorio, limitando o acesso à cidadania. Entretanto, a partir da obra *O Federalista (Federalist Papers)*<sup>44</sup> e da descrição feita por Tocqueville sobre os Estados Unidos, podemos perceber que o esforço não era mais restringir o acesso, mas reduzir o poder da condição civil. É assim que a cidadania passa a ser cada vez mais inclusiva – abolição da escravidão, inclusão das mulheres, etc. – e cada vez menos poderosa (MONTENEGRO, 2012).

---

<sup>44</sup> Ellen Wood menciona mais diretamente os escritos de Alexander Hamilton no *Federalist* n.º 35 e os escritos de James Madison no *Federalist* n. 10. Inclusive, relacionando essas teses às concepções de Sir Thomas Smith que associava a “multidão trabalhadora” às “pessoas inferiores” que devem “[...] buscar em seus superiores sociais a sua própria voz política [...]” (WOOD, 2011b, p. 186-187).

Entretanto, menos poderosa de que jeito? A condição cívica na democracia moderna consiste no gozo dos direitos políticos e civis, mas exclui aqueles poderes políticos necessários à apropriação da *mais-valia*, que são exclusivos dos proprietários. Houve, então, uma diferenciação das funções políticas: as de gestão pública pelo Estado e as funções intocadas no “econômico”, como parte da propriedade privada e exclusiva para garantir a apropriação da *mais-valia*. Quanto mais livres, juridicamente e politicamente, mais alienados os trabalhadores são também da posse dos meios de produção. Em outras palavras, a cidadania é universalizada, mas não limita a exploração do trabalho, pois os poderes políticos que garantem a apropriação da *mais-valia* não se encontram na esfera política, mas na esfera econômica – exclusiva da propriedade privada.

É por isto que a condição cívica não afeta a desigualdade de classe. O trabalhador é dotado de cidadania na democracia moderna, mas é despossuído e alienado dos meios de produção sem ser livre dos imperativos do mercado. Afinal, o mercado é visto como espaço da liberdade, mas não é possível se libertar dele no capitalismo.

Em outras palavras, o modelo Federalista dos Estados Unidos, descrito por Tocqueville, e a Revolução Gloriosa de 1688, tal como a Magna Carta e a República Romana, asseguraram a liberdade dos proprietários e criaram uma democracia formal, cuja liberdade e a igualdade jurídica são asseguradas. Contudo, os bens extraeconômicos não atingem as relações contratuais de produção entre os trabalhadores e os apropriadores (MONTENEGRO, 2012).

Neste sentido, as lutas econômicas no espaço da produção identificam o local da apropriação (produção e apropriação coincidem totalmente no capitalismo), mas são insuficientes para a emancipação. Assim, como a luta política que se concentra apenas no Estado, sem identificar as funções políticas intocadas na esfera econômica também tem pouca chance de sucesso na construção de uma democracia entendida como poder pelo *demos*. A proposta então é a “liberdade de livre associação (sic)” para uma organização democrática da produção, embasada pelo materialismo histórico e sua capacidade de entender a totalidade sistêmica do capitalismo. Sobretudo, entendendo que o capitalismo não é o destino da humanidade, mas um modo de produção dotado de especificidade histórica.

### 3 OS AVANÇOS E LIMITES DA REDEFINIÇÃO PROPOSTA POR ELLEN WOOD

Nesse último capítulo, serão apresentadas algumas críticas à concepção de classe operada por Ellen Wood, que se embasam na elaboração de E. P. Thompson, além de tratar de alguns possíveis limites da renovação do materialismo histórico proposta pela historiadora e teórica política estadunidense. Serão apresentados, também, possíveis avanços, não no sentido de uma argumentação panfletária que busca dissertar sobre o “verdadeiro” sucessor do materialismo histórico, mas com uma reflexão que considera o texto e seu contexto e a teoria como empreendimento dialético que nasce da compreensão da realidade com uma proposta de superação da totalidade sistêmica em que vivemos.

#### 3.1 AS CRÍTICAS AO CONCEITO DE CLASSE EM THOMPSON POR AUTORES DA *NEW LEFT REVIEW* E A DEFESA POR ELLEN WOOD: UMA ANÁLISE DO ARTIGO *EL CONCEPTO DE CLASE EN E. P. THOMPSON*

Para iniciar a presente seção, recorreremos às palavras de Ellen Wood (1983, s.p. grifo da autora) para introduzir a questão:

*La definición de clase con que inicia su innovador estudio, **La formación histórica de la clase obrera**, con su énfasis en la clase como proceso activo y como relación histórica, sin duda fue formulada para reivindicar a la clase frente a los científicos sociales e historiadores que niegan su existencia; pero también pretendía contrarrestar tanto las tradiciones intelectuales como las prácticas políticas que suprimen la actuación humana y en particular niegan la auto actividad de la clase trabajadora en la construcción de la historia. Al situar la lucha de clases en el centro de la teoría y la práctica, Thompson pretendía rescatar la ‘historia desde abajo’ no solo como empresa intelectual sino como proyecto político, tanto contra las opresiones de la dominación de clase cuanto contra el programa de ‘socialismo desde arriba’, en sus diversas encarnaciones desde el fabianismo hasta el stalinismo.*

Thompson se inseriu nesse debate como crítico do “marxismo althusseriano”, investindo contra as deturpações teóricas e as consequentes práticas políticas advindas dessa má interpretação e foi acusado, em contrapartida, de se basear numa unidade teórica e prática semelhante a um “socialista populista” e romântico, cujo “fundamento teórico” se baseia em

“empiricismo indiscriminado”, “subjetivismo” e “voluntarismo”, sendo, portanto, “ateórico”<sup>45</sup> (WOOD, 1983).

Thompson é frequentemente acusado de diluir os *determinantes objetivos*, ou seja, as *condições estruturais da classe* em uma noção “subjetiva” e historicamente “contingente” de *experiência*. Há críticos que argumentam que o historiador britânico conceitua a classe em termos de *consciência de classe* e cultura. Além dessas críticas, Ellen Wood entende que Stuart Hall parte para outra direção. Para ele, Thompson encontraria a classe completa e pronta em todas as manifestações da *cultura popular*, colocando no mesmo nível as condições estruturais da classe e a experiência. Para Wood, a consequência dessa crítica é permitir a interpretação de que Thompson se curva diante de um *populismo* “demasiado simples”, algo como uma “fé revolucionária” na capacidade de transformação da *cultura popular*. Em outras palavras, a consequência dessa crítica encabeçada por Stuart Hall é permitir a interpretação de que Thompson subestimaria a importância de uma *prática política* “organizada” e “árdua”, em busca da superação do capitalismo rumo ao socialismo (WOOD, 1983, s.p.).

Tais conjuntos de críticas têm em comum o fato de apontar para uma conclusão de que Thompson enxerga a classe em todos os lugares, sempre pronta e completa nas manifestações da cultura popular. Entretanto, Thompson nega a premissa de que consciência de classe deriva da situação de classe, ou seja, da “posição econômica dos agentes”, e é nessa premissa que ficaria mais fácil identificar a classe sempre e em todo lugar. Thompson, ao contrário, afirma que a própria consciência é fruto de um processo histórico, pois as classes são feitas ou formadas em um processo conflituoso e de luta. Portanto, diferente de outras proposições, não se pode verificar a classe sempre e em todo lugar, o que se verifica são situações de classe, formas de classe e lutas em formas de classes, estas, sim, são determinadas pelas relações de produção. A situação de classe comporta “antagonismos essenciais” que estimulam conflitos de interesses, criando, assim, condições para a luta (WOOD, 1983, s.p.). Desse modo:

[...] *acusarlo de definir a la clase ‘en referencia’ o ‘en términos de’ conciencia de clase, en vez de por las relaciones de producción, es simple y sencillamente no entender su postura. Para Thompson, no se trata de definir a las clases ‘en referencia a’ la conciencia de clase en vez de a las relaciones de producción, sino más bien de investigar los procesos mediante*

<sup>45</sup> Gerald Cohen e Perry Anderson fazem parte do rol de autores que acusam Thompson de voluntarismo e subjetivismo. Aliás, foi Perry Anderson quem concluiu “[...] que Thompson desdenha das determinações objetivas em favor dos fatores subjetivos [...]” ao elaborar “uma crítica detalhada” à obra *A formação da classe operária inglesa*. O argumento de Perry Anderson é que, nesta obra, Thompson coloca em segundo plano “[...] as condições objetivas da acumulação de capital e da industrialização [...] [e] não proporciona nenhuma medida da relação proporcional entre ‘agente’ e ‘necessidade’.”. Daí a crítica de oferecer “[...] somente os elementos subjetivos da equação [...]” (WOOD, 1983, s.p.).

*los cuales las relaciones de producción dan lugar en realidad a las formaciones de clase y la 'disposición a comportarse como clase' (WOOD, 1983, s.p.).*

A negação de que a consciência de classe advém da “posição econômica dos agentes” e a consideração do papel do processo histórico, de fato, Thompson faz superar a “enganosa precisão” contida na tautologia “modos de produção constituem classes”, ou seja, o historiador britânico evita cair em uma “petição de princípios” que obscurece ou desintegra os problemas fundamentais e complexos por meio da utilização de “evasivas conceituais” (WOOD, 1983, s.p.). Em outros termos:

*La proposición de que 'las clases están constituidas por modos de producción' puede ocultar la cuestión de cómo es que las formaciones de clase están constituidas por modos de producción y como, una vez que los 'agentes' han sido objetivamente 'distribuidos' dentro de cada clase, estas clases objetivamente constituidas dan origen a formaciones de clase reales (y cambiantes) (WOOD, 1983, s.p.).*

É fundamental contextualizar a produção de Thompson. Sobretudo, em *A formação da classe operária*, o historiador britânico está respondendo a alguns pontos do debate com diversas ortodoxias históricas e ideológicas recentes. Parte dessas ortodoxias questionava a relevância dos deslocamentos e rupturas implementados pelo capitalismo industrial. Outra parte, apesar de admitir que existam conflitos nas percepções positivas acerca das tendências de progresso e desenvolvimento engendrados pela industrialização, muitas vezes, negava a existência da classe operária – em contraste com outras classes trabalhadoras –, associando tais divergências a fatores externos ao sistema de produção, “[...] por exemplo, aos ciclos comerciais [...]” (WOOD, 1983, s.p.). Assim, a tarefa de Thompson nessa obra foi:

*[...] explicar por qué, aunque a juzgar por ciertos patrones estadísticos puede haber habido un ligero mejoramiento en los patrones materiales estándar en el periodo 1790-1840, esta ligera mejoría fue experimentada por los trabajadores como una 'catástrofe', la cual enfrentaron creando nuevas formaciones de clase, 'instituciones fuertemente basadas y autoconscientes: sindicatos, sociedades cooperativas, movimientos educativos y religiosos, organizaciones políticas, publicaciones', junto con 'tradiciones intelectuales de la clase trabajadora, patrones comunitarios de la clase trabajadora y una estructura de sentimientos de clase trabajadora'. Estas instituciones y formas de conciencia son un testimonio tangible de la existencia de una nueva formación obrera, no obstante la aparente diversidad de experiencias; y su expresión en la inquietud popular constituye un testimonio en contra del punto de vista 'optimista' acerca de la revolución industrial. Thompson, sin embargo, encara entonces el problema de explicar el hecho de que esta formación de clase es ya visible*

*cuando el nuevo sistema de producción aun esta sin desarrollarse; que gran número de los trabajadores que constituyen esta formación de clase, y de hecho inician sus instituciones características, aparentemente no pertenecen a una 'raza nueva' producida por la industrialización (WOOD, 1983, s.p).*

Portanto, é no processo de luta, quando as pessoas “experimentam” suas situações de classe, que ocorre as formações de classe e o descobrimento da consciência de classe. É isso que Thompson tenta demonstrar nos três volumes d’*A formação da classe operária*, isto é, a precedência da luta de classes em relação às classes. O que está dado é que as relações de produção e a exploração decorrente existem e estão postas para serem “experimentadas”, porém quem as experimenta são “seres históricos e conscientes” e não “[...] uma folha em branco [...]” (WOOD, 1983, s.p.).

*De hecho, se acusa a Thompson de voluntarismo y subjetivismo no porque descuide las determinaciones objetivas de clase, estructurales, sino al contrario, porque se niega a relegar el proceso de formación de clases —que es su preocupación básica— a una esfera de simple contingencia y subjetividad alejada de la esfera de la determinación material objetiva, como sus críticos parecen hacer. Thompson no procede de un dualismo teórico que opone la estructura a la historia e identifica la explicación 'estructural' de la clase con el trazado de locaciones de clases objetivas y estáticas al tiempo que reserva el proceso de formación de clases para una forma aparentemente menor de explicación histórica y empírica. Por el contrario, Thompson —tomando seriamente los principios del materialismo histórico y su concepción de los procesos históricos estructurados materialmente— trata el proceso de formación de clases como proceso histórico moldeado por la 'lógica' de las determinaciones materiales (WOOD, 1983, s.p.).*

Thompson promove a distinção entre “situação de classe” e “formação de classe” para se diferenciar daqueles teóricos que definem “classe” por meio da tautologia: *classe é igual relações de produção*. Por isso, o historiador britânico percebe a necessidade de distinguir a situação de classe e a classe propriamente dita. Essa distinção é destacada com a finalidade de chamar a atenção “[...] aos complexos e, frequentemente, contraditórios processos históricos [...]”<sup>46</sup>, que em certas condições históricas permitem que a situação de classe dê origem às classes (WOOD, 1983, s.p.).

As críticas à Thompson e as respectivas defesas feitas por Ellen Wood foram apresentadas nessa seção de forma agrupada: as acusações de “voluntarismo” e “subjetivismo”, por um lado, e a crítica de Stuart Hall quanto às implicações políticas dessa definição – “socialismo populista” –, por outro. Por não tomar Thompson, *a priori*, como o

<sup>46</sup> “[...] a los complejos y a menudo contradictorios procesos históricos [...]”

verdadeiro porta-voz da teoria de classes no marxismo, tal opção visa se adequar ao essencial, que é dar conta do seguinte problema: a redefinição de classe na renovação do materialismo histórico e sua relação com o papel político da classe social. Retomar como Ellen Wood responde às críticas referentes ao conceito de classe que ela opera e que foi formulado por Thompson faz sentido, pois o trabalho aqui escrito inclina o olhar para a renovação proposta por E. Wood, que retoma a formulação do conceito de classe de Thompson.

### 3.2 ALGUNS LIMITES DA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO PROPOSTA POR ELLEN WOOD: A QUESTÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DESAFIA O MARXISMO E SUA RENOVAÇÃO

Ellen Wood reconhece que “[...] as pessoas têm outras identidades sociais, além da classe [...]” e que essas identidades “[...] têm grande capacidade para dar forma às suas experiências [...]”. Aliás, ela afirma ser essa constatação um “truísmo”, ou seja, uma obviedade tamanha que dispensa a necessidade de ser mencionada. Mais ainda, reconhece que as outras identidades sociais “[...] nada nos diz sobre como essas identidades deveriam ser representadas na construção de uma política socialista – ou de qualquer programa de emancipação [...]”. Deste modo, E. Wood afirma a necessidade de ampliar o conhecimento sobre “[...] o que essas identidades significam, não apenas o que revelam sobre a experiência das pessoas, mas também o que ocultam [...]” (WOOD, 2011b, p. 240). Em resumo:

[...] a indiferença estrutural do capitalismo pelas identidades sociais das pessoas que explora torna-o capaz de prescindir das desigualdades e opressões extraeconômicas. Isso quer dizer que, embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo. Ao mesmo tempo, essa mesma indiferença pelas identidades extraeconômicas torna particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo (WOOD, 2011b, p. 241).

E é justamente nesse capítulo de *Democracia contra o Capitalismo* que reside a principal constatação, mas também a principal lacuna da obra de E. Wood. Ao propor uma análise sobre “Capitalismo e Emancipação Humana: Raça, Gênero e Democracia”, a autora é muito eficiente em analisar o contexto recente: uma redistribuição sem precedentes e uma correspondente desvalorização dos bens extraeconômicos – como as liberdades civis e os direitos políticos, por exemplo. Desse modo, a autora é hábil em constatar que “[...] a igualdade jurídica, a liberdade contratual e a cidadania do trabalho em uma democracia

capitalista obscurecem as relações ocultas de desigualdade econômica, ausência de liberdade e exploração [...]” (WOOD, 2011b, p. 241).

Sua proposta não se trata, portanto, de negar o avanço em ampliar as liberdades civis, os direitos políticos, em garantir a igualdade jurídica e a cidadania do trabalhador, mas de formular uma teoria cujo objetivo é a “[...] reintegração da ‘economia’ à vida política da comunidade, que se inicia pela sua subordinação à autodeterminação democrática dos próprios produtores [...]” (WOOD, 2011b, p. 242).

Entretanto, o caminho para construir a Democracia Substantiva passa obrigatoriamente pela atuação da classe como sujeito histórico ativo e consciente. O esforço de E. Wood é recolocar no centro do projeto emancipatório a luta de classes e a necessidade de a classe operária enfrentar a “[...] obscuridade da relação entre capital e trabalho em que a porção não paga de trabalho é completamente disfarçada [...] [o] fetichismo da mercadoria [...] que dá às relações entre as pessoas a aparência de relações entre coisas [...] [e a] mistificação política de que igualdade cívica significa não haver classe dominante [...]”, etc. (WOOD, 2011b, p. 241).

Uma *classe* cuja base teórica para pensá-la é obra de Thompson, que pela luta formaria sua consciência e, pelo desenvolvimento de sua consciência, vai assumindo um protagonismo que deságua na Democracia Substantiva no modo produção socialista que, “[...] talvez não seja em si uma garantia de completa conquista dos bens extraeconômicos [...]” e “[...] não seja em si a garantia da distribuição dos padrões históricos e culturais de opressão de mulheres ou racismo [...]”. Porém, o êxito da classe operária: (1) produzirá a eliminação das “[...] necessidades ideológicas e econômicas que, sob o capitalismo ainda são atendidas pela opressão de raça e gênero [...]”; e (2) “[...] vai permitir a revalorização dos bens extraeconômicos, cujo valor foi deteriorado pela economia capitalista [...]” (WOOD, 2011b, p. 242).

Perfeito! A Democracia Substantiva proposta por Ellen Wood devolveria aos produtores a *isegoria*, a capacidade de autodeterminação e ainda garantia a extinção dos fundamentos econômicos e ideológicos que se desdobram em opressões a identidades sociais discriminadas histórica e culturalmente. Novamente, como feitas reiteradas vezes ao longo do trabalho, é preciso reconhecer a competência de uma autora que resistiu e reafirmou a perspectiva marxista nos anos de 1980, 1990 e 2000, em pleno declínio do “socialismo real” e ascensão das concepções pós-modernas, pautadas em análises fragmentárias da realidade social.

A autora, como importante foco de resistência, mantém no debate da teoria política a necessidade de pensar a totalidade social. Porém, possivelmente, a doença que a debilitou por

alguns anos e, por fim, levou-a morte, também se constituiu em um grande obstáculo para continuidade de sua obra. Talvez, por isso, algumas questões não tenham sido adequadamente enfrentadas por Ellen Wood. Uma delas é, justamente, compreender como, por um lado, reconhecer a importância da pluralidade de identidades sociais e, por outro, avaliar o quanto esse fator impacta ou não na forma como o trabalhador *vivencia e apreende* sua situação de classe. Afinal, ao dissertar e incorporar em sua obra o conceito de classe de E. P. Thompson, a questão da *experiência* é central para que pessoas em uma *dada situação de classe* se agrupem em *formações conscientes de classe* (SARTELLI, 2013; THOMPSON, 1981, 1987, 2012a, 2012b; WOOD, 1983, 1998, 2011b).

Assim, se entre uma situação de classe e uma formação de classe plenamente desenvolvida temos a *experiência* como mediadora, em que os sujeitos racionais processam o que vivenciam ao longo do processo histórico, ficam as seguintes questões:

1) Se, para Ellen Wood, o capitalismo se aproveita das desigualdades culturais e políticas dos diferentes grupos identitários, ainda que essas desigualdades não sejam os principais sustentáculos do sistema, como desconsiderar que a situação de classe é experimentada de forma diferente em cada grupo identitário discriminado? De fato, as condições de trabalho não são oferecidas de forma diferente para cada grupo identitário? Mulheres, negros e LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – não gozam, no geral, de condições socioeconômicas diferentes que homens, brancos e heterossexuais?

Ellen Wood não ignora, em essências, as questões acima, tampouco desenvolveu uma explicação consistente sobre elas. Ao contrário, afirma ser um “truísmo” reconhecer a existência da pluralidade de identidades sociais e o impacto disso na *experiência* (WOOD, 2011b). Porém, não avança no sentido de esclarecer as consequências sobre a possibilidade de *formações conscientes de classe*, que, em sua teoria, é o agente para superação de uma democracia capitalista esvaziada de conteúdo. Disto decorrem outras questões:

2) Mesmo, em uma dada situação de classe, grupos identitários diferentes não são submetidos a distintas formas de socialização e diferentes graus de exploração? Isto não teria impacto na forma de refletir a *experiência* da situação de classe? Por exemplo, um grupo discriminado não poderia ver avanços onde um grupo já incluído cultural e politicamente veria estagnação ou retrocesso nas condições sociais?

É possível que, na tentativa empreendida por Ellen Wood de defender a análise marxista, tais identidades sociais sejam reduzidas aos reflexos ideológicos de uma economia capitalista em tempos de acumulação flexível, cuja fragmentação da vida social é a marca.

Contudo, o fato é que as consequências da discriminação étnica ou de gênero são bem reais, e tais opressões, até mesmo, antecedem à consolidação do capitalismo. Se, por um lado, o capitalismo se aproveita das opressões culturais e históricas para se desenvolver, por outro, as liberdades civis e os direitos políticos possibilitaram a reflexão sobre a impertinência de tais opressões. Essa possibilidade de refletir sobre uma série de opressões que são desigualmente impostas às diversas identidades sociais impacta na possibilidade de uma formação de classe consciente para enfrentar a unidade sistêmica capitalista.

Em contrapartida, Nancy Fraser (2009, p. 30) afirma ser possível argumentar que “[...] há uma afinidade eletiva e subterrânea entre o feminismo e o neoliberalismo [...]”, e oferece o seguinte diagnóstico:

Se tal afinidade existe de fato, ela se encontra na crítica da autoridade tradicional. Tal autoridade é um alvo do ativismo feminista existente há muito tempo, que buscou, pelo menos desde Mary Wollstonecraft, emancipar as mulheres da sujeição personalizada aos homens, sejam eles os pais, irmãos, padres, anciões ou maridos. Mas a autoridade tradicional também aparece em alguns períodos como um obstáculo à expansão capitalista, parte do conteúdo social circundante em que os mercados historicamente foram incorporados e que serviu para delimitar a racionalidade econômica dentro de uma esfera limitada. No momento atual, estas duas críticas à autoridade tradicional, a feminista e a outra neoliberal, parecem convergir (FRASER, 2009, p. 30).

Segundo Fraser, filósofa e cientista política estadunidense, há também uma decisiva divergência entre o feminismo e o neoliberalismo: a questão das *formas pós-tradicionais de subordinação de gênero*<sup>47</sup>. Essa divergência pode ser compreendida pelo exemplo da “[...] responsabilidade tradicional das mulheres para o processo de criar e educar os filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as favorecem [...]”, ou seja, o casamento provocaria “[...] um ciclo de vulnerabilidade assimétrica [...] [que acarreta] poder desigual no mercado econômico, o que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família [...]”. A divergência ocorre pelo fato de que “Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal [...]” e é justamente esse fator que deve “[...] se tornar o principal foco da crítica feminista [...]” em sua busca por se “[...] distinguir do neoliberalismo e evitar a resignificação feita por ele [...]” (FRASER, 2009, p. 30).

Nesse ponto, a análise de Fraser converge com a constatação de Wood de que o capitalismo em tempos de acumulação flexível introduz uma concepção de mundo tão

---

<sup>47</sup> Fraser (2009, p. 30) define *formas tradicionais de subordinação de gênero* como: “[...] coações na vida das mulheres que não adotam a forma de sujeição personalizada, mas surgem de processos estruturais ou sistêmicos nos quais as ações de muitas pessoas são mediadas de forma abstrata ou impessoal [...]”.

fragmentária que consegue cooptar as lutas identitárias, que podem, inclusive, contribuir, em momentos específicos, para a expansão capitalista, sem efetivamente garantir a emancipação das identidades sociais exploradas (FRASER, 2009; WOOD, 2011b). Porém, apesar da cooptação das lutas identitárias, é o mercado econômico capitalista, em última instância, o agente que instrumentaliza e potencializa a opressão das diferentes identidades historicamente discriminadas. Fraser, uma proeminente intelectual e feminista, reafirma a necessidade da “[...] luta contra a autoridade masculina tradicional [...]”, porém, isso deve ocorrer “[...] reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro [...]” (FRASER, 2009, p. 30, grifo nosso).

A diferença fundamental é a proposição das autoras. Enquanto Ellen Wood não desenvolveu uma análise sobre como unificar a experiência em uma dada situação de classe em um cenário de múltiplas identidades sociais, Nancy Fraser enxerga a possibilidade de integrar o movimento feminista a uma luta sistêmica e propõe:

[...] a tarefa é romper a identificação exclusiva da democracia com a comunidade política delimitada. Juntando outras forças progressistas, as feministas poderiam militar por uma nova ordem [...] escalar múltipla que é democrática em todos os níveis [...] a nova constelação de poderes democráticos deve ser capaz de retificar as injustiças em todas as dimensões, ao longo de todos os eixos em todas as escalas. Tendo observado como o violento ataque neoliberal instrumentalizou nossas melhores ideias, temos uma abertura agora para reivindicá-las [...] poderíamos simplesmente dobrar o arco da transformação iminente na direção da justiça – e não apenas no que diz respeito a gênero (FRASER, 2009, p. 31-32).

Apesar da divergência acima exposta e reconhecendo que Fraser é de uma filiação teórica cujo apego à esfera “discursiva” foi criticado por Ellen Wood, é fundamental reconhecer que há alguma convergência quanto ao desejo de uma democracia que seja capaz de enfrentar a dominação econômica. Segundo Fraser (2009, p. 31, grifo nosso), “[...] democracia participativa que buscamos hoje é uma que *usa a política para domesticar os mercados* e guiar a sociedade no interesse da justiça [...]”<sup>48</sup>. Portanto, são autoras teoricamente muito distintas, mas o que Fraser aponta, sobre a importância das lutas

---

<sup>48</sup> É importante ressaltar que, para Ellen Wood, o mercado não é uma especificidade do capitalismo. Porém, em formações pré-capitalistas os mercados não “moldaram a produção” (CALLINICOS, 2016). O que, portanto, aproxima a passagem de Fraser com a proposta do nosso trabalho é a proposição de uma democracia onde o elemento político tenha vitalidade para limitar e definir o mercado e seu alcance. E isso sim significa, em última instância, a própria superação do cerne do capitalismo, para Ellen Wood, que é a separação entre o econômico e o político.

identitárias, não pode ser simplesmente ignorado para uma renovação do materialismo histórico e nem pode ser tratado como uma obviedade, um “truísmo”.

É necessário um tratamento teórico que permita às organizações políticas extraírem um projeto de ação, pois, sim, parece óbvio que uma hipotética abolição dessas opressões não significaria automaticamente a instauração da Democracia Substantiva no modo de produção socialista, mas deve ser alvo de detida reflexão a constatação não menos óbvia: em tempos de acumulação flexível que introduz uma fragmentação e amplia as diferenças no mundo do trabalho, o desafio é como unificar a experiência em uma dada situação de classe. Em termos mais diretos, a questão é menos descrever a pluralidade das identidades sociais e seus efeitos, e mais reconhecer e compreender como fazer emergir o elo que unifica a experiência de diferentes identidades sociais no mundo do trabalho (FRASER, 2009; WOOD, 2011b)<sup>49</sup>.

A própria autora afirma: “[...] as pessoas têm outras identidades sociais além de classe, e é claro que elas têm grande capacidade para dar formas às suas experiências [...]”. Porém, apesar de admitir o impacto das identidades sociais, aponta que: “[...] esse truísmo [reconhecer o impacto das identidades sociais na experiência] não aumenta o nosso conhecimento, e quase nada nos diz sobre como essas identidades deveriam ser representadas na construção de uma política socialista [...]” (WOOD, 2011b, p. 240).

Entretanto, mais do que refletir “[...] como essas identidades deveriam ser representadas na construção de uma política socialista [...]”, trata-se, ao contrário, de refletir sobre como agir para que, mesmo em um cenário de fragmentação da experiência, a situação de classe pode ser reconhecida como algo partilhado, independentemente das outras identidades sociais. Desse modo, não se trata de considerar uma infinidade de demandas específicas, mas de um programa de unidade da classe trabalhadora cujo diálogo com as diferentes identidades esclareça a importância da superação da exploração de classe.

A autora foi bem clara ao afirmar que a superação do capitalismo provocará a eliminação das “[...] necessidades ideológicas e econômicas que, sob o capitalismo ainda são atendidas pela opressão de raça e gênero [...]”. Talvez, tal conclusão não cause dúvidas, porém, antes disto, como fazer com que as pessoas lutem para a superação da exploração de classe? Se reconhecer a pluralidade das identidades sociais pode não fornecer nenhum conhecimento satisfatório para “[...] a construção de uma política socialista [...]”, como mobilizar indivíduos conscientes e com experiências díspares para uma mesma luta? Ou, em

---

<sup>49</sup> Uma passagem importante nesse sentido é: “Certos instrumentos e instituições hoje associados ao ‘mercado’ seriam, sem dúvida, úteis numa sociedade realmente democrática, mas a força motora da economia teria de emanar não do mercado, mas dentro da associação autoativa dos produtores [...]” (WOOD, 2011b, p. 249).

termos mais adequados, como convencer indivíduos conscientes com experiências díspares que há um fator unificador: a situação de classe? (WOOD, 2011b, p. 242).

Quaisquer que sejam as respostas para as questões acima, parece óbvio que ignorar ou menosprezar o impacto dessas identidades na experiência é um grande passo para o fracasso na construção da unidade operária. Afinal, não se trata de dividir o proletariado, mas de convencer a todos que é a situação de classe o fator que fundamenta a exploração dos produtores e que todas as outras identidades podem ser instrumentalizadas para aprofundar a exploração, mas não são, efetivamente, o fundamento da exploração do trabalho.

Além disso, não nos esqueçamos de um fenômeno mais difuso: o abandono geral do que se poderia chamar de as ideologias de mudança social do Iluminismo setecentista e a ascensão do reavivamento de incentivos alternativos para o ativismo social, sobretudo versões silenciosamente modernizadas de religiões tradicionais. Embora não exercessem grande atração na Europa, conquistaram seu primeiro grande êxito na revolução iraniana de 1979, a última das grandes revoluções do século XX. Mesmo que isso não houvesse acontecido, as mudanças históricas e intelectuais na segunda metade do século XX visivelmente corroeram as análises, os programas e as previsões políticas derivadas de Marx. A análise marxiana básica do desenvolvimento e do *modus operandis* do capitalismo conserva sua validade. Todavia, qualquer revivescência futura do interesse por Marx terá que basear-se, sem dúvida em substanciais recalibrações das leituras tradicionais do seu pensamento (HOBSBAWM, 2011, p. 356).

De fato, reconhecemos o esforço e o êxito de Ellen Wood em sustentar a validade do marxismo para pensar a totalidade sistêmica do capitalismo, contrariando a tendência acadêmica dos últimos anos e, mais ainda, a sua habilidade em demonstrar que uma série de propostas ditas “pós-marxistas”, no afã de compreender as mudanças do fim da Guerra Fria, reafirmaram as visões fragmentárias de mundo e com cunho mais reformista do que revolucionário. E. Wood, ao contrário, retornou à Marx para resgatá-lo de uma recessão relacionada à parte significativa dos intelectuais ocidentais que negava a “[...] rígida e centralizada organização partidária criada por Lênin [...] [e a] mortandade das vítimas de Stalin [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 354).

O limite, portanto, está na permanência da necessidade de “[...] substanciais recalibrações das leituras tradicionais [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 356) do pensamento de Marx e Engels e isso inclui a compreensão de como se expressa atualmente a multiplicidade de identidades sociais e como, apesar dessa multiplicidade, unificar a experiência para formação consciente de classe capaz de enfrentar o capitalismo como totalidade sistêmica,

superando a fragmentação das lutas meramente identitárias (HOBSBAWM, 2011; WOOD, 2011b). Afinal:

É mais do que sabido, no marxismo, que os pensadores não inventam suas ideias em abstrato, mas só podem ser compreendidos no contexto histórico e político de seu tempo. Se Marx sempre frisou que os homens faziam sua própria história – ou, se alguém assim preferir, que pensam suas próprias ideias –, também ressaltou que eles só podem fazê-lo (para citar uma passagem famosa de *O 18 de Brumário*) nas condições em que se encontram imediatamente, em condições que são legadas e herdadas do passado (HOBSBAWM, 2011, p. 287).

Isto, por um lado, significa que “[...] grande parte do que ele [Marx] escreveu está obsoleto, e que parte de seus textos não é – ou não é mais aceitável [...]”, por outro, “[...] seus textos não formam um *corpus* acabado, mas são, como toda reflexão que merece esse nome, um interminável trabalho em curso [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 22). Ellen Wood resgatou a obra marxiana e seguiu o curso do desenvolvimento do marxismo em um cenário adverso. Porém, como a história também é um contínuo movimento, há lacunas a serem desenvolvidas, conforme relatamos acima.

### 3.3 ALGUNS LIMITES DA RENOVAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO PROPOSTO POR ELLEN WOOD: AS DESIGUALDADES NO CAPITALISMO OCIDENTAL E A MOBILIZAÇÃO PARA A LUTA PELA DEMOCRACIA

Sobre Karl Marx, Hobsbawm (2011, p. 22) afirma: “Ninguém mais vai transformá-lo em dogma e muito menos numa ortodoxia protegida por instituições. Isso certamente teria chocado o próprio Marx [...]”. Assim como, provavelmente, chocaria Ellen Wood e qualquer outro teórico consistente do materialismo histórico, que seu esforço de renovação do marxismo histórico fosse dado como algo acabado, definitivo, dogmático ou livresco diante de uma história em constante mudança.

Nesse sentido, “[...] qualquer conjunto de ideias sobrevive a seu criador [...] e está sujeito, na prática, a uma gama ampla de mudanças e transformações, gama essa que se torna amplíssima na teoria [...]”, ou seja, “[...] qualquer conjunto de ideias, inclusive as de Marx, transforma-se necessariamente ao se tornar importante força política que mobilize massas, seja isso feito por meio de partidos e movimentos, de governos ou de outras formas [...]”, bem como um conjunto de ideias também se transforma quando passa a ser ensinado mundo afora, em diferentes épocas (HOBSBAWM, 2011, p. 312-313).

Registrar a questão da historicidade do pensamento e da teoria faz sentido, como início dessa seção, na medida em que a oposição fundamental entre burguesia e proletariado não se verifica com clareza em todo e qualquer tempo e lugar. Assim, a análise de Ellen Wood propõe, de modo geral, a Democracia Substantiva como forma de enfrentamento à exploração. Ao colocar como desafio a necessidade de pensar a classe como relação e processo, a autora reafirma o compromisso com a historicidade. Além disto, a utilização dos termos “produtores”, para se referir aos trabalhadores, e “apropriadores”, para se referir à burguesia, parece abrir um caminho para o reconhecimento da diversidade de situações possíveis e presentes no mundo do trabalho atual. Porém, ainda assim, é preciso ser mais específico.

Como se trata de uma autora cuja produção foi interrompida – ou prejudicada –, abruptamente, em função de graves problemas de saúde, é possível argumentar que há muito a ser desenvolvido a partir de suas linhas mestras. Uma das questões a ser apontada é que Ellen Wood faz menção sempre ao “Ocidente capitalista”. Tal referência faz todo sentido no que diz respeito ao aspecto central de sua obra, isto é, a Democracia Substantiva contra o capitalismo. Afinal de contas, a autora entende que “[...] o impulso em direção à democracia é uma motivação comum [...]” que une a onda de “anticapitalismos” e a democracia é uma forma política mais disseminada no Ocidente (WOOD, 2011b, p. 7).

Todavia, há que se registrar a desigualdade no desenvolvimento do capitalismo, mesmo no Ocidente. Há que se reconhecer que a periferia do sistema capitalista também se encontra em sociedades ocidentais. A partir disto que é fundamental desenvolver a obra de Ellen Wood no sentido de refletir como, de fato, tornar a democracia uma motivação, mesmo nas áreas mais pobres e precárias do capitalismo, onde a ordem do dia é a sobrevivência. Ao longo do subcapítulo *Os avanços da renovação proposta por Ellen Wood* essa temática será tratada de forma mais detalhada.

É necessário enfatizar que, em diversos contextos do capitalismo mundial, a oposição é entre a burguesia e os grupos explorados – destaque para o plural. Em muitos lugares, a população camponesa e outros grupos subalternizados são parte integrante da exploração capitalista, o que inclui significativas áreas do Ocidente. Para esmiuçar tal afirmação, os escritos de André Gunder-Frank são ilustrativos. Para ele, o subdesenvolvimento brasileiro resulta do desenvolvimento do capitalismo. Recorrendo às palavras de Gunder Frank (2005, p. 102):

*Como una fotografía del mundo tomada desde un punto en el tiempo, este modelo se compone de una metrópoli mundial (hoy los Estados Unidos) con su clase gobernante, y de satélites nacionales e internacionales con sus dirigentes: satélites nacionales como los estados del Sur norteamericano y satélites internacionales como São Paulo. Siendo São Paulo también una metrópoli nacional por su propio derecho, el prototipo incluye los satélites paulistas: las metrópolis provinciales como Recife o Belo Horizonte y sus satélites regionales y locales. Esto es, tomando una fotografía de una parte del mundo, obtenemos toda una cadena de metrópolis y satélites que abarca desde la metrópoli mundial hasta la hacienda o el comerciante rural, siendo estos satélites del centro metropolitano comercial de la localidad y metrópolis, a su vez, de sus respectivos campesinos. Si tomamos una fotografía del globo entero, obtenemos toda una serie de tales constelaciones de metrópolis y satélites.*

O que Gunder Frank faz questão de registrar é que, por mais arcaico e pré-capitalista que pareça um local ou um grupo social, este está submetido à dinâmica da dependência do capitalismo globalizado. Logo, camponeses, trabalhadores informais, ou qualquer outro grupo que não se enquadre na oposição tradicional burguesia-proletariado, são apenas reflexo da superexploração do capitalismo. Ainda que pareçam, não são índices de formações sociais pré-capitalistas, mas são a comprovação do impacto das relações entre metrópoles e satélites. Seriam duas faces da mesma moeda, o desenvolvimento das metrópoles, se alimenta do subdesenvolvimento dos satélites, provocando a superexploração e a aparência do atraso para algumas áreas e grupos sociais (GUNDER FRANK, 2005, 2016)<sup>50</sup>.

Para embasar a constatação acima, é importante considerar que: (1) existem “[...] estreitos laços econômicos, políticos, sociais e culturais entre cada metrópole e seus satélites [...]”, resultando na integração de todo sistema, inclusive entre os grupos mais modernos e os “[...] campesinos mais remotos [...]”; (2) a “[...] estrutura de todo o sistema é monopolista, deste modo cada metrópole monopoliza seus satélites; porém a fonte e a forma deste monopólio variam em cada caso [...]”; (3) “[...] há desperdício e má alocação dos recursos disponíveis, como é típico em cada sistema monopolista [...]”; e que (4) a metrópole local, regional nacional ou internacional realiza “[...] expropriação e apropriação de grande parte ou de todo o excedente econômico, ou mais-valia, do satélite [...]” (GUNDER FRANK, 2005, p. 102, tradução nossa)<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Sobre a questão é útil conhecer a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Tal lei é o fio condutor para formulação dos argumentos da Teoria da Dependência. Conhecida como uma formulação de Trotski, essa lei foi aprofundada por George Novack. Sobre o tema ver Demier (2007) e Löwy (1998).

<sup>51</sup> (1) “*Estrechos lazos económicos, políticos, sociales y culturales entre cada metrópoli y sus satélites [...]*” (2) “*Estructura monopolista de todo el sistema en la que cada metrópoli monopoliza a sus satélites; la fuente o la forma de este monopolio varía de un caso a otro [...]*”; (3) “*Como ocurre en cualquier sistema monopolista, despilfarro y mala canalización de los recursos disponibles [...]*”; (4) “[...] *expropiación y apropiación de gran*

Porém, para André Gunder Frank (2005, p. 102, tradução nossa) a dinâmica acima não é apenas uma fotografia de um momento histórico específico, mas “[...] um filme do curso da história [...]”, que mostra as seguintes características:

*1) Expansión del sistema desde Europa, hasta que incorpora a todo el planeta en un solo sistema y estructura mundial. (Si los países socialistas han podido escapar de este sistema, actualmente existen dos mundos, pero en ningún caso, tres.) 2) Desarrollo del capitalismo, primero mercantil, después industrial también, como un solo sistema en escala mundial. 3) Tendencias polarizantes, propias de la estructura del sistema, en los niveles mundial, nacional, provincial, local y sectorial, las cuales fomentan el desarrollo de la metrópoli y el subdesarrollo del satélite. 4) Fluctuaciones dentro del sistema, como auges y depresiones, que se transmiten de la metrópoli al satélite, como la sustitución de una metrópoli por otra: de Venecia a la Península Ibérica, a Holanda, a Inglaterra, a los Estados Unidos. 5) Transformaciones dentro del sistema, como la llamada Revolución Industrial (GUNDER FRANK, 2005, p. 102).*

Pelo exposto, devemos fixar que a condição metropolitana gera desenvolvimento e a condição satélite gera subdesenvolvimento. Entretanto, algumas hipóteses devem ser consideradas.

1. As metrópoles local, regional e nacional são, ao mesmo tempo, satélites da metrópole mundial, portanto, seu desenvolvimento é um “desenvolvimento subdesenvolvido”, posto que não pode se desenvolver autonomamente (GUNDER FRANK, 2005, p. 102-103).

2. Quando os laços de dependência, entre metrópole e satélite, enfraquecem ou desaparecem, o satélite tende a “voltar a si mesmo”, experimentando uma involução que pode ser:

a) “involução capitalista passiva”, que pode tomar forma de economia de subsistência, com extremo subdesenvolvimento, com aparência feudal ou semifeudal, mas que reflete exatamente “a ultraincorporação” do satélite, geralmente por meio do comércio exterior, que é sucedida de um abandono temporário ou permanente da área por parte de sua metrópole;

b) “involução capitalista ativa”, que pode conduzir a um desenvolvimento ou industrialização do satélite de forma relativamente autônoma, como ocorrera nos países latino-americanos entre 1930 e a Segunda Guerra Mundial, cujo fundamento das relações foi o estabelecimento de relações imperialistas

internamente aos países. No Brasil, a industrialização de São Paulo seria um exemplo (GUNDER FRANK, 2005, p. 103).

3. Quando os laços metrópole-colônia voltam a se fortalecer, podemos ter duas consequências:

a. No caso da “involução capitalista passiva”, podemos ter a renovação do desenvolvimento limitado à reabertura do mercado para exportação, porém este “desenvolvimento aparente” obscurece o aprofundamento do subdesenvolvimento devido à exploração do satélite pela metrópole – ou pelas metrópoles;

b. No caso da “involução capitalista ativa”, podemos ter o “estrangulamento e o desvio” do desenvolvimento relativamente autônomo, o que provocará o reaparecimento do subdesenvolvimento (GUNDER FRANK, 2005, p. 103).

4. A burguesia dos satélites será mais dependente da metrópole, quanto mais fortes forem os laços e a dependência do satélite em relação à metrópole. Isto inclui as burguesias nacionais.

5. A interconexão é crescente e acompanhada de uma diferenciação e uma polarização crescentes na “cadeia metrópole-satélite” no sistema capitalista internacional. Com isto, vemos a intensificação da “tensão política”, sobretudo entre as metrópoles nacionais com suas burguesias e os satélites rurais e urbanos, posto que a polarização não atinge o mesmo grau de contradição na relação da metrópole internacional e sua burguesia imperialista com as metrópoles nacionais e suas burguesias (GUNDER FRANK, 2005, p. 104).

Dessa análise nas formações socioeconômicas latino-americanas provém, para Gunder Frank, o fim da ilusão de uma revolução democrático-burguesa (antifeudal) ou de um pacto populista para um desenvolvimento nacional e, por outro lado, a determinação da revolução socialista aparece como “[...] a única alternativa realista ao ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’.”. Para defender essa via, são quatro as teses fundamentais (GUNDER FRANK, 2016, p. 394-396):

- I. No plano tático, o inimigo imediato da libertação nacional é a burguesia interna (nacional) e a burguesia local nos campos latino-americanos (*hinterlands*);
- II. A estrutura de classes latino-americana foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo, do mercantilismo e do imperialismo;

- III. Lutas anti-imperialistas na América Latina devem ser realizadas via luta de classes – mobilização popular *versus* inimigo de classe imediato nos âmbitos locais e nacionais;
- IV. “A coincidência da luta de classes com a luta anti-imperialista e a prioridade tática da luta de classes sobre a luta anti-imperialista contra a burguesia metropolitana aplicam-se claramente à guerra de guerrilhas [...]” (GUNDER FRANK, 2016, p. 395). É mais provável a obtenção da mobilização popular para enfrentar a burguesia nacional, do que mobilizar para luta anti-imperialista. Além disto, combater a burguesia nacional também tem eficácia no combate político-ideológico, afinal “A burguesia da metrópole nacional colabora com o imperialismo no contexto da exploração colonial e da exploração de classe do seu próprio povo [...]” (GUNDER FRANK, 2016, p. 398).

Não que Ellen Wood desprezasse essa questão. O fato é que, como teórica, partindo de uma reflexão sobre países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, sua concepção sobre a classe trabalhadora – produtores – está intimamente relacionada aos trabalhadores de modernas empresas capitalistas, que concentram os resultados da apropriação da produção realizada em escala global. Na periferia, em países em desenvolvimento, como o Brasil, e, principalmente, países subdesenvolvidos, há relações de trabalho que, à primeira vista, podem ser chamadas de “pré-capitalistas” – como o trabalho análogo à escravidão, arrendamentos, exploração do trabalho de imigrantes ilegais, etc., mas que, em última instância, denunciam o caráter da superexploração capitalista.

O fato é que cada vez mais tais características da “periferia” adentram os países centrais do capitalismo. Assim, a pergunta que se impõe é: como unificar a experiência de exploração de grupos que vivenciam relações de trabalho tão distintas? Gunder Frank (2005, 2016) deu sua contribuição propondo a tática da “guerra de guerrilha” iniciada no plano local e nacional, sobretudo para enfrentar a produção dos elementos simbólicos e a difusão da informação. Porém, ainda assim, permanece a necessidade de desenvolvimento: será possível uma formação consciente de classes trabalhadoras que vivem em realidades tão distintas ou tal possibilidade é restrita aos países mais avançados? Ou teríamos diferentes grupos subalternos enfrentando pontualmente a exploração sofrida?

Considerar essas questões e compreender a necessidade dos aprofundamentos sugeridos na próxima subseção é reconhecer que:

[...] o que deu errado não foi a predição do *Manifesto* quanto ao papel central dos movimentos políticos baseados na classe operária (e que ainda, às vezes, ostentam o nome da classe, como os Partidos Trabalhistas da Grã-Bretanha, Holanda, Noruega e Australásia). Foi a afirmação de que ‘de todas as classes que hoje confrontam a burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária’, uma classe cujo destino inevitável, implícito na natureza e no desenvolvimento do capitalismo, é derrubar a burguesia: ‘Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis’ (HOBBSAWN, 2011, p. 110).

### 3.4 OS AVANÇOS DA RENOVAÇÃO PROPOSTA POR ELLEN WOOD

Anteriormente, apontamos alguns limites na proposta de Ellen Wood, que devem ser vistos como pontos que carecem de aprimoramentos. O feito de Ellen Wood é considerável, constitui-se em um foco importante de resistência, diante do que Hobsbawm (2011) chamou de “marxismo em recessão”, entre 1983 e os anos 2000. Para enfrentar os debates teóricos, a historiadora e teórica política estadunidense retornou aos textos marxianos, recorreu ao Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico e teceu importantes críticas a autores como Nicos Poulantzas e os chamados Novos Socialistas ‘Verdadeiros’, como Ernesto Laclau, Barry Hindess, Paul Hirst e Gareth Stedman Jones. Fortemente influenciada por E. P. Thompson, E. Wood foi voz importante na teoria política entre os anos 1980 e 2016. (SARTELLI, 2013). Nesta seção, desenvolveremos alguns de seus avanços e, principalmente, alguns resgastes importantes da obra marxiana.

Segundo Alex Callinicos (2016, s.p., tradução nossa), a autora “[...] combinou um compromisso rigoroso com a clareza teórica com uma profunda paixão política [...]”<sup>52</sup>, que ficou mais evidente a partir da obra *The Retreat From Class*. Callinicos aponta para a precoce identificação e crítica por parte de Ellen Wood em relação ao amplo e heterogêneo “pós-marxismo”, com destaque para Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gareth Stedman Jones. Além disto, Wood, ao lado de Brenner, constituiu-se como importante base para o desenvolvimento do “Marxismo Político”.

A habilidade de Ellen Wood, neste caso, está em perceber que os argumentos dos pós-marxistas denunciando o chamado “classismo” não eram “puramente acadêmicos”. Esses autores, que se identificaram com o marxismo nos anos 1960, moviam-se para a direita e defendiam “[...] que a sociedade não estava estruturada pela produção social e pelo antagonismo de classe, mas era, de fato, uma pluralidade fragmentada de diferentes discursos

<sup>52</sup> “[...] combined a rigorous commitment to theoretical clarity with a profound political passion [...]”.

e práticas [...]”<sup>53</sup> (CALLINICOS, 2016, s.p., tradução nossa). Essa guinada à direita, acontecia:

No contexto do assalto de Margaret Thatcher à classe trabalhadora organizada na Grã-Bretanha, que reforçava a liderança de Neil Kinnock que conduziu o Partido Trabalhista ao caminho que levou a Tony Blair [primeiro-ministro britânico entre 1997 e 2007]. O livro de Wood [*The Retreat from class*], publicado na sequência da derrota da Grande Greve dos Mineiros de 1984-5, destruiu lucidamente os argumentos dos pós-marxistas, fazendo um caso vigoroso para um marxismo simultaneamente não-redutor e radical. Foi premiado com o Deutscher Memorial Prize (CALLINICOS, 2016, s.p., tradução nossa).<sup>54</sup>

Além disto, Callinicos (2016) aponta a influência de E. P. Thompson e de Robert Brenner – principalmente seu livro *The Separation of the Economic and Political under Capitalism*, de 1981 –, como fundamentais para outra importante tarefa de Ellen Wood:

[...] [Ellen Wood] identificou o filósofo comunista francês Louis Althusser como fonte principal do colapso no pós-marxismo. Ao tentar conciliar o marxismo com várias correntes filosóficas que circulavam em Paris, na década de 1960, buscando assimilar a linguagem e a sociedade e tratando os assuntos como os efeitos das estruturas sociais, Althusser abriu a porta para o pós-marxismo. Como Chris Harman na tradição socialista internacional, Wood viu a rejeição à Althusser como essencial para sustentar a força crítica e revolucionária do marxismo (CALLINICOS, 2016, s.p., tradução nossa).<sup>55</sup>

Essa crítica ao althusserianismo era uma necessidade para sustentar o Marxismo Político. Essa vertente reconhece a existência de diferentes arranjos de “relações de classe”, por esse motivo a categoria experiência, com base em Thompson, é fundamental para que uma dada situação de classe resulte em formação consciente de classe. Ademais, a vertente enxerga que a especificidade do capitalismo é “[...] que tanto os capitalistas como os trabalhadores só podem se reproduzir com êxito ao competir no mercado [...]”<sup>56</sup>, o que

---

<sup>53</sup> “[...] *that society was not structured by social production and class antagonism, but was in fact a fragmented plurality of different discourses and practices [...]*”.

<sup>54</sup> “*Against the background of Margaret Thatcher’s assault on the organized working class in Britain, it reinforced the drive by Neil Kinnock’s leadership to push the Labour Party along the path that led to Tony Blair. Wood’s book, published in the wake of the defeat of the Great Miners’ Strike of 1984-5, lucidly dismantled the Post-Marxists’ arguments, making a vigorous case for a Marxism that was simultaneously non-reductive and radical. It was awarded the Deutscher Memorial Prize [...]*”.

<sup>55</sup> “[...] *she identified the French Communist philosopher Louis Althusser as a main source of the collapse into Post-Marxism. By trying to reconcile Marxism with the various philosophical currents in 1960s Paris that sought to assimilate language and society and treat subjects as the effects of social structures, Althusser had opened the door to Post-Marxism. Like Chris Harman in the International Socialist tradition, Wood saw rejecting Althusser as essential to sustaining Marxism’s critical and revolutionary force.*”.

<sup>56</sup> “[...] *by the fact that both capitalists and workers can only successfully reproduce themselves by competing effectively on the market [...]*”.

estimula o investimento contínuo em inovações técnicas e tecnológicas que aumentam a produtividade, por isso o mercado molda a produção (CALLINICOS, 2016, s.p., tradução nossa).

Isto não acontecia nos modos de produção pré-capitalistas que tinham menor necessidade do desenvolvimento contínuo das relações sociais de produção. Como resultado, temos a “dependência do mercado”, que pressiona constantemente os trabalhadores a se submeterem à exploração capitalista. Por um lado, a “dependência do mercado” tensiona a submissão do trabalhador consolidando a exploração; ou seja, não é necessária uma coerção extraeconômica – judicial ou política – para o apropriador submeter o produtor. Por outro lado, a ampliação da cidadania, a igualdade jurídica e as liberdades civis, apesar de ampliadas, não atingem as relações de produção – sendo incapazes de minimizar ou de combater a exploração capitalista. Deste modo, temos uma separação institucional do econômico e do político. Assim, Ellen Wood ressalta, de uma só vez, a especificidade e a historicidade do capitalismo – o que a autora não considera o destino final da humanidade (CALLINICOS, 2016; WOOD, 1998, 2011b).

O Marxismo Político, de Ellen Wood e Robert Brenner, como vertente renovação do marxismo, possui uma formulação original, por isto, não está livre de críticas. Há uma diversidade de formulações marxistas. Eric Hobsbawm (2011, p. 22) alertou: “[...] devemos rejeitar a ideia de que existe uma nítida diferença entre um marxismo ‘correto’ e outro ‘incorreto’. A forma de investigação de Marx podia produzir diferentes resultados e perspectivas políticas [...]”. A partir desse importante alerta, reforçamos que apontar as virtudes do empreendimento de Ellen Wood, buscando referenciais na obra marxiana, não significa a intenção de considerá-la como a “verdadeira” porta-voz das formulações de Marx e Engels. O objetivo é mostrar que se trata de uma renovação por considerar as mudanças históricas, mas uma elaboração teórica embasada nos escritos marxianos. Segundo Callinicos (2016, s.p., tradução nossa): “Como estudiosa, ela combinou rigidez analítica e erudição histórica – qualidades que ela exibiu em uma gama impressionante de trabalhos.”<sup>57</sup>

Apesar da originalidade da proposta de renovação do materialismo histórico de Ellen Wood, colocar a política no centro da preocupação do marxismo não é inédito. Além de Ellen Wood e Robert Brenner, Gramsci já havia elaborado uma forma de análise marxista que entendia a política como “uma atividade autônoma” e como “[...] a essência não só da estratégia para se chegar ao socialismo, mas do próprio socialismo [...]” (HOBSBAWM,

---

<sup>57</sup> “As a scholar she combined analytical stringency and historical erudition — qualities that she displayed in a very impressive range of works.”.

2011, p. 291-292). Nas linhas a seguir, serão apresentadas algumas análises que corroboram com os pontos desenvolvidos por Ellen Wood.

### **3.4.1 A Classe como Relação e Processo e sua Viabilidade no Materialismo**

Segundo afirmou Marx e Engels, “O proletariado passa por diversas fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Tal afirmação avaliza a tese de Thompson de que é na luta que a consciência de classe vai se desenvolvendo. Portanto, Thompson não deturpa a obra marxiana quando nega o desenvolvimento de certa consciência de classe para aí, sim, a classe trabalhadora entrar na luta. Vejamos:

No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tardes, operários de uma mesma fábrica, finalmente, operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção, destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média [...] Nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça do operário não é ainda resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Outra passagem importante é:

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas, renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obriga-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Na passagem acima, vemos três questões importantes: (1) o partido político; (2) a concorrência entre os próprios operários; e (3) aquisição de alguns direitos. A primeira será tratada na próxima subseção. A segunda é um importante subsídio para confirmar a tese da “dependência do mercado” que, não só é forte como resistência à unidade da classe operária, como é, também, para moldar as relações de produção – o que, para E. Wood, é uma especificidade do capitalismo, como vimos anteriormente. E a terceira pode ser compreendida

a partir da conquista desses direitos trabalhistas, que é um exemplo importante de estágios da organização do proletariado e também da expansão de direitos ocorridas com o desenvolvimento do capitalismo, porém, exemplificam, sobretudo, as possibilidades de concessões dos capitalistas que não coloquem em risco o modo de produção como totalidade sistêmica.

Não obstante, em momentos de fragilização da classe operária esses direitos podem ser retirados, como vemos atualmente no Brasil e como vimos na Inglaterra entre os anos 1980 e 1990, sob liderança de Margareth Thatcher. Em outros termos:

Na essência do *Manifesto* está a mudança histórica através da práxis social, através da ação coletiva. Ele vê o desenvolvimento do proletariado como a ‘organização dos proletários numa classe e, conseqüentemente, num partido político’. A ‘tomada do poder pelo proletariado’ (‘a conquista da democracia’) é ‘o primeiro passo na revolução dos trabalhadores’, e o futuro da sociedade depende das ações políticas subsequentes do novo regime (‘como o proletariado usará sua supremacia política’). O empenho na *política* é o que historicamente distingui o socialismo marxiano dos anarquistas e dos sucessores daqueles socialistas cuja rejeição a toda e qualquer ação política o *Manifesto* condena especificamente. Mesmo antes de Lênin, a teoria marxiana não cuidava apenas daquilo que ‘a história nos mostra que vai acontecer’, mas também do que ‘deve ser feito’ (HOBSBAWM, 2011, p. 114, grifo do autor).

E é a questão da “mudança histórica” que torna o empreendimento de Ellen Wood importante para pensar as transformações do capitalismo em tempos de acumulação flexível e de fragmentação social. Tal cenário, que tem influenciado no enfraquecimento da organização dos trabalhadores, prescinde de mais ferramentas para a compreensão da totalidade sistêmica do capitalismo e, a partir da compreensão da realidade social, abre possibilidades de uma ação política consciente. Hobsbawm afirma que o elemento distintivo do “socialismo *marxiano*” é o “empenho na *política*” (HOBSBAWM, 2011, p. 114, grifo do autor). Essa afirmação reforça a importância e a pertinência da proposição de Ellen Wood, junto a Robert Brenner, do Marxismo Político como vertente para enfrentar a “retirada” da classe do centro dos debates sobre a “mudança social” nos últimos anos.

Entretanto, ao se propor a enfrentar a “retirada da classe”, Ellen Wood atualiza os desafios para a superação da exploração de classe. O apelo pela Democracia Substantiva é, por um lado, uma releitura contextualizada dos escritos marxianos como veremos na última subseção deste capítulo, e, por outro, a compreensão de um elo entre as diversas manifestações da onda de “anticapitalismos”. A questão que impulsiona esse trabalho é, portanto, a que classe Ellen Wood se refere quando recupera a centralidade da luta de classes

para enfrentar a exploração capitalista, se é evidente que grande parte da produção intelectual dos últimos anos “retira a classe” do centro, como se operasse, em outros termos, a mesma revolução nas ciências que outrora fizera Galileu e Copérnico. Também é notório que essa postura que apenas reproduz a fragmentação social nas produções científicas, apenas reitera e dissemina as mesmas razões e os caminhos que levaram ao enfraquecimento da classe trabalhadora.

Reagindo a isto, Ellen Wood propõe pensar a realidade como totalidade sistêmica dotada de especificidade histórica. Ela reconhece que a classe não está aí evidente a olhos nus em qualquer tempo e que a classe empírica evidenciada nos tempos de Marx e Engels só era assim empírica e visível devido a um longo tempo de lutas que conduziram, por meio da experiência, a formações conscientes de classe. Portanto, não se tratava de um conceito que descreve uma formação que se vê em todo e em qualquer lugar.

Ainda que se possa superficialmente argumentar que o trabalho não seja mais o elemento unificador ou a categoria central e que, em vez das classes, a luta passou a ser pela busca por liberdades individuais e por um capitalismo humanizado, uma vez que há uma tendência a naturalizar as relações capitalistas, Ellen Wood percebe tais leituras e tais posturas como o resultado da dificuldade de perceber o capitalismo em sua especificidade histórica e como totalidade sistêmica. Enfrentar essa realidade depende da formação consciente de classe para que os produtores possam, com organização e consciência de classe, compreender a permanência e a recorrência da luta de classes.

O obstáculo para recolocar a classe em seu devido lugar é, também, conceitual, ou seja, se ela não está pronta e visível a olho nu em qualquer tempo e em todo lugar, como identificá-la? É aí que Ellen Wood encontra em Edward Palmer Thompson uma importante referência. Identificar a classe requer uma análise sociológica e/ou histórica. A classe é uma relação entre indivíduos que partilha uma dada situação ou posição nas relações de produção. Porém, ela só se torna verificável com clareza quando atua como formação consciente de classe, o que implica um senso de pertencimento e clareza de quais classes são suas adversárias em virtude de interesses e necessidades antagônicas. Para isto, o processo histórico é fundamental, pois as classes vão se tornando conscientes à medida que lutam. É na luta que o senso de pertencimento se desenvolve. É na luta que os interesses e as necessidades irreconciliáveis se tornam claros, permitindo a identificação dos reais adversários.

O conceito de classe como *relação e processo* enfatiza que relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem

antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência em ‘formas de classe’, mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõem sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais (WOOD, 2011b, p. 78, grifo da autora).

Logo, a importância da produção de Ellen Wood é mostrar que, não identificar a classe com clareza não é o mesmo que afirmar sua “retirada”, muito menos é suficiente para argumentar a impertinência da luta de classes, como se fosse um elemento do passado substituído por lutas mais modernas, como a luta pelas liberdades civis e por um capitalismo humanizado. Wood é taxativa: é mais utópico humanizar o capitalismo, que superá-lo, dada a sua dinâmica de apropriação da mais-valia.

Além disto, a luta pelas liberdades civis tem sua importância da mesma forma que é insuficiente. Assim, a existência dessas lutas acessórias não é nada mais que o elemento visível a olho nu e não a essência do capitalismo como formação histórica. O que é visto na superfície não explica a totalidade sistêmica, apenas indica a necessidade de considerar os elementos sociais e históricos para procurar as manifestações que indicam como lutam as pessoas que compartilham uma dada situação de classe. Ao longo desse processo de luta é que, então, torna-se possível o desenvolvimento de uma consciência de classe a partir da análise dos indivíduos sobre como vivem e experimentam a situação de classe.

Não é em outro sentido que Ellen Wood argumenta que o “intelectual” e o “partido” não podem conduzir, por si só, pessoas dispostas em uma situação de classe rumo à formação consciente de classe – o que é diferente de inferir que Wood nega a importância do intelectual e do partido político. O que ela faz é argumentar que sem a reflexão dos indivíduos, que são dotados de consciência, não se desenvolve um senso de pertencimento e nem se torna evidente os antagonismos de classe. Ainda, Wood não compartilha da crença em uma “consciência de classe ideal”. Dito de outro modo, ela conduz o seu leitor à seguinte conclusão: o intelectual e o partido são importantes para suscitar a reflexão sobre uma dada situação de classe, mas não podem produzir uma consciência de classe.

É preciso reafirmar que há muito a avançar na proposta de renovação do materialismo histórico, o que depende de uma profunda compreensão do contexto atual, marcado pela acumulação flexível. Sobre isto, é ilustrativo a seguinte passagem:

[...] a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia *absoluta* apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a

reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem de mais horas de trabalho associadas a uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível [...] Nos termos da segunda estratégia, denominada de *mais-valia relativa*, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução do custo de bens que definem o padrão de vida do trabalhador. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias – mineração de carvão, produção de aço, bancos e serviços financeiros – foi, um aspecto deveras visível da acumulação do capital dos anos 80 (HARVEY, 2012, p. 174-175, grifos do autor).

Portanto, estamos diante de uma etapa resultante do desenvolvimento da dinâmica capitalista, o que significa que os elementos fragmentários dificultam a formação consciente da classe operária, o que não quer dizer que essa nova etapa tenha diluído a oposição tipicamente capitalistas entre as classes fundamentais – burguesia e operariado.

Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldades em perceber que os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior que antes, por entre a agitação e evanescência superficiais tão características da acumulação flexível [...] A acumulação flexível se mostra, no mínimo, como uma nova configuração, requerendo, nessa qualidade, que a submetamos a escrutínio as suas manifestações com o cuidado e seriedade exigidos, empregando, não obstante, os instrumentos teóricos concebidos por Marx (HARVEY, 2012, p. 175-176).

Alertar para a necessidade de compreensão das constantes mudanças e consequências do desenvolvimento do capitalismo é considerar: (1) “[...] a análise da irresistível dinâmica global do desenvolvimento capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele [...]”, incluindo elementos do passado que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo, como as estruturas familiares; e (2) “[...] a análise do mecanismo de crescimento capitalista, pela geração de ‘contradições internas’ – surtos infundáveis de tensões e soluções temporárias [...]”, o que gera crises e mudanças e tem aumentado a “[...] concentração econômica numa economia cada vez mais globalizada [...]” (HOBBSAWM, 2011, p. 23).

Nas subseções – 3.4.2 e 3.4.3 – a seguir, serão tratadas a questão do partido político e a proposição de Ellen Wood sobre a democracia.

### 3.4.2 A Questão do Partido Político

Um importante elemento distintivo da renovação do materialismo histórico proposta por Ellen Wood é a adoção da concepção de classe desenvolvida por E. P. Thompson. Tal concepção nega o partido ou intelectual como o elemento responsável por conduzir a classe operária para a luta. Em vez disto, a experiência em uma dada situação de classe conferiria unidade para uma formação consciente de classe e a consciência de classe se tornaria cada vez mais profunda à medida que a luta de classes se desenvolvesse. Logo, a consciência de classe é produto e não o elemento que levaria o proletariado para a luta (THOMPSON, 1987, 2012a, 2012b; WOOD, 1983, 1998; 2011b).

Acontece que uma série de autores marxistas confere centralidade ao partido como a formação que organizaria os trabalhadores para a luta. Dentre eles, podemos destacar: Lênin, Lukács e Gramsci. A importância dos intelectuais marxistas que conferem esse papel ao partido não deve causar uma conclusão simplista de que E. P. Thompson e, conseqüentemente, Ellen Wood estariam em contradição com os princípios marxistas. Porém, convém registrar que:

[...] o ‘Partido Comunista’ que aparece no *Manifesto* não tinha nada a ver com os partidos da política democrática moderna ou com os ‘partidos de vanguarda’ do comunismo leninista, e muito menos com os partidos estatais do tipo soviético ou chinês. Nada disso existia. ‘Partido’ ainda significava, em essência, uma corrente de opinião ou uma política, ainda que Marx e Engels reconhecessem que, nem bem essas tendências, correntes de opinião ou políticas encontravam expressão em movimentos de classe, adquiriam algum tipo de organização (*‘diese Organisation der Proletarier zur Klasse und damit zur politischen Partei’*). Daí a distinção, feita na parte IV, entre os partidos ‘operários já constituídos [...] os cartistas na Inglaterra e os reformadores agrários na América do Norte’ e os outros ainda não constituídos assim (HOBSBAWN, 2011, p. 104).

Nesse sentido, já mencionamos que as obras marxianas abrem caminho para um vasto espectro de autores que se designaram marxistas, por isto não pretendemos também conferir a Thompson e Wood o *status* de porta-vozes da verdade do marxismo. Porém, o “partido de vanguarda” – ou de *Novo Tipo* – nasce do realismo de Lênin, como teórico e líder político, buscando organizar os trabalhadores russos para o enfrentamento. No entanto, essa formulação não está presente no marxismo como um ponto indispensável, e, portanto, o argumento de Thompson, compreendido por Wood, é que apenas a *experiência* faz com que pessoas em uma dada situação de classe atuem em formas de classe, enquanto lutam é que a consciência de classe é desenvolvida.

Isto quer dizer que não existe uma consciência pré-determinada e ideal que possa ser despertada e mobilizada pelo partido ou intelectual. Tal formulação rompe com algumas ilusões que culminaram na canonização dos partidos e de alguns líderes políticos e intelectuais. Além disto, rompe com o risco de dar a alguns agentes o status de articulador de vontade e das necessidades de toda a classe trabalhadora. Há um respaldo teórico para essa interpretação:

[...] o Partido Comunista de Marx e Engels nessa fase não era nem tentava criar uma organização, muitos menos uma organização com um programa específico diferente de outras organizações. Diga-se de passagem que a entidade em cujo nome o *Manifesto* foi escrito, a Liga Comunista, em nenhum momento é mencionada no documento (HOBSEAWM, 2011, p. 104-105)

Em linhas gerais, o partido é um instrumento de luta do proletariado, um instrumento coletivo e, sim, pode servir como um espaço de formação. O que é bem diferente das organizações altamente burocratizadas que colocam os trabalhadores a seu serviço. Ademais, tal qual o intelectual, o partido serve para suscitar a reflexão e não pode, pois, ser tratado como o portador de uma “consciência de classe ideal” que deve ser uniforme e inalteradamente distribuída aos trabalhadores. Vejamos a seguinte passagem de Ellen Wood:

Ao colocar a luta de classe no centro da teoria e da prática, Thompson pretendeu recuperar a ‘história que vem de baixo’, não apenas como empresa intelectual, mas como projeto político contra as opressões da dominação de classe e também contra o programa de ‘socialismo imposto de cima’ em suas muitas encarnações, desde o fabianismo até o stalinismo. Os ataques que ele dirigiu ao marxismo althusseriano também foram dirigidos contra o que ele via como deformações teóricas e contra a prática política nelas inscrita (WOOD, 2011b, p. 93).

É repetitivo, mas importante lembrar que Ellen Wood buscou em Thompson uma redefinição do conceito de classe no âmbito do marxismo, que nega a visão de que os trabalhadores são vítimas passivas do sistema capitalista, com exceção dos intelectuais orgânicos e/ou organizadores do proletariado. Se não negasse esta visão, enxergaria a necessidade de “[...] imposição do socialismo pelo alto, não por meio da luta de classes [...]” (WOOD, 2011b, p. 95). Ellen Wood, seguindo a proposição de E. P. Thompson, afirma:

[...] por mais difícil que seja construir a prática socialista a partir da consciência popular, não existe, de acordo com essa visão [de Thompson sobre classe], nenhum outro material com que ela possa ser construída e

nenhum outro socialismo que seja consistente com o realismo político e com os valores democráticos. Talvez a questão seja que o socialismo deverá se realizar dessa forma ou não se realizará de forma alguma (WOOD, 2011b, p. 95).

Não se trata, portanto, de ignorar a importância do partido, mas de resgatar o sentido original de partido que era expresso na obra marxiana. Isto é, na construção do socialismo a partir de uma concepção de “história que vem de baixo”, a “liberdade de livre associação (sic)” tida como uma das premissas para a Democracia Substantiva, expressa-se na participação dos trabalhadores na construção de suas organizações e programas à medida que lutando desenvolvem sua consciência de classe – o que é diferente que propor uma organização com programa específico que organizará os trabalhadores para inseri-los na luta.

### 3.4.3 Democracia Substantiva e Ditadura do Proletariado

Outro importante componente da teoria política de Ellen Wood é proposição de uma Democracia Substantiva como maneira de enfrentar a exploração capitalista. Além de definir o significado do conceito para a autora, o argumento dessa seção é que não há incompatibilidade desse conceito com a produção marxiana e, nem mesmo, com o conceito “Ditadura do Proletariado”, como poderia sugerir alguma leitura superficial e desavisada.

Por Democracia Substantiva, Ellen Wood define: “[...] o governo pelo povo ou pelo poder do povo [...]”, de modo que seja possível a “[...] reversão do governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos [...]” (WOOD, 2011b, p. 7). Dito isto, Wood reafirma que “[...] a crítica original do capitalismo [...]” deve ser realizada por sua antítese, o socialismo. Porém, tal empreendimento, exige “[...] uma crítica não apenas do capitalismo ou da economia política, mas também das *oposições* existentes, o que implicou o exame crítico da própria tradição socialista [...]”. Esse “exame” visa tornar a ideia socialista em “[...] um programa político baseado nas condições históricas do capitalismo [...]”. Por isto, ainda que o ponto de orientação da autora seja o socialismo, “a aspiração à *democracia*” serve como um “[...] tema unificador entre as várias oposições fragmentadas [...]” (WOOD, 2011b, p. 21, grifos da autora).

O mote da reflexão reconhece a democracia como um conceito de longa duração e anterior à concepção socialista aqui explanada. Porém, o argumento é a impossibilidade da *Democracia Substantiva* no modo de produção Capitalista.

Na ‘democracia representativa’, o governo pelo povo continuou a ser o principal critério de democracia, ainda que o *governo* fosse filtrado pela representação controlada pela oligarquia, e *povo* foi esvaziado de conteúdo social (WOOD, 2011b, p. 194, grifos da autora).

Para melhor definir, a autora entende que a identificação de democracia com *liberalismo* só é possível na vigência das “[...] relações sociais específicas do capitalismo [...]”, ou seja, quando se faz um exame histórico, é possível identificar a democracia em diversos contextos históricos específicos. Porém, na vigência do capitalismo há uma redefinição introduzida pela Constituição dos Estados Unidos, que busca no governo representativo com raízes na República Romana e no senhorio medieval. A partir dessa redefinição, a noção de democracia se desenvolve atrelada à de representação até chegar “[...] à concepção moderna de democracia [...]” (WOOD, 2011b, p. 23).

É nesse desenvolvimento de uma democracia *formal*, que identifica democracia e liberalismo, que ocorre um paradoxo: as “[...] relações sociais específicas do capitalismo [...]” resulta “[...] tanto no avanço da democracia quanto na sua estrita inibição [...]”. Sendo assim, “[...] o maior desafio ao capitalismo seria a extensão da democracia além de seus atuais limites extremamente reduzidos [...]” (WOOD, 2011b, p. 23). Isso quer dizer que ocorreu:

[...] uma mudança de foco da ‘democracia’, que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual. Mais e mais, o conceito de ‘democracia’ passou a ser identificado com o *liberalismo* (WOOD, 2011b, p. 196, grifo da autora).

Ampliar os limites da democracia para além dos atuais significa conceder aos produtores a capacidade de autodeterminação da produção, o que representa a própria condenação do capitalismo, uma vez que, para sua existência, conservação e reprodução, os poderes políticos não alteram, substancialmente, o seguinte dispositivo do capitalismo: a “[...] propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação.” (WOOD, 2011b, p. 28).

O que Ellen Wood argumenta é que “[...] a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera ‘econômica’ por meios ‘econômicos’.”, o que significa que a mais-valia é extraída pela “[...] separação completa do produtor das condições de trabalho e pela propriedade privada absoluta dos meios de produção pelo apropriador [...]”. Portanto, “[...] as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não

políticos [...]”. Apesar disto, o Estado cumpre papel fundamental na garantia da propriedade privada absoluta e na apropriação da mais-valia, pois “[...] a esfera econômica se apoia firmemente na política [...]”. O que temos, pois, é que “[...] a diferenciação do econômico e do político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado [...]” (WOOD, 2011b, p. 34-36).

A consequência do processo descrito acima é que a democracia nas sociedades liberais capitalistas modernas só pode ser assim definida devido à “[...] separação e [a]o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático [...]”. Tal situação explica porque, por vezes, a democracia é invocada “[...] em defesa da redução de direitos democráticos em outras partes da ‘sociedade civil’ ou do domínio político, se isso for necessário para proteger a propriedade e o mercado contra o poder democrático [...]” (WOOD, 2011b, p. 202).

É nesses termos que Ellen Wood sugere a “[...] democracia como um regulador econômico, o *mecanismo acionador* da economia [...]”, o que depende da garantia do poder do *demos* fundamentado na *isegoria*, na “liberdade de livre associação (sic)” e na ruptura da “invulnerabilidade” da propriedade privada e do mercado ao poder democrático (WOOD, 2011b, p. 243).

É claro que o melhor local para começar a busca de um novo mecanismo econômico é a própria base da economia, na organização do trabalho. Mas a questão não é apenas a organização interna das empresas; e mesmo a reapropriação dos meios de produção pelos produtores, ainda que condição necessária, não seria suficiente, pois a posse permanece dependente do mercado e sujeita aos velhos imperativos. A liberdade de livre associação implica não somente a organização democrática, mas também a emancipação de coações ‘econômicas’ desse tipo (WOOD, 2011b, p. 248).

No intento de argumentar pela Democracia Substantiva como regulador econômico, em *A Democracia contra o capitalismo*, Ellen Wood entende que o “projeto crítico” é a compreensão do capitalismo como “[...] um sistema de relações sociais; e isso significa repensar algumas das formas como foram concebidos os conceitos principais do materialismo histórico – forças e relações de produção, *classe*, base e superestrutura, etc.” (WOOD, 2011b, p. 21, grifo nosso). Em termos mais diretos:

É necessário, em primeiro lugar, não ter ilusões acerca do significado e dos efeitos da democracia no capitalismo. Isso representa não somente a compreensão dos *limites* da democracia capitalista, o fato de que até mesmo

um Estado capitalista democrático pode ser restringido pelas exigências de acumulação do capital, e o fato de que a democracia liberal deixa essencialmente intacta a exploração capitalista, mas também, e ainda mais particularmente, a *desvalorização* da democracia (WOOD, 2011b, p. 233, grifos da autora).

Quando se formula democracia como um “governo pelo povo”, Dahl (2012, p. 4) propõe duas perguntas: (1) quem constitui o “povo”? (2) o que significa “governar”? Para Ellen Wood, o povo se constitui, majoritariamente, pelos produtores e, minoritariamente, pelos apropriadores e governar significa dispor dos instrumentos institucionais necessários para garantir a autodeterminação dessa maioria, que é composta de produtores. Assim, governar significar ter ao alcance da organização política os elementos de subordinação que hoje se encontram intocados no econômico, imunes aos poderes políticos do Estado.

Nesse sentido, quando Dahl (2012, p. 5) pergunta: “Quem deve fazer parte do *demos*?”, isto é, quem deve, dentro do povo, ter o *status* de cidadão? A resposta é, para Ellen Wood, (2011b, p. 7), “o homem comum”. Portanto, para ela, não se coloca o “pressuposto oculto” em alguns defensores da democracia “[...] de que apenas algumas pessoas são competentes para governar [...]”, dando argumento aos “[...] críticos de oposição da democracia [...]” (DAHL, 2012, p. 5-8). O que está em jogo para Ellen Wood (2011b, p. 8) é dar aos produtores os poderes necessários para “[...] que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação [...]”. Em outras palavras:

O socialismo talvez seja a primeira forma social desde o advento da sociedade de classes que é ameaçada, e não favorecida, pelas relações e ideologias de opressão e dominação [...] ele [o socialismo] vai permitir a revalorização dos bens extraeconômicos, cujo valor foi deteriorado pela economia capitalista. A democracia que o socialismo oferece está baseada na reintegração da ‘economia’ à vida política da comunidade, que se inicia pela subordinação à autodeterminação democrática dos próprios produtores (WOOD, 2011b, p. 242).

O que pode, à primeira vista, provocar um estranhamento sobre pensar a democracia na concepção marxista é a questão: não seria a Ditadura do Proletariado a forma política intermediária para a construção de uma sociedade comunista, livre da exploração de classe?

O termo ditadura do proletariado não é definido rigorosamente. Em uma das menções encontramos:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também

um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado* (MARX, 2012b, p. 43, grifo do autor).

No prefácio à edição brasileira de *Crítica ao Programa de Gotha*, Michel Lowy afirma:

Marx proclama contra os anarquistas a necessidade de certa forma de Estado – a ‘ditadura revolucionária do proletariado’ – durante o período de transformação revolucionária que conduz ao advento da sociedade comunista. Como mostraram as pesquisas exaustivas de Hal Draper, essa célebre frase não era contraditória com a democracia (MARX, 2012b, prefácio, p. 17).

Ellen Wood retornou ao próprio Marx para construir sua obra, logo, essa dúvida pode ser tranquilamente dirimida na análise da produção marxiana, como fez, por exemplo, Eric Hobsbawm (2011, p. 60, grifo do autor):

Ao que parece, o próprio Marx nunca usou o termo ‘ditadura’ para aludir a uma forma de governo institucional específica, mas sempre apenas para descrever o *conteúdo*, e não a forma, do domínio de um grupo ou uma classe. Assim, para ele a ‘ditadura’ da burguesia poderia existir com ou sem sufrágio universal. É provável, porém, que numa situação revolucionária, quando o principal objetivo do novo regime proletário tem de ser ganhar tempo mediante a imediata tomada ‘das medidas necessárias para intimidar suficientemente a massa da burguesia’, tal regime tendesse a ser mais abertamente ditatorial.

Assim, quando Ellen Wood (WOOD, 2011b, p. 248) propõe uma “liberdade de livre associação (sic)”, que significa “[...] não somente a organização democrática, mas também a emancipação de coações ‘econômicas’ [...]”, ela se refere à forma e ao conteúdo da Democracia, em seu sentido original de “governo pelo *demos*”, de poder pelo povo, e essa proposição não contraria nenhum fundamento teórico da obra marxiana.

O único regime que Marx realmente descreveu como uma ditadura do proletariado foi a Comuna de Paris, cujas características que ele enfatizou eram o oposto de ditatoriais (no sentido literal). Engels mencionou tanto a ‘república democrática’ como a sua forma política específica, ‘como a Revolução Francesa já demonstrou’, quanto a Comuna de Paris. Entretanto, como Marx e Engels não construíram um modelo universalmente aplicável da *forma* da ditadura do proletariado, nem previram todos os tipos de situações em que ela poderia vigorar, de suas observações só podemos depreender de que ela deveria combinar a transformação democrática da vida política das massas com medidas para evitar a contrarrevolução pela classe dominante derrotada (HOBSBAWM, 2011, p. 60, grifo do autor).

Em uma carta à August Bebel, Engels confirma a passagem acima de Hobsbawm:

Dever-se-ia ter deixado de lado todo esse palavreado sobre o Estado, sobretudo depois da Comuna, que já não era um Estado em sentido próprio. [...] Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra *Estado* por *Gemeinwesen* [comunidade], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* (ENGELS, 2012b, p. 55, grifos do autor).

O termo “*commune*” é mais utilizado no português como “comuna”. No mesmo sentido, Lênin (1980a, p. 43, grifo do autor) argumenta que:

O marxismo distingue-se do anarquismo por reconhecer a *necessidade do Estado* para passagem ao socialismo, mas (e isto é o que o distingue de Kautsky e C.<sup>a</sup>) não de *um* Estado como a república democrática burguesa parlamentar corrente, mas de um Estado como a Comuna de Paris de 1871, como os soviets de deputados operários de 1905 e 1917.

Outra passagem ajuda a compreender qual seria a possibilidade de ações mais abertamente ditatoriais:

O Estado, no sentido próprio da palavra, é o comando sobre as massas, exercido por destacamento de homens armados separados do povo. O nosso Estado *nascente* é também um Estado, pois necessitamos de reprimir *impiedosamente* pela violência todas as tentativas de contra-revolução, tanto tsarista como burguesa gutchkovista. Mas o nosso novo Estado *nascente* não é já um Estado no sentido próprio da palavra, pois numa série de lugares da Rússia estes destacamentos de homens armados são a *própria massa*, todo o povo, e não alguém colocado acima dele, separado dele, dotado de privilégios e praticamente inamovível (LÊNIN, 1980a, p. 44, grifos do autor).

Apesar do posterior desvio de rumo na União Soviética e do socialismo *realmente* existente, as passagens acima de Lênin, ainda como um preocupado intérprete da teoria de Marx, mostram que não há incoerência na proposta woodiana de uma Democracia Substantiva no modo de produção socialista alinhada às formulações marxianas. Nem mesmo a proposta de uma Democracia Substantiva para suprimir a exploração de classe contradiz à formulação marxiana de “Ditadura do Proletariado”. Afinal, Marx utiliza o termo Ditadura “[...] para descrever o *conteúdo*, e não a forma, do domínio de um grupo ou uma classe [...]” (2011, p. 60, grifo do autor), enquanto, Ellen Wood o faz para descrever a forma política da superação do capitalismo.

A pergunta que poderia ser feita, tal como fez Dahl (2012, p. 7-8), é: imaginar uma democracia em tamanha escala, de modo a incluir “homem comum”, não significaria “[..] a ampliação do utopismo, já significativo, do ideal democrático [...]”? A resposta é: qual teoria de transformação da realidade não carrega em si um certo grau de utopia? E, mais ainda, não seria até mesmo ilusório imaginar a realização do ideal democrático em uma sociedade de classes?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo dessa dissertação apresentou o desenvolvimento do conceito de classe no marxismo, adotando como percurso as formulações de Marx e Engels, de Lênin, Lukács, Gramsci e Poulantzas, marcando o estágio do debate em que Ellen Meiksins Wood se insere, operando o conceito de classe desenvolvido por E. P. Thompson – um resumo didaticamente simplificado deste percurso pode ser visualizado no Apêndice I. As diferenças notadas no desenvolvimento do conceito nos diversos autores reforçam que:

Na medida em que qualquer conjunto de ideias sobrevive a seu criador, deixa de estar limitado a suas intenções e seu conteúdo original. Dentro dos amplísimos limites dados pela capacidade humana de exegese, ou até pela propensão humana a associar-se a um predecessor prezado ou conveniente, esse conjunto de ideias está sujeito, na prática, a uma gama ampla de mudanças e transformações, gama essa que se torna amplíssima na teoria (HOBSBAWM, 2011, p. 312).

Por isto, é “[...] óbvio que grande parte do que ele [Marx] escreveu está obsoleto e que parte dos seus textos não é – ou não é mais – aceitável. É também evidente que seus textos não formam um *corpus* acabado [...]”, ou seja, “[...] como toda reflexão que merece esse nome [...] [é] um interminável trabalho em curso [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 22).

Desse modo, o desafio de Ellen Wood em renovar o materialismo histórico é válido e ainda está de pé: resgatar as análises marxistas, de modo renovado e contextualizado, para reinserir, na agenda da teoria, categorias de análises que ajudem a compreender o momento da luta política e econômica atual. A luta de classes como motor da história não é um conceito superado, mas a compreensão da forma como as classes lutam não pode ser a simples transposição de conceitos que serviram em outros contextos. Afinal:

É mais que sabido, no marxismo, que os pensadores não inventam suas ideias em abstrato, mas só podem ser compreendidos no contexto histórico e político do seu tempo. Se Marx sempre frisou que os homens faziam sua própria história – ou, se alguém assim preferir, que pensam suas próprias ideias -, também ressaltou que eles só podem fazê-lo (para citar uma passagem famosa de *O 18 de Brumário*) nas condições em que se encontram imediatamente, em condições que são legadas e herdadas do passado (HOBSBAWM, 2011, p. 287).

Enquanto houver proprietários e não proprietários, produtores e apropriadores haverá luta de classes. O desafio é compreender o que acontece entre uma *situação de classe*,

determinada pelas relações de produção, e a existência de *formações conscientes de classe*. Tal desafio mobilizou E. P. Thompson e, segundo avaliação de Ellen Wood, os esforços de Thompson legaram as bases para uma teoria de classes, baseada no binômio *processo e relação*.

Por essa linha, pensar as possibilidades de uma Democracia Substantiva era teorizar modos de garantir aos produtores a capacidade de autodeterminação, o que significa a superação do sistema capitalista, rumo ao modo de produção socialista. Ocorre que para esse intento ser bem-sucedido, é necessário que, pela luta de classes, os apropriadores sejam despossuídos dos poderes de extração que, apesar de incluir poderes políticos, estavam intocados no *econômico*, portanto, fora do alcance do Estado e de qualquer possibilidade de enfrentamento nos limites da democracia representativa liberal – a democracia *realmente existente* (WOOD, 2011b).

Entretanto, o esforço de Ellen Wood se deu em meio a um “marxismo em recessão”, que pode ser percebido, segundo Hobsbawm (2011, p. 349-353), pelos seguintes sintomas: (1) “A crise dos partidos comunistas europeus fora do poder e dos partidos e governos socialistas estava mais do que evidente [...]”; (2) “Mesmo fora da política, o marxismo já estava em regressão entre os intelectuais, mas isso só se tornou óbvio na década de 1980 [...]”; (3) apesar de historicamente periférico nos estudos acadêmicos em economia, a partir de 1974, e o Nobel de Economia é um sintoma, torna-se possível verificar “[...] uma rejeição do keynesianismo e de outras teorias intervencionistas em favor de uma volta ao *laissez-faire* intransigente. Só no fim dos anos 1990 começaram a aparecer rachaduras nesse consenso predominante [...]”; (4) nas ciências sociais e humanas o marxismo vai perdendo o papel central que ocupava, inclusive, metodologicamente; e (5) na própria antiga esquerda radical – desde a esquerda radical anterior a 1914 até esquerda radical dos anos 1960 “inclinada ao ativismo à *outrance*” – era perceptível um “recoo em relação ao marxismo”.

Contudo, o que lhes [a esquerda radical crítica à Marx] desagradava no marxismo não era tanto a inevitável ‘marcha avante do proletariado’ que os social-democratas atribuíam a Marx, e sim a rígida e centralizada organização partidária criada por Lênin. Em termos da história da revolução, eles representavam um retorno de Marx a Bakunin. Tudo o que eles detestavam no comunismo soviético decorria de sua centralização disciplinada, desde as verdades e ações impostas pelo Kremlin à mortandade das vítimas de Stálin. A espontaneidade, as iniciativas dos ativistas, para não falar da liberdade de expressão (‘fazer as coisas a seu jeito’), deveriam ser as raízes da ação; a liderança era suspeita, as decisões deveriam brotar das múltiplas vozes nas assembleias. Por outro lado, aqueles que continuavam a buscar o objetivo tradicional dos revolucionários

marxistas, a transferência do poder político, não podiam mais confiar em que a história gerasse as ‘situações revolucionárias’ de Lênin na sociedade de opressão de classe (HOBSBAWM, 2011, p. 354).

Todos esses motivos se somavam ao “[...] abandono geral do que poderia se chamar de as ideologias de mudança social do Iluminismo setecentista e a ascensão ou reavivamento de incentivos alternativos para o ativismo social [...]”, cujos sintomas visíveis são as “[...] versões silenciosamente modernizadas de religiões tradicionais [...]”. O marco desse processo é o êxito na Revolução Iraniana de 1979 – “[...] a última das grandes revoluções sociais do século XX [...]”. Tudo isto colocou sob forte questionamento “[...] os programas e as previsões políticas derivadas de Marx [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 356).

Em sentido contrário a essa recessão, Ellen Wood voltou aos textos marxianos e se tornou importante resistência no intento de sustentar a importância do materialismo histórico para enfrentar a totalidade sistêmica do capitalismo (SARTELLI, 2013; MONTENEGRO, 2012). A autora se tornou voz ativa e buscou recuperar o caráter histórico do marxismo por meio do Marxismo Político, realizando uma análise original a partir dos textos marxianos. Essa originalidade guarda relação com o que Hobsbawm (2011, p. 356) chama de “[...] substanciais recalibrações das leituras tradicionais [...]” do pensamento de Karl Marx:

A análise marxiana básica do desenvolvimento e do *modus operandis* do capitalismo conserva sua validade. Todavia, qualquer revivescência futura do interesse por Marx terá de basear-se, sem dúvida, em substanciais recalibrações das leituras tradicionais de seu pensamento (HOBSBAWM, 2011, p. 356).

Porém, o contexto em que se tornam necessárias as “recalibrações” do marxismo é marcado por três conclusões desafiadoras:

1) Não é possível uma Democracia Substantiva, entendida como poder pelo *demos*, que garanta a *isegoria*, autodeterminação dos produtores e a genuína “liberdade de livre associação (sic)” em uma sociedade capitalista, marcada pela separação entre o *político* e o *econômico*. Afinal, alguns poderes políticos importantes que garantem a apropriação não estão na esfera política, mas tais poderes estão intocados na propriedade privada dos meios de produção. Então, o que chamamos hoje de democracia, a democracia realmente existente, é um governo representativo em que a condição de cidadania foi universalizada, mas é cada vez menos poderosa;

2) Também não possível pensar em estratégias de desenvolvimento nacionais e autônomas nos quadros da dependência<sup>58</sup>. A economia mundial é articulada em elos de dependência muito fortes em que as metrópoles dependem da exploração de seus satélites. Assim, o que temos é a tendência ao desenvolvimento das metrópoles e ao subdesenvolvimento dos satélites. Ademais, não se sustenta a tese de que as áreas atrasadas são entraves ao desenvolvimento capitalista. Elas, em verdade, são satélites explorados e/ou superexplorados que alimentam a dinâmica capitalista. Isto chama a atenção para a questão da viabilidade da Democracia Substancial no socialismo em um país periférico, ao mesmo tempo em que resgata a proposta de Gunder Frank de uma “guerra de guerrilha”, começando no enfrentamento da burguesia nacional;

3) Assim, tanto a realização de uma Democracia Substantiva, quanto a ruptura de uma situação de dependência dependem da luta de classes. E é aí que temos algumas questões: de quê classe estamos falando? As produções de clássicos do passado são suficientes para compreensão da luta de classes hoje? Ou, se apenas fornecem subsídios dependentes de mediações, quais são as mediações necessárias e possíveis para pensar a luta de classes hoje?

Em busca dessas “substanciais recalibragens”, a teórica política estadunidense, Ellen Wood, produziu vasta obra, colaborou com importantes revistas de esquerda, e sua produção culminou na *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* – uma importante obra no processo de renovação do materialismo histórico. Nesta, ela defende que a Democracia Substantiva não é possível no capitalismo e, partindo dessa constatação, a autora propõe a renovação do materialismo histórico visando a essa forma de democracia no socialismo. Essa renovação passa pela retomada do espírito crítico do marxismo, superando determinismos; pela compreensão da centralidade da luta política para superação do capitalismo; e necessita do abandono dos elementos particularistas da luta social e política contemporânea, o que implica repensar a luta de classes nos dias atuais e um urgente aprofundamento das análises sobre o conceito de classe (WOOD, 2011b).

Ellen Wood, ao propor a renovação do materialismo histórico, traz a Democracia Substantiva como o norte, como a organização político-social capaz de enfrentar a exploração de classe e de tornar inócuos os fundamentos que utilizam as identidades sociais histórica e culturalmente discriminadas como possibilidades de ampliar a capacidade de apropriação da classe dominante. Mais do que isso, ela entende que a luta pela democracia permite a

---

<sup>58</sup> Conforme desenvolvido no subitem 3.2, do terceiro capítulo.

unificação das diversas manifestações anticapitalistas. Nesse ínterim, as liberdades civis básicas são indispensáveis. Porém, para além dessas liberdades, é preciso recuperar integralmente a concepção de governo pelo povo ou pelo poder do povo.

Isto implica que o *demos*, o homem comum, tenha condições de enfrentar a dominação de classe. Qualquer projeto que se intitular anticapitalista, mas que acredita na reforma da democracia e sua compatibilidade com o capitalismo, é “[...] menos anticapitalista que antineoliberal ou antiglobalização [...]”. Afinal, como “[...] governo de classe pelo capital [...]”, não existe – e nem é possível – “[...] um capitalismo governado pelo poder popular [...]”, pois os imperativos do mercado têm primazia sobre a vontade e as necessidades do povo (WOOD, 2011b, p. 7-8).

A democracia pensada por Ellen Wood só é possível a partir do resgate da centralidade da luta de classes e funciona como “[...] um regulador econômico, o *mecanismo acionador* da economia [...]”. Afinal, não basta a “[...] reapropriação dos meios de produção pelos produtores [...] [quando a] posse permanece dependente do mercado e dos velhos imperativos [...]”. Uma democracia que garanta, de fato, “a liberdade de livre associação (sic)” e, por consequência, “[...] a emancipação de coações ‘econômicas’.” (WOOD, 2011b, p. 248).

A proposta de análise para essa renovação é a compreensão da classe como relação e processo como caminho necessário para superar os elementos particularistas da luta social e política. Afinal, não se enfrenta a separação entre o *político* e *econômico* sem a unificação na experiência e na consciência de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados ou, dito de outro modo, sem que a classe seja “[...] algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência possa ser demonstrada) nas relações humanas [...]” (THOMPSON, 1987, p. 9).

É fundamental ressaltar que a proposta conceitual de Ellen Wood busca em Thompson um modo de pensar classe social, que inclui as seguintes premissas (1) as relações de produção distribuem pessoas em situação de classe; (2) as situações de classes geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses que constituem condições para a luta à medida que vivem e trabalham sua situação de classe; (3) a luta inicia o processo que desenvolve formações de classe e a descoberta da consciência de classe.

Para desenvolver este trabalho, consideramos fundamentais cinco constatações de E. Wood para a renovação do materialismo histórico. A primeira delas é a necessidade de repensar a relação “base” e “superestrutura”, superando ortodoxias que sugerem um determinismo econômico. A segunda é que, até o momento, nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, a militância tendeu a surgir em resposta a uma compulsão extraeconômica – ações opressivas do Estado – e variou proporcionalmente ao envolvimento do Estado em

torno dos termos e das condições do trabalho. A terceira, por outro lado, é que as revoluções tenderam a ocorrer em países capitalistas menos desenvolvidos, onde coexistiam o modo capitalista e formas antigas de produção, como a camponesa, pois nesses locais não foi possível separar a luta econômica do conflito político. A quarta, é que a forma como ocorreu a fundação dos Estados Unidos foi o momento crítico para a redefinição do conceito de Democracia atrelado a uma noção de cidadania em que o poder puramente “econômico” substituiu o privilégio político. A quinta, e última constatação, é a insuficiência – e não a frivolidade – dos Partidos, dos intelectuais e das lideranças para conduzir os trabalhadores a uma *formação consciente de classe*. Por isto, é fundamental o entendimento das especificidades históricas e do reflexo da mudança de arena e dos objetivos da luta política inerente à própria estrutura da produção capitalista (WOOD, 1983, 1998, 2011b).

Assim, o presente trabalho se propôs a aprofundar os esforços teóricos para pensar classe como relação e processo e ampliar o conhecimento sobre o papel político da classe operária na constituição da Democracia Substantiva. Esse aprofundamento é necessário em reação à captura do significado original do conceito de democracia e à naturalização da democracia formal contemporânea como a métrica de um regime político de liberdade e participação popular. Além disto, é necessário, também, em função da tendência de localização e particularização da luta de classes resultante da própria organização atual da produção capitalista que atua em sentido contrário às possibilidades de unidade da classe operária.

O primeiro resultado diz respeito ao conceito de classe operado por Ellen Meiksins Wood, que enxerga um avanço teórico na proposição de E. P. Thompson, que analisa a teoria marxista de classe com foco mais voltado à explicação dos processos de formação de classe que na identificação das *localizações* de classe. Thompson não concebe oposição entre estrutura e história, “[...] trata o processo de formação de classe como um processo histórico formado pela ‘lógica’ das determinações materiais [...]”. Esse modo de análise torna mais consistente a defesa contra análises sobre classe que “[...] negam sua existência a não ser como um ‘constructo teórico pejorativo imposto sobre a evidência’ [...]” e garante uma concepção que reflita a importância das “relações objetivas de produção”, expressas ou não por uma consciência de classe definida (WOOD, 2011b, p. 77).

Isto nos leva ao segundo resultado. A concepção de classe se relaciona a um contexto histórico específico. As formações de classe devem ser lidas como resultado do processo histórico. Segundo Thompson, a classe operária “[...] estava presente no seu próprio fazer-se [...]”, quer dizer: a consciência de classe existe porque a situação objetiva de classe é real

(THOMPSON, 1987, p. 9). Em “[...] determinadas condições históricas, situações de classe geram formações de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 79). É a experiência, como efeito das determinações objetivas – relações de produção e exploração de classe –, que reúne grupos heterogêneos.

Esse entendimento traz uma nova possibilidade de refletir a classe operária em tempos de acumulação flexível e de teorias que suportam análises fragmentárias do mundo. Essa definição é o caminho para repensar as possibilidades de formações conscientes de classe para a revitalização do proletariado diante da luta de classe – real, mas obscurecida nos debates teóricos atuais (WOOD, 2011b, p. 79). Afinal, “[...] consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais [...] se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe [...]” (THOMPSON, 1987, p. 9).

O terceiro resultado é que vivemos em uma democracia formal em que o trabalho livre é dominante, mas é exaltado a partir de uma ideologia que justifica a sujeição do trabalhador às disciplinas capitalistas. Com a separação da condição cívica da situação de classe, a liberdade civil do trabalhador é neutralizada pelas pressões econômicas do capitalismo. Por exemplo, a igualdade de classe é algo muito diverso da igualdade étnica ou de gênero, pois, em certo sentido, a igualdade formal pode ser extensível para diferentes grupos étnicos ou de gênero, sem ameaçar o sistema capitalista – o mesmo não se pode dizer em relação à igualdade de classe.

Assim, respeitar a pluralidade da experiência humana não pode significar “[...] a dissolução completa da causalidade histórica [...]” (WOOD, 2011b, p. 225). Repensar a classe operária como sujeito histórico ativo é o caminho para que a democracia seja “[...] repensada não apenas como categoria política, mas também como categoria econômica [...]” – de modo que a cidadania comporte o “econômico” e o “extraeconômico” (WOOD, 2011b, p. 248).

Esse conceito de classe operado por Ellen Wood recebeu diferentes tipos de críticas, sendo a maioria delas respondida, não por E. P. Thompson que formulou o conceito, mas pela historiadora e teórica política estadunidense. As críticas partem da acusação de que o historiador britânico não deu conta das consequências de seu marxismo não reducionista, pois, segundo esses críticos, não houve grandes avanços após admitir que não exista identidade entre posições estruturais de classe e formação consciente de classe.

Por outro lado, alguns marxistas o acusam de ser o responsável por dissolver estruturas objetivas na experiência subjetiva, de identificar classe com consciência de classe, isto é, há acusações de “voluntarismo” e “subjetivismo”, por um lado, e a crítica quanto às implicações

políticas dessa definição, por outro. No início do terceiro capítulo, fica demonstrado como Ellen Wood, que adota a perspectiva thompsoniana, rebate tais críticas. É na esteira desse debate que procuramos compreender: (1) como pensar classe de um ou outro modo influencia nas análises sobre o papel político da classe? E (2), analiticamente, quais as consequências de uma ou outra concepção para compreender o papel político da classe social?

Apesar desse conceito operado por Ellen Wood se opor ao objetivismo de Poulantzas, é possível verificar também na produção *woodiana* a inexistência de um caráter natural ou automaticamente revolucionário da classe trabalhadora, de modo que esse conceito colabora com as seguintes proposições:

1. O surgimento da classe dependerá do reconhecimento de compartilhamento de uma dada situação;
2. Classe só existe como categoria analítica e esta tem alcance limitado e está sujeita a *anacronismo*;
3. Tal como Thompson, E. Wood recusa quaisquer propostas teóricas e políticas que se baseiam em forjar uma determinada consciência;
4. A consciência depende da força determinante das situações objetivas de classe (WOOD, 1983).

Essa proposta, para o conceito de classe adotada por Ellen Wood, tem como base o binômio relação e processo. Para tanto, o ponto de partida é compreender e problematizar que as classes são constituídas pelos modos de produção e as relações de produção e as condições de exploração existem objetivamente, mas as formações de classe e a consciência de classe se desenvolvem pela luta, “[...] à medida que as pessoas ‘vivem’ e ‘trabalham’ sua situação de classe [...]” (WOOD, 2011b, p. 76).

Isto nos permite pensar retrospectivamente. Marx, quando menciona classe, sobretudo quando reformula sua análise sobre a relação entre “base” e “superestrutura”, o faz a partir de uma análise científica sobre o modo de produção capitalista, mas o faz também em um *locus* privilegiado da consolidação da Revolução Industrial e sua disseminação para além de França e Inglaterra. Tal processo foi fundamental para que os trabalhadores em situação de classe, constituída pelo modo de produção capitalista, vivenciassem as alterações no mundo do trabalho e percebessem como essas alterações afetavam a vida da classe trabalhadora como um todo. Marx e Engels foram testemunhas e agentes nas Revoluções de 1848-1850 e na Comuna de Paris em 1871. Além disto, suas análises científicas eram feitas a partir de uma intensa militância em organizações e associações de trabalhadores, incluindo aí o papel decisivo de ambos para a constituição da *I Associação Internacional dos Trabalhadores*.

Cenário semelhante pode ser visto na elaboração teórica de Lênin, que, ao pensar sua concepção de classe e o conceito de partido de *novo-tipo*, não faz menção direta ao fato de a experiência unificar a classe trabalhadora de forma consciente em relação à sua situação de classe. Não a faz, pois, era herdeiro da tradição marxista, e, principalmente, porque sua observação empírica feita na Rússia foi realizada em um *locus* de transição de relações feudais de produção para relações capitalistas.

A experiência da transição de modo de produção e os seus impactos, como a pauperização do campesinato e a situação de incerteza do operariado, permitia, a partir da experiência – mobilizada pelo Partido de Vanguarda –, que a situação de classe os colocasse efetivamente em formação de classe, dotados de consciência. Portanto, se o modo de produção constitui a classe e as relações de produção e a exploração existem objetivamente, é necessária a experiência para que a situação de classe se torne efetivamente uma formação de classe dotada de consciência. É nesse contexto de efervescência intelectual e de intenso conflito de classes que Lênin lidera os bolcheviques, o modelo para o conceito de partido de *novo-tipo* (Partido de Vanguarda).

Os bolcheviques foram os principais responsáveis para a Revolução Russa, mas não só pela intensa atividade de formação política dos trabalhadores para qualificar a militância. Antes, essa atividade de formação política, que é distintiva do partido de *novo-tipo*, encontrava terreno fértil e muita adesão em função de um contexto em que a experiência das classes trabalhadoras russas, incluindo aqui o campesinato, era unificadora e decisiva para que nascesse a formação de classe, agindo de forma consciente, transcendendo a mera situação de classe constituída diretamente pelo modo de produção. Aliás, nesse caso, a experiência une, em formação de classe, trabalhadores oriundos de relações de trabalhos típicas de modos de produção diferentes – não custa reforçar os traços feudais presentes na Rússia, sobretudo nas relações de trabalhos entre os proprietários de terra e os trabalhadores camponeses.

Tal fato, portanto, permite-nos seguramente refletir sobre a existência de partidos operários de *novo-tipo* nos dias atuais. Essa organização é imprescindível para a sobrevivência do pensamento progressista e revolucionário entre os trabalhadores. Porém, mediante as intensas alterações no mundo do trabalho, temos diversas condições de existência real e diversas formas de relações de trabalho e, por conseguinte, a situação classe se tornou algo complexo para ser compreendido e, portanto, distante de um reconhecimento imediato do compartilhamento da condição de produtor que é expropriado. Isto porque há diversas situações, condições e experiências possíveis dentre os não-proprietários dos meios de produção.

Assim, o partido de *novo-tipo* concorre com outros elementos ideológicos e com tendências analíticas fragmentárias – pós-marxismo, pós-modernismos, etc. –, prescindindo de uma experiência unificadora para conseguir, de fato, uma formação de classe agindo conscientemente. E é preciso alertar que a figura do intelectual ou do partido não podem substituir a experiência, podem contribuir para a compreensão da totalidade sistêmica. O intelectual pode contribuir para a formação de trabalhadores intelectuais, no sentido de compreender, analisar e criticar a própria existência e o seu lugar no modo de produção capitalista, o partido pode potencializar essa ação de formação.

Todavia, não podem avançar para além disso. Não substituem – e não podem substituir – o poder unificador da experiência. Além de, atualmente, serem vistos com profunda desconfiança após os desdobramentos históricos. Nem Marx e Engels, nem Lênin ou qualquer outro líder conseguiu apenas pela indiscutível capacidade intelectual. Esses destacados intelectuais, que lutaram junto aos trabalhadores, viveram em momentos históricos, cujas experiências comuns possibilitavam a organização que os levava à luta, permitindo a formação de classe consciente e favorecendo as ações de formação.

Contudo, não se deve e nem se pode afirmar que o caminho é esperar pelo contexto favorável para a organização da classe trabalhadora. Imersos no contexto em que vivemos, nunca será possível perceber *a priori* qual seria o melhor momento. A verdade é que é importante refletir, tanto sobre como se forma a classe como, também, sobre quais os fatores que obstaculizam a formação de classe.

Desse modo, encerramos o trabalho repercutindo sobre a análise de Ellen Wood. A concepção de classe que ela adota foi acusada de ter limitado valor político para a atuação dos partidos de orientação marxista por, supostamente, expressar um simplista “socialismo populista”, que enxerga classe em todas as manifestações da cultura popular. Porém, a análise é endossada por Ellen Wood, justamente por ser dotada de grande valor para a compreensão da realidade social marcada pela acumulação flexível e pelas concepções teóricas fragmentárias. O fortalecimento das lutas identitárias, em detrimento dos movimentos baseados na classe, está relacionado com a própria fragmentação do mundo do trabalho e da *experiência*. Portanto, não se trata de ignorar as lutas identitárias, mas de pensar e enfatizar como a *classe* é o amálgama que unifica a experiência de exploração sofrida por grupos identitários diferentes.

Além disto, sua teoria ajuda a compreender como a fragmentação do mundo do trabalho e das organizações trabalhadoras corporativas são expressão e, *ao mesmo tempo*, reprodutoras de experiência que favorecem a organização para lutas específicas, ajudando a

compreender sem ilusões a disputa de segmentos à direita e à esquerda pelo apoio dos trabalhadores, bem como a adesão desses trabalhadores a movimentos que negam o socialismo. Afinal, não se forma uma genuína consciência de classe pela imposição de teorias, pela ação panfletária, mas pela reflexão da realidade vivida. Qualquer projeto que se pretenda transformador não deve começar no gabinete do intelectual ou nas diretrizes partidárias escritas por poucas mãos, mas deve partir da reflexão sobre o mundo e as condições do trabalho realmente existentes.

Em suma, a leitura realizada por Ellen Wood é fértil para pensar as transformações no mundo do trabalho globalizado – marcado pelo neoliberalismo e pela conseqüente corrosão dos direitos trabalhistas, cuja expansão amortecera a luta de classes ao longo de todo século XX – e para desfazer ilusões de que se elabora uma ação transformadora a partir “de cima”. Nesse contexto, pensar a realidade como totalidade sistêmica é fundamental e quem propõe tal forma de reflexão é o marxismo, que “[...] conquistou sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não repudiou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa [...]” (LÊNIN, 1980b, p. 398).

É importante ressaltar algumas lacunas que demandam aprofundamento. Uma delas é pensar se o marxismo pode se renovar a ponto de abarcar projetos que tratem da reflexão sobre as diversas identidades sociais. É fato que a única oposição que ameaça a existência do capitalismo é a de classe, mas aceitando que a experiência é o motor para que as formações conscientes de classe existam, faz-se necessário pensar como unificar a experiência das diferentes identidades sociais que, em função da histórica discriminação, experimentam, em diferentes condições, sua situação de classe.

Ademais, cabe apontar que ainda há locais cuja oposição entre burguesia e proletariado não é tão evidente assim, devido à existência de classes ou grupos subalternos. Desse modo, pensar a questão do desenvolvimento desigual e combinado, tal qual como fez Gunder Frank, implica pensar na temática da superexploração, que produz diversas situações de classe, de acordo com a relação do local (*hinterland*) com o centro metropolitano do capitalismo globalizado.

Tais apontamentos não visam desqualificar o empreendimento de Ellen Wood, mas alertar para a necessidade de constante atualização do materialismo que é, sobretudo, *histórico*. Só dessa forma será possível aprofundar as análises para compreensão e para ação consciente num cenário em que:

Cada vez mais seguro de si, esse capitalismo se via justificado, por meio da intervenção, armada ou não, por uma ideologia de direitos humanos universais, como o responsável por impor ordem em um mundo perturbado. O que se denunciava não eram as teorias e análises de Marx, e sim sua perspectiva de revolução, que, dizia-se, desencaminhava os jovens idealistas, bem como o totalitarismo que ele e qualquer outro desafiante do liberalismo supostamente implicavam ou propunham, para não falar dos obstáculos que as aspirações socialistas criavam para a racionalidade autorreguladora da sociedade de mercado. Numa palavra, Marx era sempre mostrado como inspirador do terror e do gulag; e os comunistas, essencialmente como defensores do terror e da KGB, senão como partícipe deles (HOBBSAWM, 2011, p. 357).

Em linhas gerais, ressaltamos o grande valor analítico da proposta de Ellen Wood. Se a teoria envolve uma série de recomendações que deveriam ser implantadas na sociedade, ela também deve oferecer ferramentas para a compreensão do mundo. A teoria não antecipa a realidade, ela esclarece o mundo vivido enquanto as pessoas vivenciam as relações sociais. Ela deve oferecer recomendações, mas tais recomendações devem nascer da reflexão sobre o mundo e não de uma idealização – eis aí o que Marx pretendia ser a distinção de sua teoria em relação às outras formas de socialismo.

O marxismo contém em suas origens a prescrição de um ideal humano, mas a mudança no contexto exige um esforço constante de atualização no caráter analítico. O realismo político de Lênin diz muito sobre isto, não pela importação *anacrônica* de sua teoria, mas pela preocupação em avaliar como o marxismo poderia servir à realidade da sua época. Se o capitalismo não é o destino final da humanidade e o caminho é a ação da classe como sujeito histórico ativo, isto não será possível sem a compreensão do que a classe operária *realmente é*, rompendo com as românticas ilusões do que ela *deveria ser*.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João F. Alguns problemas de teoria das classes sociais. *Análise Social*, Lisboa, v. XVII (2.º), n. 66. p. 231-251, 1981. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999644V8hMY4zy5Ah52FS2.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BIANCHI, Álvaro. América Latina: o marxismo fora de lugar. In: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.). *Marxismo – Teoria, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 59-82.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOLSANELLO, Elio. *Lênin: biografia ilustrada*. Rio de Janeiro: Inverta, 2000.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012.
- BRANDÃO, Gildo M. A Teoria Política é possível? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36gildo.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- BRAZ, Marcelo. Luta de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lênin: Significado e atualidade do ‘Que Fazer?’. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 57-82.
- BROADBENT INSTITUTE. Remembering Ellen Meiksins Wood. *The Broadbent Blog*, Ottawa, 14 jan. 2016. Disponível em <[http://www.broadbentinstitute.ca/remembering\\_ellen\\_meiksins\\_wood](http://www.broadbentinstitute.ca/remembering_ellen_meiksins_wood)>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- BUTTIGIEG, Joseph A. Subalterno/Subalternos. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 746-749.
- CALLINICOS, Alex. Marxism loses a passionate champion. *Socialist Review*, Londres, fev. 2016. Disponível em <<http://socialistreview.org.uk/410/marxism-loses-passionate-champion>>. Acesso em: 24 mar. 2017.
- CARDOSO, J. H.; SILVA, V. S. V.; NERES, G. M. Como Estudar Teoria Política: Textualismo, Contextualismo Linguístico e Contextualismo Social. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, V, 18 a 20 maio 2016. *Anais...* Cascavel, PR: UNIOESTE, 2016. p. 63-85. Disponível em: <<http://200.201.88.178/simposiocienciasociais/anais.php>>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- COUTINHO, Carlos N. Introdução de Carlos Nelson Coutinho. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1. p. 7-45.
- COUTINHO, Ronaldo. O Partido Revolucionário, Vanguarda Consciente do Proletariado: a Concepção de Lênin. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (Orgs.).

*Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 83-104.

DAHL, Robert A. *A Democracia e seus críticos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida.

COLÓQUIO DO CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS, CEMARX, V, 6 a 9 nov. 2007,

*Anais...* Campinas: UNICAMP, IFCH, 2007. Disponível em:

<[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe\\_Demier.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

DEO, Anderson. Lukács, Lênin e o Caminho para Marx: Apontamentos. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 367-384.

DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DRIBINS, LEO. The History of the Jewish Community in Latvia a brief chronological survey. In: DRIBINS, Leo et al. *The Jewish Community of Latvia: History, Tragedy, Revival*. Latvia: Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Latvia, Publications, 30 out. 2014.

Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20141016074036/http://www.mfa.gov.lv/en/ministry/publications/4299/#1-34>>. Acesso em: 25 set. 2017.

DUSSEL, Enrique. As quatro redações de O Capital (1857-1880): rumo a uma nova interpretação do pensamento dialético de Marx. In: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.). *Marxismo – Teoria, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 29-56.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MARX, Karl. *As Lutas de Classe na França de 1848-1850*. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Cartas. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 49-75.

FEIJOO, Cecilia. Ellen Meiksins Wood y el combate por la renovación del marxismo. *La Izquierda Diario*, [S.l.], 17 jan. 2016. Cultura. Disponível em

<<http://www.laizquierdadiario.com/Ellen-Meiksins-Wood-y-el-combate-por-la-renovacion-del-marxismo>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels e Lênin: história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a astúcia da História. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FRESU, Gianni. Lenin: Dogmático e Doutrinário ou ‘Protagonista de uma Hegemonia Realizada’? In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 315-344.

GIANNI, Marco. Poulantzas: a última fala. *Revista Isto É*, São Paulo: Encontro Editorial, edição 150, ano 3, 7 nov. 1979. Entrevista. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r06095.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México D.F.: Ediciones Era, 1981a. t. 1.

\_\_\_\_\_. *Cuadernos de la cárcel*. México D.F.: Ediciones Era, 1981b. t. 2.

\_\_\_\_\_. *Cuadernos de la cárcel*. México D.F.: Ediciones Era, 1984. t. 3.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 6.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GUNDER FRANK, André. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. CEME - Centro de Estudios Miguel Enriquez. Chile, 2005. Edição Eletrônica. Disponível em: <[http://www.archivochile.cl/Ideas\\_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf](http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf)>. Acesso em: 26. ago. 2017.

\_\_\_\_\_. O inimigo imediato. In: LÖWY, Michael (Org.). *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. p. 394-399.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 23. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JASMIN, Marcelo G. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

JESSOP, Bob. *Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. New York: Palgrave MacMillan, 1985.

KALDOR, Mary. Obituary: E. P. Thompson. *The Independent*, Londres, 29 ago. 1993. People. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/people/obituary-e-p-thompson-1464255.html>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas – Em três tomos*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. t. 1.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas* – Em três tomos. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980a. t. 2.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas* – Em três tomos. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980b. t. 3.

\_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* – O processo de Formação do Mercado interno para a Grande Indústria. 2. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987. Coleção bases. v. 51.

LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert A. (2005). *A Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, São Paulo, n. 01, p. 73-80, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9-22.

\_\_\_\_\_. Introdução – Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classe na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 9-16.

LUKÁCS, Georg. *Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’, de um prussiano. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O dezoito de brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *As Lutas de Classe na França de 1848-1850*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Lutas de Classe na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio C. Possibilidades lenineana para uma Paidéia Comunista. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 31-56.

MCNALLY, David. Ellen Meiksins Wood obituary. *The Guardian*, Londres, 10 fev. 2016. Politics. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2016/feb/10/ellen-meiksins-wood-obituary>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MIGUEL, Luis F. Do que falam os marxistas quando falam em classes? *Mediações*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 1998.

MONTENEGRO, Darlan. A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood. 2012. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 34, p. 111-124, 2012.

MORDENTI, Raul. Burguesia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017a. p. 78-79.

\_\_\_\_\_. Classe/Classes. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017b. p. 120-121.

\_\_\_\_\_. Classe operária. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017c. p. 123-124.

NERES, Geraldo M. *Gramsci e o “moderno príncipe”: a teoria do partido nos Cadernos do Cárcere*. Marília, 2012. 179f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

NETTO, José P. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo: 2010. p. 9-36.

PEREIRA, Mozart S. Os debates de Ellen Wood: política, capitalismo e democracia. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 16 fev. 2017. Espaço do Leitor. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/16/os-debates-de-ellen-wood-politica-capitalismo-e-democracia/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

PHELPS, Christopher. An Interview with Ellen Meiksins Wood. *Monthly Review*, New York, v. 51, n. 1, maio 1999. Disponível em: <[https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/article/view/MR-051-01-1999-05\\_4/3852](https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/article/view/MR-051-01-1999-05_4/3852)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *O poder político e as classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROWBOTHAM, Sheila. Dorothy Thompson obituary – Innovative historian who focused on the Chartist Movement. *The Guardian*, Londres, 6 fev. 2011. History. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2011/feb/06/dorothy-thompson-obituary>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SANTANA, Marco A.; RAMALHO, José R. *Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010.

SANTOS, José Alcides. F. *Questão de Classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.

SARTELLI, Eduardo. La Niebla. In: WOOD, Ellen. *¿Una Política sin Clases? El post-marxismo y su legado*. Buenos Aires: RyR, 2013. p. 7-24.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Connecticut, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969. Disponível em:

<<http://www.teoriadahistoria.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Skinner-Q-Meaning-and-Understanding-in-the-History-of-Ideas.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras: 1996.

\_\_\_\_\_. *Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos*. Algés-Portugal: DIFEL 82, 2005. (Coleção Memória e Sociedade).

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

SILVA, Vânia S. V. da. O Contextualismo Social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: Uma Introdução. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, V, 18 a 20 maio 2016. *Anais...* Cascavel, PR: UNIOESTE, 2016. p. 86-110. Disponível em: <<http://200.201.88.178/simposiocienciasociais/anais.php>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classes, hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009. Acesso em: 19 set. 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1796/179613969006/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SNEIDERE, Irene. The First Soviet Occupation Period in Latvia 1940-1941. In: INSTITUTE OF THE HISTORY OF LATVIA. The hidden and forbidden: History of Latvia under Soviet and Nazi Occupations 1940-1991. SYMPOSIUM OF THE COMMISSION OF THE HISTORIANS OF LATVIA, v. 14. Riga: University of Latvia, 2005. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20150721112533/http://www.president.lv/images/modules/items/PDF/item\\_1624\\_Vesturnieku\\_komisijas\\_raksti\\_14\\_sejums.pdf](https://web.archive.org/web/20150721112533/http://www.president.lv/images/modules/items/PDF/item_1624_Vesturnieku_komisijas_raksti_14_sejums.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUZA, Vanderlei S. de. Autor, Texto e Contexto: A história intelectual e o Contextualismo Linguístico na perspectiva de Quentin Skinner. *Revista de História e Estudos Culturais*, ano V, v. 5, n. 4, out./nov./dez. 2008.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. O precariado e luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Cidade, n. 103, p. 9-24, maio 2014,

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa* – volume I: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa* – volume II: A maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012a.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa* – volume III: A força dos trabalhadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012b.

THOMPSON, Kate. Algumas Palavras. *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia, Número Especial – História Social: E. P. Thompson (1924-2014), 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/issue/view/1179/showToc>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ULIANOV, Vladimir Ilitch (Lênin). *Materialismo e Empirocriticismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971. (Coleção Teoria; n. 5).

VALOVOI, Dmitri; LAPCHINÁ, Guenrieta. *Nomes no Obelisco*. Tradução de G. Melniko. Tradução Resumida. Moscovo: Edições Progresso, 1984.

VANZULLI, Marco. Sobre o Leninismo de Gramsci. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio C.; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 345-366.

VITORINO, Arthur J. R. Notas sobre a teoria de formação de classe de E. P. Thompson. *História Social*, Campinas, SP, n. 4/5, p. 157-173, 1997/1998.

WOOD, Ellen M. El concepto de clase en E. P. Thompson. *Cuadernos Políticos*, México, n. 36, p. 87-105, México D.F.: Ediciones Era, abr-jun. 1983. Versão *on-line*. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.36/CP.36.9.EllenMeiksinsWood.pdf>> . Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *The Retreat from Class: a new ‘true’ Socialism*. London/New York: Verso, 1998.

\_\_\_\_\_. *De ciudadanos a señores feudales* – História social del pensamiento político desde la Antigüedad a la Edad Media. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, Neal. *Reflections on Political Theory: a voice of reason from the past*. New York: Palgrave, 2002.

## APÊNDICE I

<b>Diferenças sobre o Conceito de Classe no Marxismo - Um Percurso</b>				
<b>Autores</b>	<b>Contexto Histórico</b>	<b>Conceito de Classe</b>	<b>Conteúdos “universais” do conceito de classe</b>	<b>Repercussão para o Papel Político da Classe Social</b>
<b>Karl Marx e Friedrich Engels</b>	Consolidação da Revolução Industrial, na Inglaterra, onde é verificável “classe com conteúdo histórico correspondente, real e empiricamente observável”. A importância da análise contextual é reforçada a partir da ênfase a elementos extraeconômicos em <i>O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte</i> . Há diferenças importantes nessa obra quando comparada com outras que pensam a classe operária a partir da Inglaterra, onde as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas entre 1780 e 1832 têm papel determinante no fazer-se ( <i>making</i> ) da classe operária.	<p>Não elabora uma teoria de classes, mas abre possibilidades para pensar classes. Destaca-se duas formas de análise:</p> <p>1) Abre possibilidade de pensar classe social a partir dos pressupostos hegelianos: <i>classe em si</i> e <i>classe para si</i>.</p> <p>2) Reforça a importância da análise dialética, demonstrando a impertinência de análises pautadas pelo determinismo econômico, por exemplo em <i>O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte</i>.</p>	<p>* Centralidade da luta de classes;</p> <p>* O papel político e potencialmente revolucionário da classe operária;</p> <p>* É possível usar as designações (a burguesia, o proletariado, o campesinato) em contextos diferentes, pois existe a referência estrutural no conceito de classe;</p>	Confere a centralidade do processo histórico à classe operária, que seria dotada de potencial revolucionário. Tal posicionamento coloca a classe operária como elemento central nas estratégias de transformação política e social e vai servir de combustível teórico para organizações trabalhistas do século XIX, fomentando a organização internacional da classe trabalhadora.
<b>Lênin</b>	Suas obras precisam ser entendidas à luz do contexto russo do final do século XIX e início do século XX. Nesse período, coexistia no país um capitalismo nascente e concentrado em alguns grandes centros com formas pré-capitalistas de propriedade – relações feudais de produção nas áreas rurais, até então dominante	Reforça as categorias inspiradas em Hegel da <i>classe em si</i> e <i>classe para si</i> . Apesar dessas categorias para pensar classe terem sido mais desenvolvidas por Lukács, elas são bem observáveis na obra de Lênin. É importante ponderar que o <i>locus</i> das análises de Lênin favorecia a suposição de uma “consciência de classe ideal” (classe para si) pela	<p>* Retoma e desenvolve as categorias inspiradas na influência hegeliana de <i>classe em si</i> e <i>classe para si</i> – essas categorias indicadas por Marx e Engels serão aprofundadas, posteriormente, por Lukács);</p> <p>* A questão da possibilidade de despertar uma consciência de classe “ideal e pré-</p>	Dotado de um realismo político, Lênin concebe que a transformação da realidade russa passa pela ação do Partido de Novo Tipo, ou seja, de sua ação consciente. Tal concepção admite que, caso o proletariado a consciência real do operariado na época não se transformaria em consciência

	no país. A experiência russa no contexto em que escreveu e atuou Lênin confirma análises, como a de Ellen Wood, segundo as quais as revoluções tenderam a ocorrer em países capitalistas menos desenvolvidos, onde coexistiam o modo capitalista e formas antigas de produção, como a produção camponesa, pois nesses locais não foi possível separar a luta econômica do conflito político.	coexistência do capitalismo com formas pré-capitalistas. As forças centrífugas do sistema capitalista não estavam plenamente desenvolvidas, afinal não havia sido possível separar a luta econômica do conflito político, pois não ocorrera ainda a consolidação dos poderes políticos intocados na propriedade privada dos meios de produção.	determinada” como estratégia efetiva para a luta de classes em contextos capitalistas menos desenvolvidos, onde coexistiam o modo capitalista e formas antigas de produção.	socialista, daí o papel do Partido de <i>Novo Tipo</i> .
<b>Georg Lukács</b>	Nascido na Hungria em 1885, faleceu em 1971. Sua longevidade alcançou desde a Revolução Russa até os primeiros movimentos do “pós-modernismo”. Em termos teóricos, era leninista e defensor do modelo político dos países do Bloco Socialista do Leste Europeu.	A consciência de classe é o que unifica para a luta, mas só pode ocorrer a partir da percepção da sociedade em sua totalidade, a partir de uma determinada situação de classe. Apenas a reflexão consciente a respeito da totalidade da sociedade possibilita que a classe com potencial revolucionário supere uma condição de subordinação. A <i>classe-em-si</i> é determinada pela situação de classe, definida pela estrutura econômica da sociedade. Já a <i>classe-para-si</i> é a classe dotada de consciência e capacidade para a luta de classe e para conquistar e organizar sua posição dominante. O Partido serve para realizar a mediação entre a teoria e a <i>práxis</i> , possibilitando que a <i>classe-em-si</i> se torne <i>classe-para-si</i> .	* As categorias hegelianas: “classe em si” e “classe para si”, dando continuidade ao modelo leninista. * A categoria consciência de classe, como fator que garante a unidade da classe para a luta revolucionária. * O papel “maiêutico” do partido, capaz de possibilitar os “trabalhadores empíricos” realizarem seu potencial.	Desenvolve a concepção lenineana sobre classe. Desse modo, aprofunda uma interpretação que conduz à distinção pelas categorias hegelianas: <i>classe-em-si</i> e <i>classe-para-si</i> . Politicamente, porém, sua maior implicação é conferir ao partido o papel central para possibilitar que os trabalhadores realizem seu potencial. Nessa perspectiva, o partido teria o papel “maiêutico”.
<b>Antonio Gramsci</b>	Antonio Gramsci nasceu em 1891 e morreu precocemente em 1937. Viu surgir o Fascismo e, em decorrência desse regime, viveu e sobreviveu no cárcere. Foi filiado	Não há uma definição rigorosa e clara do conceito de “classe”. A expressão “luta de classes” aparece raramente nos <i>Cadernos do Cárcere</i> , estando mais presente em	* Partido tem a função da “reforma intelectual e moral” da massa proletária e seus aliados de classes subalternas, vinculada a uma reforma	Sua pesquisa foi fortemente contextualizada com a realidade italiana do início do século XX. Assim, apesar de identificar a “burguesia” de

	<p>ao Partido Socialista Italiano e, em 1921, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Nesse partido foi importante liderança e foi eleito deputado em 1924. Durante o exercício de seu mandato foi preso, em 1926, ficando encarcerado até 1933. Nesse período, escreveu os <i>Cadernos do Cárcere</i>. Gravemente adoecido, foi transferido para a clínica de Fórmia, onde permaneceu entre 1933 e 1935, quando recebeu liberdade condicional. Morreu dois anos depois.</p>	<p>notas bibliográficas de outros textos. Para driblar a censura no cárcere, substituiu muitas vezes a palavra <i>classe</i> por grupo ou usou <i>classe</i> para elementos alheios ao léxico marxista – classe intelectual, por exemplo. Algumas expressões, porém, remetem às bases marxistas: a oposição entre a “classe dominante” e as “classes subalternas”/“classes populares”; e o uso dos conceitos de “classe fundamental” – que controla o Estado – e de “classes fundamentais produtivas”, que remete a burguesia capitalista e ao proletariado moderno. O partido tem um triplo papel: (1) dar a um grupo “econômico” um caráter “político”; (2) formar “uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político” a partir de uma “reforma intelectual e moral”; e (3) criar terreno para “uma vontade coletiva nacional-popular” para conceber o Estado, como forma concreta de um determinado mundo econômico.</p>	<p>econômica;  * Gramsci concebe autonomia relativa da política diante da economia, em vez de um qualquer determinismo;  * O partido visando à “grande política”, expresso no projeto de fundar um novo Estado e não apenas a formação do proletariado e a atuação parlamentar;  * O partido nasce do proletariado e os seus aliados provenientes de classe subalternas, mas busca incluir toda a sociedade e superar a exploração de classes.</p>	<p>forma inteiramente marxiana e reconhecer que as “classes fundamentais produtivas” eram a burguesia e o proletariado, usou com frequência a designação “classes subalternas” ou “grupos subalternos”. Logo:  * Fornece uma reflexão importante para pensar realidades onde o capitalismo ainda não se encontra plenamente desenvolvido e que outras classes ocupam, ao lado do proletariado, a posição de subordinado.  * O partido é como o “Moderno Príncipe”. O objetivo do partido é promover uma totalidade orgânica no conjunto da sociedade a partir da ação do proletariado e das classes subalternas aliadas. Deste modo, busca a superação da sociedade de classes.</p>
<p><b>Nicos Poulantzas</b></p>	<p>Analisa, principalmente, o cenário das décadas de 1950, 1960 e 1970 na Grécia e na França e os contextos com presença de fortes partidos comunistas e em períodos de forte ativismo político, o que pode favorecer a defesa da concepção de determinação estrutural. Porém, verifica também uma intensa mudança nos elementos</p>	<p>Possui uma análise que pode ser considerada “objetivista”, mas não pode ser confundida com análises vulgares. Pensa classe a partir da proeminência da “base” sem, no entanto, preconizar qualquer determinismo. Afinal, reconhece a importância dos elementos extraeconômicos. Para Poulantzas, “a determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica,</p>	<p>* Reformula a questão da <i>determinação estrutural</i>, rompendo com o determinismo econômico, reconhecendo os fatores “extraeconômicos” ou “superestruturais” para pensar a classe;  * Rompe com as categorias inspiradas em Hegel: <i>classe em si</i> e <i>classe para si</i>. Pois,</p>	<p>* Modo de produção pressupõe a existência de relações de exploração nas relações de produção – o que significa a existência de <i>conflitos</i> em toda sociedade de classes. Porém, as relações de produção por si só não engendram práticas <i>contraditórias</i>, estas dependem também dos efeitos</p>

	<p>extraeconômicos. A emergência do <i>Welfare State</i>, o fortalecimento dos meios de comunicação de massa e a forte contestação ao stalinismo, inclusive no interior dos partidos comunistas na Europa, podem ser fatores explicativos para o reconhecimento do papel do <i>político</i> e do ideológico como determinantes estruturais para pensar classe. Com forte coerência entre análise e atuação política, Poulantzas se alinha ao Eurocomunismo e analisa a crise e os efeitos das ditaduras europeias – Grécia, Portugal e Espanha, principalmente.</p>	<p>política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura”.</p>	<p>não concebe uma distinção do conceito a partir de uma “<i>situação (econômica) de classe</i>”, de um lado, e posições político-ideológicas, de outro. Entende classe a partir da determinação estrutural que envolve conjunta e simultaneamente a luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura.</p>	<p>das estruturas política e ideológica. * Fora de uma “iminência revolucionária” as classes só podem ser <i>localizadas</i> por mediações teóricas específicas cujas referências são as estruturas. * Poulantzas confere à estrutura jurídico-política – poder institucionalizado do Estado e o conjunto de instituições – o papel de mediação por meio da relação com os “efeitos pertinentes”<sup>59</sup></p>
<p><b>E. P. Thompson</b></p>	<p>Seu trabalho histórico é influenciado, sobretudo, pelos acontecimentos das décadas de 1940 ao fim da Guerra Fria. Assiste o nascimento da bipolarização típica da Guerra Fria, a projeção da URSS e as mudanças na Cortina de Ferro, mas também assiste o afastamento de intelectuais da Europa Ocidental do stalinismo, bem como o conseqüente fortalecimento do Eurocomunismo. Entretanto, acompanha os anos 1980, quando</p>	<p>Thompson rejeita “irredutibilidade das classes, estruturalmente determinadas, às suas organizações e ideologia” e reforça a classe como relação e processo. Seu conceito de classe tende a ser considerado “subjetivista”, pois compreende a classe como acontecimento histórico, como um conceito importante, mas imperfeito e marcado por algum grau de anacronismo. Para ele, a situação de classe passa para uma formação consciente de classe à medida que a luta de classes vai acontecendo.</p>	<p>* Classe passa a ser tratada “como um instrumental que pode ser útil, mas sempre imperfeito e marcado por esse anacronismo”, rompendo com análises “objetivistas” de classe. * Rompe com as categorias inspiradas em Hegel: <i>classe em si e classe para si</i>. Essa ruptura é operada a partir da inclusão do conceito de experiência, como um elemento do processo histórico no autofazer-se</p>	<p>A classe se forma no processo histórico a partir da experiência de uma dada situação de classe. As implicações sobre o papel político da classe são: 1) Não há uma consciência ideal, pré-determinada, assim, o surgimento da classe depende do reconhecimento de compartilhamento de uma dada situação. 2) A classe só existe como categoria analítica quando as contradições das relações de</p>

<sup>59</sup> Efeitos Pertinentes: “[...] a reflexão do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um *elemento novo*, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento. Este elemento transforma assim os *limites* dos níveis (de estruturas ou de lutas de classes) nos quais ele se reflete através de ‘efeitos pertinentes’, e não pode ser inserido em uma simples variação desses limites.” (POULANTZAS, 1977, p. 76, grifos do autor).

	<p>ocorre o fortalecimento do neoliberalismo, o declínio do <i>Welfare State</i>, o declínio da União Soviética e crise no Eurocomunismo, sobretudo a partir do Partido Comunismo da Itália. Essa vivência ajuda a fundamentar a tese de que não há uma “consciência de classe ideal e pré-determinada”, a consciência está presente ao longo do processo de formação da classe e está ligada à experiência histórica. Sua obra denota uma visão de um marxismo renovado, refletido, principalmente, na organização da <i>New Left</i>.</p>	<p>Rompe com leituras que imaginam uma consciência ideal e com leituras que conferem excessiva importância para o intelectual e o partido. Uma vez que a consciência de classe é adquirida a partir da reflexão em relação a <i>experiência</i>.</p>	<p>(<i>making</i>) das classes sociais.</p>	<p>produção não são evidentes. Porém, essa categoria analítica para tem alcance limitado e sujeito a <i>anacronismo</i>.  3) Recusa quaisquer propostas que se baseiam em “forjar uma determinada consciência”.  4) Sua categoria analítica tem grande valor para a compreensão da realidade social marcada pela acumulação flexível e pelas concepções teóricas fragmentárias.</p>
--	---	--	---	---